



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

JAQUELLINY ODETE CARNEIRO DE OLIVEIRA TEIXEIRA

**A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NO CÂMPUS DE MIRACEMA**

**Miracema do Tocantins, TO
2021**

Jaquelliny Odete Carneiro De Oliveira Teixeira

**A Efetivação da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do
Tocantins no Câmpus de Miracema**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Célia Maria Grandini Albiero.

Miracema do Tocantins, TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- T266e Teixeira, Jaquelliny Odete Carneiro de Oliveira.
A efetivação da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Tocantins no campus de Miracema. / Jaquelliny Odete Carneiro de Oliveira Teixeira. – Miracema, TO, 2021.
130 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2021.
Orientadora : Célia Maria Grandini Albiero
1. Política de assistência estudantil. 2. Educação Superior. 3. Permanência. 4. Serviço Social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JAQUELLINY ODETE CARNEIRO DE OLIVEIRA TEIXEIRA

A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NO CÂMPUS DE MIRACEMA

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, Curso de Serviço Social, foi avaliado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Célia Maria Grandini Albiero, Orientadora, (UFT).

Prof^a. Dr^a. Giselli de Almeida Tamarozzi, Avaliadora, (UFT).

Prof^a. Ms^a. Gislene Ferreira da Silva Araujo, Avaliadora, (UFT).

Dedico este trabalho ao meu amado esposo Frank Teixeira e a minha querida orientadora Prof^a Dra. Célia Albiero, pois nunca me deixaram desistir.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui minha mais sincera gratidão as pessoas que foram fundamentais na minha trajetória acadêmica cada uma contribuindo do seu jeito único e especial, de coração agradeço:

A Deus que me fortalece e me concede o presente da vida todos os dias, pois sem a mesma impossível realizar qualquer conquista.

A minha mãe Valdete, que desde sempre esteve ao meu lado, me criando sozinha com tanta luta e dificuldade para uma jovem mãe separada, mas a sua garra e determinação de jamais desistir e continuar lutando me inspirou e inspira a continuar mesmo estando muito difícil e que a força de vontade é o passo principal para conseguir o que quiser. Além de seu apoio de sempre em toda e qualquer situação; a senhora é a força em pessoa mãe, e nem todas as palavras de gratidão seriam capazes de expressar minha gratidão a senhora.

Ao meu esposo Frank, que é meu companheiro e amigo, que me ouve sempre atentamente e conhece melhor que ninguém meus medos, minhas angustias, minhas queixas, que acompanhou de perto cada choro, cada “eu não vou conseguir”, “eu não sou capaz”, ou “isso é muito difícil”, que esteve ao meu lado quando a saúde me faltou e tive que lher dar com a dor física, emocional e ainda conciliar aulas, trabalhos acadêmicos, estágio, provas, com entradas e saídas de pronto atendimento quase que diariamente, e ainda assim quando veio o diagnóstico de cirurgia não mediu esforços para pagar a cirurgia e todo o tratamento até hoje, e diante de tudo isso sempre acreditou no meu potencial e não me deixou desistir. Obrigada amor por estar sempre ao meu lado, por me apoiar e me erguer sempre que preciso e por me amar.

A minha irmã Amanda Letícia, que saiu da sua casa para morar comigo quando ganhei a minha filha, sempre cuidando dela e de mim com muito amor, carinho e dedicação, e em todas as outras vezes que precisei foi minha mão direita. Te amo muito mana.

A minha Irmã Betinha, que apesar de ainda ser criança, me apreciava com sua companhia para dormir comigo todas as noites que meu esposo estava trabalhando fora, e desempenhava seu papel de tia entretendo minha filha enquanto eu fazia os trabalhos da graduação. Obrigada flor.

Aos meus irmãos Jackson e Thiago, por olharem para mim com grande respeito e admiração me fazendo sentir uma pessoa melhor e mais forte. Amo vocês.

A minha filha Raquel, que tão pequena teve que compreender que a “mamãe tem trabalho para fazer, tem que assistir aula, tem que estudar e não pode ficar com você agora só mais tarde, ou a mamãe vai brincar só um pouquinho tá? Pois precisa terminar tal coisa” e ainda assim me presenteia com seu amor, carinho, beijos e abraços. Mamãe te ama duas vezes infinito.

A minha avó Raimunda, que sempre esteve de joelho a orar por mim, como é bom saber que tem alguém orando por mim. Obrigada vizinha, a senhora é muito especial para mim.

A minha amiga Beatriz, e ao meu amigo Aprígio, por suas presenças em minha vida, mesmo longe, mesmo diante dos empates da vida, sempre se manterão por perto, sei que não deve ser fácil serem meus amigos, por que sou estranha, mas mesmo assim, vocês sempre estiveram comigo, e me sinto honrada e grata por estarem nos momentos mais felizes da minha vida e nos momentos tristes também estiveram lá. Vocês são mais que amigos, são irmãos. Amo vocês dois.

A minha orientadora Prof^a Dr^a. Célia Albiero, primeiramente por ter aceitado ser minha orientadora em um momento que me vi sozinha e sem saber o que fazer, você mesmo sem condições de ter mais uma orientanda me acolheu, sou muito grata. Por sua paciência, dedicação, palavras de conforto, por me encorajar e acreditar em mim, nossa, quantas vezes eu estava desaminada, preocupada e ansiosa, mas conversava com você e então me sentia capaz de novo, minhas forças se renovavam e eu prosseguia. Obrigada por sua sensibilidade de entender as situações que enfrentei durante toda essa caminhada e mesmo assim não me deixar, mas continuar comigo, me apoiar, me aconselhar e me ensinar ser melhor cada dia. Levarei sua força, dedicação, coragem e organização para o resto da minha vida, serei uma ótima assistente social, pois aprendi com a melhor. Obrigada.

A Prof^a Dr^a. Marília, por criar um projeto de extensão para que eu pudesse estagiar e executar meu projeto de intervenção, por aceitar ser minha supervisora, enfim por toda dedicação. Mesmo tendo sido curto o período que convivemos, foi um prazer estar ao seu lado.

A banca examinadora, que aceitou esse desafio mesmo tão em cima da hora. Vocês são excelentes.

RESUMO

O processo de democratização na educação superior a partir das políticas de expansão e de acesso, possibilitou uma mudança do perfil dos (as) discentes nos interiores das instituições federais de ensino superior em todo o país, e ocasionando assim a deselitização das universidades públicas. Mas, além de viabilizar o acesso, percebeu-se que era preciso garantir a permanência e o sucesso do (a) estudante na conclusão do curso de graduação de ensino superior, logo a necessidade de uma Política de Assistência ao estudante. Em vista disso, o presente trabalho propiciou a reflexão sobre a Política de Assistência Estudantil na Educação Superior, com foco em analisar a efetivação da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins para a permanência dos estudantes dos cursos de graduação do Câmpus de Miracema, com os objetivos de mapear os auxílios/programas estudantis da UFT para o Câmpus de Miracema; identificar a articulação da política de assistência estudantil no Câmpus de Miracema; e conhecer o acesso do estudante a essa política e aos auxílios/programas. Fundamentou-se no método Crítico Dialético na finalidade de realizar uma leitura mais profunda da realidade estudada, e como técnica de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental a fim de alcançar os objetivos propostos neste trabalho. A análise dos resultados demonstrou que a Política de Assistência Estudantil da UFT, entre os anos de 2016 a 2019, avançou bastante, descentralizando-se dos câmpus maiores e oferecendo aos estudantes dos câmpus menores, igualdade de acesso aos programas estudantis, como no caso do Câmpus de Miracema que em 2016 só estava disponível aos estudantes 2 (dois) tipos de auxílios e em 2019 o número de auxílios ofertados subiu para 7 (sete). Conclui-se que os programas de assistência estudantil da UFT têm buscado abranger todas as áreas do PNAES e oferecer garantia de permanência aos estudantes de todos os câmpus, porém tem pontos a serem analisados, repensados e melhorados, no intuito de garantir uma educação de qualidade que contribua não só para a qualificação no mercado de trabalho, mas sobretudo para a liberdade da opressão do sistema neoliberal.

Palavras-chaves: Política de Assistência Estudantil. Educação Superior. Permanência. Serviço Social.

ABSTRACT

The process of democratization in higher education based on policies of expansion and access, allowed a change in the profile of students in the interiors of federal institutions of higher education throughout the country, and thus causing the delitization of public universities. However, in addition to enabling access, it was perceived that it was necessary to ensure the permanence and success of the student at the conclusion of the undergraduate course of higher education, soon the need for a Student Assistance Policy. In view of this, the present work provided the reflection on the Policy of Student Assistance in Higher Education, focusing on analyzing the implementation of the Student Assistance Policy of the Federal University of Tocantins for the permanence of undergraduate students of the Campus of Miracema, with the objective of mapping uft's student aid/programs for the Campus of Miracema; identify the articulation of student assistance policy in the Campus of Miracema; and to know the student's access to this policy and to the aid/programs. It was based on the Dialectical Critical method in order to perform a deeper reading of the studied reality, and bibliographic research and documentary research were used as a research technique in order to achieve the objectives proposed in this work. The analysis of the results showed that the UFT Student Assistance Policy, between 2016 and 2019, advanced a lot, decentralizing the larger campuses and offering students from the lower campuses, equal access to student programs, as in the case of the Campus of Miracema that in 2016 was only available to students 2 (two) types of aid and in 2019 the number of aid offered rose to 7 (seven). It is concluded that uft student assistance programs have sought to cover all areas of the PNAES and offer guarantee of permanence to students from all campuses, but have points to be analyzed, rethought and improved, in order to ensure a quality education that contributes not only to the qualification in the labor market, but above all for the freedom of oppression of the neoliberal system.

Keywords: Student Assistance Policy. Higher Education. Permanence. Social Services.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Organograma da Estrutura Organizacional da Fundação Universidade Federal do Tocantins..... | 90 |
| Figura 2 - Distribuição da localização dos Câmpus da UFT..... | 91 |
| Figura 3 - Organograma da Estrutura Organizacional e Administrativa do Câmpus de Miracema do Tocantins | 93 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Ampliação dos números de vagas, números de matrículas, docentes efetivos e técnicos administrativos durante o Programa REUNI 2007-2011 | 31 |
| Quadro 2 - Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior durante o Programa REUNI 2007-2011 | 31 |
| Quadro 3 - Visão interna da UFT: Pontos Fortes | 80 |
| Quadro 4 - Visão interna da UFT: Pontos Fracos | 80 |
| Quadro 5 - Visão interna da UFT: Oportunidades | 81 |
| Quadro 6 - Visão interna da UFT: Ameaças..... | 81 |
| Quadro 7 - Distribuição dos cursos no Câmpus de Miracema | 94 |
| Quadro 8 - Distribuição dos cursos de Graduação na Modalidade PARFOR..... | 94 |
| Quadro 9 - Distribuição dos espaços físicos da Unidade Warã..... | 96 |
| Quadro 10 - Distribuição dos espaços físicos da Unidade Cerrado..... | 99 |
| Quadro 11 - Programas da Assistência Estudantil entre os anos de 2016 a 2019..... | 105 |
| Quadro 12 - Programas da Assistência Estudantil disponíveis no Campus de Miracema..... | 109 |
| Quadro 13 - Alunos (as) atendidos, auxílios pagos e programas de referência da Política de Assistência Estudantil no Campus de Miracema e alunos (as) matriculados (as) do referido Câmpus..... | 114 |
| Quadro 14 - Discriminação de alunos (as) atendidos e de auxílios pagos em cada programa da Política de Assistência Estudantil ofertados no Campus de Miracema..... | 115 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| CEP | Código de Ética Profissional |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CONSEPE | Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão |
| CONSUNI | Conselho Universitário |
| CUBO | Cadastro Unificado de Bolsista |
| DAE | Diretoria de Assuntos Estudantis |
| DAP | Diretoria de Acompanhamento de Programas de Assistência Estudantil |
| EaD | Educação à Distância |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| FIES | Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior |
| FONAPRACE | Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| IFES | Instituições Federais de Ensino Superior |
| IVS | Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MP | Medida Provisória |
| NAPS | Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Social |
| PAA | Programa Auxílio Alimentação |
| PAM | Programa Auxílio Moradia |
| PAP | Programa Auxílio Permanência |
| PAPE | Programa à Apoio Participação em Eventos |
| PAPT | Programa Auxílio Permanência Temporário |
| PARFOR | Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |

| | |
|---------|--|
| PEP | Projeto Ético Profissional |
| PL | Projeto de Lei |
| PMID | Programa de Monitoria de Inclusão Digital |
| PNAES | Programa Nacional de Assistência Estudantil |
| PROEST | Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis |
| PROUNI | Programa Universidade para todos |
| Psaúde | Programa de Atenção à Saúde |
| REUNI | Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| RU | Restaurante Universitário |
| SEST | Seção de Estágio e Assistência Social |
| UFT | Universidade Federal do Tocantins |
| UNITINS | Universidade do Estado do Tocantins |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA | 18 |
| 2.1 | A Educação como direito social e campo de disputa entre classes..... | 18 |
| 2.2 | A Educação Superior: políticas de expansão, de acesso e a democratização..... | 25 |
| 2.2.1 | O perfil do corpo docente das Instituições Federais de Ensino Superior | 34 |
| 2.3 | A Educação Superior: uma análise do contexto atual | 38 |
| 3 | O SERVIÇO SOCIAL JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR | 44 |
| 3.1 | O Serviço Social na Contemporaneidade e o Projeto Profissional | 44 |
| 3.2 | A atuação do Assistente Social na Política de Educação..... | 53 |
| 3.3 | A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior | 57 |
| 3.3.1 | O Serviço Social na Política de Assistência Estudantil: aspectos relevantes para a efetivação do projeto ético-político profissional | 64 |
| 4 | A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E NO CÂMPUS DE MIRACEMA: REFLEXÕES DOCUMENTAIS..... | 69 |
| 4.1 | Procedimentos Metodológicos..... | 69 |
| 4.2 | Caracterização da Universidade Federal do Tocantins e do Câmpus de Miracema | 73 |
| 4.2.1 | Informações históricas da Universidade Federal do Tocantins e do Câmpus de Miracema | 73 |
| 4.2.2 | Dados característicos da Universidade Federal do Tocantins e do Câmpus de Miracema | 87 |
| 4.3 | A Efetivação da Política de Assistência Estudantil na UFT e no Câmpus de Miracema para a permanência dos estudante..... | 100 |
| 4.3.1 | Apresentação da Política de Assistência Estudantil e dos instrumentos de efetivação..... | 101 |
| 4.3.2 | Uma reflexão do contexto local sobre a efetivação da Política de Assistência Estudantil..... | 109 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 117 |
| | REFERÊNCIAS..... | 124 |

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como tema “A Educação Superior e a Política de Assistência Estudantil”, delimitando sua temática “A efetivação da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins para a permanência dos (as) estudantes do Câmpus de Miracema nos anos de 2016 – 2019”. Pautando-se na discussão da Educação Superior como uma política social pública, como um direito estabelecido pela Constituição Federal de 1988, com ênfase no dever do Estado em garantir o acesso e a permanência aos (as) acadêmicos (as) nas IFES, por meio de políticas públicas, neste caso a Política de Educação e a Política de Assistência Estudantil.

Como objeto de pesquisa apresentou-se, a efetivação da Política de Assistência Estudantil na UFT com foco no Câmpus de Miracema objetivando “Analisar a forma de efetivação da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins para a permanência dos (as) estudantes dos cursos de graduação do Câmpus de Miracema”.

Os objetivos específicos buscaram: a) mapear os auxílios estudantis da Universidade Federal do Tocantins para o Câmpus de Miracema; b) identificar a articulação da Política de Assistência Estudantil no Câmpus de Miracema junto aos 4 (quatro) cursos de graduação; e c) conhecer o acesso do (a) estudante a essa política e aos auxílios.

As questões norteadoras destinaram-se a responder: a) quais os auxílios estudantis da Universidade Federal do Tocantins para o Câmpus de Miracema? b) como se tem articulado a Política de Assistência Estudantil no Câmpus de Miracema junto aos 4 (quatro) cursos de graduação? e, c) como se dá o acesso do (a) estudante a essa política e aos auxílios?

A metodologia aplicada na construção deste trabalho se deu mediante a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Segundo Lakatos e Marconi (2008), a pesquisa bibliográfica consiste em fontes secundárias, ou seja, toda bibliografia já tornada pública, que pode ser de forma escritas e impressas, em tipos de jornais, revistas, teses, monografias, livros, boletins e inúmeros outros, ou também através de comunicação oral, em tipos de gravações, rádio, filmes, documentários e conferências. Já a pesquisa documental consiste em fontes muito mais diversificadas e dispersas, sendo encontrados em tipos de documentos e de

arquivos de instituições privadas e órgãos públicos, cartas pessoais, diários, fotografias, regulamentos, ofícios, toda espécie de relatórios, tabelas estatísticas e muitos outros.

Assim, para a construção e alcance do objeto e objetivos de pesquisa, fez-se uso de resoluções institucionais da UFT; minutas de resoluções e editais no âmbito da assistência estudantil; relatórios de estágios; relatórios de avaliação institucional; planos; manuais; relatórios de eventos; documentos; legislações nacionais; publicações em sites da UFT e do governo federal e outros pertinentes ao desenvolvimento desta pesquisa.

Já o método escolhido para pautar-se no desenvolvimento deste trabalho, foi o Método Crítico Dialético, o qual permite considerar o contexto histórico, o socioeconômico, as relações sociais de produção e dominação das condições capitalistas, além de permitir ao (a) pesquisador (a) realizar uma leitura crítica da realidade, não ficando preso só na aparência e na culpabilização do indivíduo. Tal método permitiu-se uma aproximação e apreensão da realidade da Política de Assistência Estudantil da UFT e a efetividade que tem para a permanência dos estudantes nos cursos de graduação do Câmpus de Miracema.

E para respaldar a fundamentação teórica a respeito do tema de discussão deste trabalho, utilizou-se autores (as) como: BRASIL (1988); LOPES (2006); FRIGOTTO (2003); MÉSZÁROS (2008); LEHER (2005); FONAPRACE (2019); ANDIFES (2019); IAMAMOTO (2001); YAZBEK (2009); PAULO NETTO (2015); ABRAMIDES (2016); BOSCHETTI (2017); ALMEIDA (2011); SILVEIRA (2012); e outros (as) que se apresentaram de grande relevância a fundamentação deste trabalho.

A partir da vivência de estágio em Serviço Social no Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Social (NAPS), em agosto de 2016, foi possível apreender a realidade social dos (as) estudantes do Câmpus de Miracema, e através da aproximação com as demandas que chegavam ao setor, percebeu-se que o fluxo de demandas relacionadas a solicitações de auxílios era muito alta, surgindo assim, a indagação: qual é a efetivação da Política Estudantil da UFT para a permanência dos (as) estudantes no Câmpus de Miracema? E se esta, realmente cumpre o seu objetivo, de ampliar as condições de permanência do (a) estudante na graduação presencial da UFT, melhorando o desempenho acadêmico e contribuindo para a prevenção de retenção e evasão dos estudantes favorecidos por essa política?

E pautando-se em tais questões que surgiu esta pesquisa, visando assim poder contribuir de alguma forma, de analisar a respeito da implementação da Política de Assistência Estudantil no Câmpus de Miracema; dos programas ofertados pela UFT para a permanência dos (as) estudantes contemplados pelos auxílios e para fortalecer a importância da Política de Assistência Estudantil tanto em âmbito institucional como nacional, pois acredita-se que a pesquisa tem parte transformadora na realidade junto a sociedade.

Ao debruçar sobre a temática da Política de Assistência Estudantil no ensino superior público, observou-se que a partir do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, teve-se uma expansão significativa na criação de novos câmpus universitários em todo território nacional e também no acesso as Universidades, alcançando deste modo o objetivo do programa o, “[...] de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL, 2007, p. 01).

O Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o REUNI, traça como diretrizes do programa, redução nas taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso no ensino superior público; e ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

Com essas diretrizes o REUNI proporcionou maior oportunidade de acesso à educação superior pública para a população pauperizada, que por vários motivos, sejam, sociais, econômicos, pedagógicos, culturais e outros não tinham possibilidade de ingressar e se manter na graduação. Assim, surgiu a necessidade de criar meios para garantir a permanência e conclusão de qualidade dos novos (as) ingressantes do nível superior.

Nesse intuito, em 2010 foi criado pelo governo federal o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para ser executado pelo Ministério da Educação com finalidade de desenvolver programas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de forma a ampliar as condições de permanência aos estudantes de baixa renda. Além de objetivar a democratização nas condições de permanência dos (as) estudantes na educação superior pública; a redução nas taxas de evasão e retenção; a promoção da inclusão social pela educação e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais da educação superior. (BRASIL, 2010).

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, a discussão dos assuntos se deu de maneira ampla na finalidade de apresentar: a educação superior no contexto atual e sua relevância; a Política de Assistência Estudantil em âmbito PNAES, UFT e Câmpus de Miracema; e atuação do Assistente Social na Política de Educação e de Assistência Estudantil.

Assim, este trabalho apresenta-se estruturado da seguinte forma, primeiro momento: A Política de Educação Pública, que abordou a educação como direito social e campo de disputa entre classes; a educação superior e as políticas de expansão, de acesso e de democratização; o perfil do corpo discente das IFES; e a educação superior em uma análise do contexto atual. Deste modo, discutiu-se a educação com como direito de todos (as) e de dever do Estado em garanti-la, como meio de superação da ordem capitalista e de emancipação; a educação superior elitizada e a partir das políticas de expansão do acesso, passa a ser realidade aos (as) estudantes pauperizados (as) e ocorre uma mudança no perfil dos (as) estudantes do ensino superior público fazendo-se necessário criar meios de permanência para esses estudantes; além de fazer uma crítica ao governo que tem buscado sucatear a educação superior de todas as formas.

Segundo momento, O Serviço Social Junto a Política de Assistência Estudantil na Educação Superior, que abordou o Serviço Social na contemporaneidade e o projeto profissional; a atuação do (a) assistente social na política de educação; a Política de Assistência Estudantil na Educação Superior; e o Serviço Social na Política de Assistência Estudantil. Deste modo, discutiu-se o rompimento do Serviço Social com o conservadorismo, a construção do Projeto Profissional, da lei que regulamenta a profissão, do Código de Ética e dos 11 princípios fundamentais; além de apresentar o Serviço Social como uma profissão interventiva, que tem como objeto de intervenção as expressões e manifestações da “questão social”.

Terceiro momento, A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins e no Câmpus de Miracema: reflexões documentais, aqui abordou-se, os procedimentos metodológicos da pesquisa; a caracterização da Universidade Federal do Tocantins e do Câmpus de Miracema, através da apresentação histórica da instituição e do Câmpus em foco, além de trazer dados característicos de infraestrutura e estrutura de ambos; a apresentação da Política de

Assistência Estudantil da UFT, dos instrumentos de efetivação e a efetivação da Política de Assistência Estudantil no Câmpus de Miracema.

E encerrando o trabalho tem-se, as considerações finais, no qual foi apresentado as reflexões acerca dos assuntos discutidos no desenvolvimento do trabalho e do alcance do objeto e objetivos da pesquisa.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA

Esse primeiro capítulo discutiu-se a educação como direito social e campo de disputa entre classes, abordando que, a educação é direito de todos e dever do Estado em garanti-la, e não deve ser instrumento de servir aos interesses do capital, mas deve estar voltada para uma educação emancipatória, e sendo acessada por todos e não apenas pelos donos do capital. Também, aprofundou-se sobre as políticas de expansão, de acesso e a democratização no ensino superior e que a mesma acarretou em mudança no perfil do corpo discente das Instituições de Ensino Superior, além de trazer uma análise do contexto atual.

2.1 A Educação como direito social e campo de disputa entre classes

A educação nem sempre foi estabelecida no Brasil como um direito social, sendo considerada, um privilégio de poucos por ser privada e muito cara, acabava por ser desfrutada por uma minoria da população (a elite). Deste modo a grande maioria da população formada pela classe trabalhadora, ficava de fora do processo educacional.

Através de muitas lutas, reivindicações e resistências por parte da classe trabalhadora desfavorecida do processo educacional escolar, o Estado se viu pressionado a formular mecanismos de universalizar a educação e torna um DIREITO. Estabelecida na Constituição Federal de 1988, como **direito de todos**, devendo ser pública, gratuita e de qualidade, de dever principal do Estado em garantir e da família em reafirmar.

Apesar da complexidade de tal assunto, mas de suma importância para qualquer civilização, pois acredita-se que é por meio da educação que se torna seres críticos, capazes de questionar e refletir sobre o meio em que se vive, abordar-se-á tal assunto através de textos legislativos, documentos e bibliografias que conversem entre si e traga a discussão de Política de Educação como um direito social e o papel que a mesma exerce na sociedade.

Na contemporaneidade a educação é um direito estabelecido na Constituição Federal de 1988. Para que esse direito seja garantido de forma abrangente é implementada a Política Educacional através de legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Silveira (2012, p. 16) afirma que “[...] a educação,

enquanto um direito social, concretiza-se por meio de uma política pública social que, baseada em toda uma legislação, vai se solidificar para que seja garantido às pessoas o direito à Educação.”

De acordo ainda com Silveira (2012), a política pública é o meio que o Estado utiliza para concretizar os direitos conquistados pela sociedade, sendo ela uma estratégia de ação planejada que envolve diferentes autores. Diante deste exposto, pode-se afirmar que a educação é um direito social estabelecido em lei e efetivado através da política de Educação.

Nota-se que as manifestações e lutas da população por direito a educação pressionou o Estado a garantir tal direito, e que os direitos estabelecidos em leis e decretos constitucionais, não foram criados pela simples vontade do Estado em proporcionar o bem estar da sociedade, mas na verdade foram conquistados com muita persistência e resistência de muitos (as).

A Constituição Federal de 1988 declara no seu art. 6º que a educação é um direito social, sendo a mesma, dever do Estado como consta nos seguintes artigos:

Art. 205º. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V- Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI- Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII- Garantia de padrão de qualidade;
- VIII- Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. (BRASIL 1988, p. 136).

E de igual forma encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394 de 1996) estabelecida nos artigos:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI- gratuidade do ensino público, em estabelecimentos oficiais;
 - VII- valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII- gestão democrática de ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX- garantia do padrão de qualidade;
 - X- valorização da experiência extra-escolar;
 - XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- (BRASIL, 1996, p. 21-22).

Através de um ensino de qualidade, com garantia de livre expressão de pensamentos, a educação permite ao indivíduo conhecer e vivenciar novas culturas e saberes, a respeitar a liberdade de todos (as) e a coexistir com a mesma, cabendo ao Estado garantir e criar meios para o acesso à essa educação de qualidade e a permanência à estudantes tanto da educação básica como da educação superior, profissionalizante e tecnológica, visto que a formação contribui para o desenvolvimento pessoal.

Na LDB/96, a “Educação superior tem por finalidade: II- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação.” (BRASIL 1996, art.43º, inciso II p.36). Partindo desse referido, existem estudiosos (as) da educação que discordam com essa concepção e apresenta a institucionalização da educação como um mecanismo de servir aos interesses do capital. Ou seja, na qual a política de educação é usada para a manutenção do capitalismo e suas prioridades, em que, qualifica o indivíduo para sustentar o modo de produção capitalista. Como é apresentado na seguinte citação: “Na sociedade capitalista a educação ganhou centralidade política, pois era importante para a classe dominante a constituição de um espaço que possibilitasse “harmonia” e enquadramento na ordem social, por meio de um processo educativo.” (HERKENHOFF e PEREIRA, 2011, p. 37).

Em concordância a perspectiva de a educação servir para a reprodução e manutenção do capital, Lopes (2006) apresenta:

No que se refere ao conteúdo ideológico das políticas educacionais, é importante ressaltar que, elas buscam oferecer ao capital monopolista os recursos humanos necessários ao processo de reprodução do capital. Ou seja, existe uma funcionalidade entre a política educacional e o processo de valorização do capital que se manifesta, inclusive, a partir do perfil profissional do trabalhador demandado pelo capital, com vistas à sua reprodução, utilizando a teoria do capital humano. [...] constatou-se que [...]

a educação é a chave [...] que propicia a potencialização da capacidade produtiva dos indivíduos e, portanto, determinante para a mobilidade individual e desenvolvimento das nações [...]. (LOPES, 2006, p. 27).

Entende-se que no âmbito da sociedade capitalista a educação foi garantida a todos (as) como direito social, pois a mesma foi conquistada pela sociedade, porém o sistema capitalista não deixou de introduzir mascaradamente suas ideologias e ideais, tentando assim fortalecer e manter em vigência o modo de produção capitalista, plantando assim a ideia de acumulação e crescimento profissional através do aprimoramento intelectual, transformando a educação apenas em um instrumento para o indivíduo destacar-se na disputa do mercado de trabalho. Desta forma, o capitalismo empenha-se em encobrir que a educação é muito mais que crescimento profissional.

Em contraposição, existem aquelas concepções que apresentam a educação como um instrumento importantíssimo para a transformação da sociedade e do indivíduo, e tem o poder até mesmo de romper com a lógica capitalista, transformando a sociedade e acabando com a desigualdade de classes sociais.

Conforme, a autora relata, “[...] a educação como mecanismo emancipatório e fundamental para o exercício da cidadania, objetiva a formação de sujeitos capazes de pensarem por si próprios e de, através do acesso à educação, mudarem seus destinos.” (SILVEIRA, 2012, p. 11).

Defende-se uma educação pública, gratuita e de qualidade, que possibilite a emancipação do indivíduo, desperte a criticidade humana, que rompa com a lógica de exploração e acumulação à custa da mão de obra humana. A educação tem a capacidade de transformar as pessoas em seres pensantes e atuantes na história da sociedade, de esclarecer o incompreensível e de trazer liberdade.

Assim como coloca Lima (2018, p. 52), “[...] A Educação nos possibilita vislumbrar a emancipação humana, podendo incomodar os governos, a mídia e todos aqueles que de certa forma, se colocam num patamar de opressor.”

Ambas considerações têm seus lados à serem observados, pois como afirma Frigotto (2003), a educação é campo de disputas hegemônicas, na qual existem interesses diferentes em todas as partes envolvidas.

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos

processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas esferas da vida social, aos interesses de classe. (FRIGOTTO, 2003, p. 25).

Na perspectiva da educação como instrumento de interesse do capitalismo, Frigotto (2003) declara que:

Na perspectiva das classes dominantes, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnicas, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 2003, p. 26).

Observa-se que os poderosos detentores do poder na sociedade usam de artimanha na Educação para alcançar seus próprios interesses, usando todos os meios para lucrar nessa política social, seja através, de “adestramento” do indivíduo para o trabalho ou de mercantilizar o que deveria ser público, gratuito e de qualidade.

De acordo com, Araújo e Bezerra (2007, p. 2), o capitalismo passa por uma crise no final do século XX o que ocasiona um agravamento à manutenção e sustentação do capital, fato que acarreta em cortes de verbas das políticas públicas, transferindo o investimento que seria para as políticas públicas, para outras esferas, “[...] um processo frequentemente denominado de financeirização do capital. Por meio desse mecanismo de movimento ocorre a mercantilização da educação e das políticas educacionais, tornando a educação subordinada ao mercado.”

Em relação a mercantilização da educação, Mészáros (2008) é enfático ao afirmar que uma sociedade que impede a educação emancipatória, é aquela que transforma tudo em lógica de consumo, até mesmo a educação.

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro. (MÉSZÁROS, 2008, p. 16).

O sistema capitalista tem seu ideal embasado no lucro de mercado, sendo assim tudo transformado em mercadoria, inclusive as políticas públicas. E aquelas mais acessadas pela população, o sistema neoliberal arruma um jeito de

mercantiliza-las, sejam elas, a educação, a saúde, a previdência, ou qualquer que seja, são usadas para servir a manutenção do capitalismo.

Mészáros (2008, p. 35) ainda afirma que nos últimos 150 anos a educação institucionalizada serviu a dois propósitos: o de “[...] fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, como também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Ou seja, a educação

[...] tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema. (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

Em desacordo com a concepção de educação, que a lógica capitalista imprime, Mészáros (2008, p. 9; 27), argumenta que a “[...] educação não deve qualificar para o mercado, mais para a vida.” E para se ter uma educação que liberta, que pensa e que age com o objetivo de transformar o mundo, “[...] é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.”

A Educação tem que ser para além do capital, na qual, tenha como referência o ser humano e não o individualismo embasado em seus próprios interesses de lucros. A mesma tem que estar inserida de tal modo a desfavorecer os interesses da classe dominante e romper com a alienação. É necessária uma educação que emancipe o indivíduo, ao invés de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo.

Desta maneira, defende-se que a educação é um meio de transformar a sociedade, o indivíduo e de superar o atual modo de produção capitalista. É a educação que “[...] liberta o indivíduo das cadeias do determinismo neoliberal, e reconhece que a história é um campo aberto de possibilidades.” (MÉSZÁROS, 2008, p.13).

[...] Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. [...] [...] O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 61-65).

Na defesa de uma educação que liberte, que acrescente criticidade, que rompa com a alienação, Frigotto (2003) diz que:

A luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade. Mais que seja concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se defina no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social. (FRIGOTTO, 2003, p. 31).

Diante do que foi apresentado, nota-se que a política de educação foi transformada em mercadoria e instrumento para atender aos interesses das classes dominantes. E que a mesma é vista pelo Estado como um campo promissor ao lucro, e transforma aquilo que deveria ser um direito social de todos (as), em mercadoria.

Segundo Frigotto (2003, p.186) os “[...] direitos não são mercantilizáveis” e é dever do Estado atender direitos como os da educação, saúde, habitação e “[...] o desmonte do Estado nestas áreas significa desmonte de direitos”.

Em concordância, a autora afirma que:

A educação é um direito de todos e dever do Estado, assegurado por lei, sendo sua trajetória marcada por conquistas, debates e embates políticos, pois o campo educacional, como política pública, tem sido um espaço de luta e de disputa de diferentes projetos societários. (SILVEIRA, 2012, p. 22).

Por conta dessas derruições de direitos que se têm sofrido, que Bobbio (2004, p. 23) afirma “[...] existir um problema fundamental em relação aos direitos [...], hoje, não é tanto de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político.” Diante do exposto, pode-se dizer que além de saber quais e onde está estabelecido o direito a educação, é preciso atentar para uma maneira segura de garanti-los.

A educação estabelecida nas legislações brasileira é instituída como um direito fundamental e universal, e se faz instrumento de formação na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social. Nesse aspecto a educação é parte primordial na formação do ser humano, e suas relações com a sociedade. (ALVES, 2002).

Em semelhança Silveira (2012, p. 22) afirma que “[...] a educação é um processo de aprendizagem que ao mesmo tempo favorece e propicia o

desenvolvimento da pessoa humana, sendo reconhecida como direito fundamental de todos e devendo ser assegurada em condições de igualdade pelo Estado.”

Tem-se que defender ferrenhamente uma educação, de qualidade, gratuita e para todos (as), que direcione, a um novo sistema, a superação do modelo de classes e a uma nova relação social. Lutar em defesa, da liberdade de ensino e de pesquisa; da autonomia na escolha de conhecimento de novas culturas, pensamentos e artes, e como já foi proferido anteriormente, em favor de uma educação emancipatória, que propicie instrução para todos os saberes permitindo abrir um leque de possibilidades na mente humana.

Percebe-se também a necessidade de lutar pela efetivação da democratização da educação pública, gratuita e de qualidade, por políticas de expansão, de acesso e de permanência para todos os níveis educacionais, sejam eles, básico, fundamental, médio, superior ou especializações, pois acredita-se que o ser humano não deve ser privado de passar por todas as etapas de ensino.

2.2 A Educação Superior: políticas de expansão, de acesso e a democratização

A educação superior no Brasil desde sua origem teve caráter elitista, na qual, apenas a classe dominante tinha acesso, ficando de fora os (as) trabalhadores (as). Como a própria história apresenta, a criação das primeiras instituições de ensino superior no Brasil, se deu com a vinda da família Real Portuguesa. (SILVEIRA, 2012).

Segundo Silveira (2012), o surgimento significativo das Universidades brasileiras ocorreu a partir do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras, esse decreto tornava a Universidade pública, podendo ser da esfera federal, estadual ou municipal, e deveria incluir os cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Educação e Letras.

Posteriormente em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal Brasileira e nela a educação superior é apresentada como sendo dever do Estado efetivar a garantia de “Acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. (BRASIL 1988, p.137). Acerca desta, Marafon (2015, p. 61) argumenta que:

A Constituição Federal (CF) de 1988 prega a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Destarte, esta igualdade parece se

restringir à educação básica, que deverá ser obrigatória e gratuita para crianças de quatro até dezessete anos. Em relação à educação superior seu acesso assim está definido na CF art. 208 e LDBEN art. 4: “**de acordo com a capacidade de cada um**” (BRASIL, 1996a – grifos meus). Este preceito expressa de forma implícita que a educação superior não se destina a todos, mas àqueles com capacidades para tal. Capacidade esta não especificada, mas evidenciada historicamente mais como uma “capacidade financeira” do que intelectual. (MARAFON, 2015, p. 61).

Partindo dessas informações, nota-se que a educação superior, principalmente a pública, não era de acesso a todos (as) que dela desejassem. Trazida pela família real e mais tarde, firmada pública com cursos elitistas e sem nenhum subsídio por parte do Estado para que determinados segmentos da população ingressassem na graduação, pois tal segmento ao terminarem o ensino básico não tinha condições de competir com os (as) estudantes das classes altas, que passaram todo o período da educação básica se preparando para ingressar no ensino superior.

Em conformidade com tais afirmações, Nierotka e Trevisol (2016) expressam que:

Ao longo de toda a sua história, de um modo geral, as universidades têm sido espaços ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural. Os mais ricos têm usufruído dessa instituição milenar para legitimar a posição social que ocupam na estrutura social e ampliar o poder que, em geral, já exercem no conjunto da sociedade. Os jovens oriundos de famílias das classes média e alta são estimulados a ingressar nas melhores universidades e cursos em busca de um título acadêmico – que, na prática, é uma espécie de prêmio. Os filhos dos mais pobres estudam em escolas públicas até o final da educação básica e, ao se depararem com as dificuldades de ingresso nas universidades públicas, decorrentes do limitado número de vagas e da concorrência, buscam as IES privadas para obterem sua formação de nível superior. As vagas públicas, por estas razões, têm sido historicamente ocupadas pelos estudantes de maior renda, formados em escolas privadas de educação básica. (NIEROTKA; TREVISOL, 2016, p. 2).

Os autores acima apresentam a realidade de estudantes pauperizados que ingressam nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas não por opção, mas por não conseguirem passar nas seleções das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Ainda assim, pode-se afirmar que é uma parcela bem pequena dessa população que se aventura a tal, pois se deve levar em consideração que para cursar um curso superior não é necessário apenas passar na seleção (que nas IES privadas são mais fáceis), porém existem outros agravantes como, gastos com as mensalidades, materiais didáticos, alimentação, deslocamento para a instituição,

além de seu próprio custo com sobrevivência, que em sua grande maioria vivem um orçamento muito pequeno. Ou seja, o (a) aluno (a) tem que conseguir permanecer e concluir a graduação e não apenas acessar a vaga.

Em concordância, Marafon (2015) relata que:

[...] o acesso à educação superior mostrou-se privilégio de poucos na história da sociedade brasileira. Foi destinada primeiramente aos filhos de grandes latifundiários, senhores de engenho, funcionários da coroa e Igreja. A *função social* da universidade era a formação de um quadro de profissionais da elite, significando basicamente status de classe. (MARAFON, 2015, p. 61).

Mesmo diante das constantes reedificações da classe trabalhadora pela garantia e efetivação de acesso e permanência na educação superior, esse cenário de acesso mínimo ao ensino superior para a população pobre, predominou por bastante tempo.

O processo de expansão, ampliação de acesso de vagas e garantia de permanência à educação, só foi impulsionada a partir de 2003, com o a criação de um “Grupo de Trabalho Interinstitucional para analisar a situação da educação superior e propor alternativas para a ampliação do número de vagas no setor público.” (MARAFON, 2015, p. 51).

De forma a atingir esse objetivo, foram criados diversos programas; ações afirmativas e ampliado outros programas já existentes, dentre estão: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); foi implantado o Programa Universidade para Todos (ProUni) com o Decreto nº 5.493, de 15 de Julho de 2005, para as instituições privadas; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) através do Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, que reestruturou as universidades públicas; e a Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa que financia cursos de graduação no ensino superior privado para estudantes que estejam matriculados regularmente e não tenha condições financeiras de arcar com as mensalidades do curso¹. O programa foi criado em 1999, como substituto do crédito educativo, e foi ampliado e modificado nos anos e

¹ Fonte: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=faq>>. Acesso em: Out. de 2017.

governos posteriores². A modificação no programa possibilitou que “[...] mais pessoas tivessem acesso a ele, aumentou o período de carência e facilitou a burocracia em torno da documentação dos fiadores.” (SILVEIRA, 2012, p. 40).

O FIES propiciou aumento do acesso ao ensino superior, possibilitando que muitas pessoas que tinham o desejo de cursar uma graduação e não possuíam condições financeiras para que pudessem alcançar esse objetivo. Porém, nota-se que o Governo estava ampliando as vagas para IES privadas, desvalorizando o que é Público, reproduzindo e garantindo que as vagas Públicas fossem acessadas somente pela elite, como diz uma frase popular “As universidades públicas estão lotadas de ricos e as faculdades privadas são para os pobres”. Além disso, percebe-se que tais meios geram a valorização do capital, reproduzindo a lógica neoliberal, já que, com tal programa os números de inscrições aumentavam e com elas o capital das instituições.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), foi criado pelo Governo Federal em 2004. O Programa visa conceder bolsas de estudos integrais e parciais (50%) para estudantes em instituições privadas de ensino superior. Para se inscrever no programa o (a) candidato (a) não pode ser formado em graduação de nível superior. O processo de seleção para o programa é realizado a partir da nota do (a) candidato (a) no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).³ As instituições que disponibilizam as bolsas para o programa, são isentas dos pagamentos de tributos e taxas ao Governo Federal. (SILVEIRA, 2012).

Pode-se notar, mais uma vez o governo procura manter seus ideais neoliberais, procura aumentar o privado e diminuir o público. Esse tipo de viés de acesso ao nível superior são artimanhas do Estado neoliberal para transferir as verbas públicas para o setor privado, enriquecendo assim os grandes empresários. Nota-se também que o Prouni tem duas vias, um em que o Estado transfere renda do Próprio Estado para o pagamento das bolsas disponíveis utilizadas pelos (as) estudantes do programa e o outro é que o Estado deixa de arrecadar verbas de tais instituições, pois como já citado anteriormente, as instituições que estão credenciadas no Prouni são isentas de tributos e impostos.

² Fonte: <<http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/a-polemica-em-torno-do-programa-de-financiamento-estudantil-fies>>. Acesso em: Out. de 2017.

³ Fonte: <<http://siteprouni.mec.gov.br/oprouni.php>>. Acesso em: Out. de 2017.

Esses dois programas não são destinados à educação superior pública, porém não se pode deixar de citá-los como instrumentos utilizados pelo Estado no processo de expansão do acesso ao Ensino Superior, e também para fazer uma abordagem crítica aos programas.

O PROUNI e o FIES é alvo de críticas de várias instâncias, como do movimento dos docentes da educação superior, do movimento estudantil e de instituições filantrópicas que não foram chamadas para aderir ao programa. A crítica mais contundente foi à opção do governo de repassar recursos para instituições privadas, ao invés de expandir as universidades públicas. Ou seja, ao invés do governo investir no ensino público, cria “vagas públicas” em instituições privadas, denotando a natureza restritiva da educação pública no país, em favor da expansão do ensino privado. Outra problemática levantada sobre os programas é que este prevê apenas a concessão de bolsas de estudos para estudantes de baixa renda em universidades privadas, mas não garante assistência estudantil, comprometendo a permanência desse aluno. Muitas vezes, apenas a isenção da taxa mensal para cursar uma universidade privada não é suficiente, pois esse universitário terá gastos com transporte, materiais didáticos e alimentação, os quais o orçamento familiar não suporta, ocasionando, conseqüentemente, sua evasão. Há de se pensar se realmente o direito à educação está sendo garantido nesses casos. (BARROS, 2007, apud SILVEIRA, 2012, p.40).

Em conformidade, Leher (2005, p. 47) evidencia que a “[...] expansão da educação superior teria de ser público e gratuito e, para tanto, as verbas públicas teriam de ser alocadas no sistema público e não no setor privado, já robustecido ao longo dos anos 90 por incentivos fiscais, empréstimos subsidiados e programas de bolsas etc.”

Retomando-se a questão da expansão e ampliação de acesso ao ensino superior público, aponta-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) criado pelo governo federal através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação das universidades públicas, propiciando a permanência de qualidade dos (as) estudantes no ensino superior público. A adesão ao Reuni foi colocada como voluntária para as Instituições de Ensino Superior Federais, contudo, o repasse de recursos destinados a reestruturação estava atrelado à esta adesão. (BRASIL, 2007).

As diretrizes e metas do REUNI são direcionadas para a democratização do ensino superior proporcionando maior oportunidade de acesso à educação superior pública. O programa tem como “[...] meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da

relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.” (BRASIL, 2007, p. 01). E estabelece como diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007, p. 01).

O REUNI visava a Reestruturação e Expansão de vagas e das IFES através do repasse de verbas, mas só seriam beneficiadas as Universidades e Institutos Federais que aderissem o programa, ou seja, a expansão e reestruturação não eram para todas, tornando assim de certa forma a adesão ao programa “obrigatório”. Como todo programa instituído pelo Governos, o REUNI também teve seus prós e contras, foram grandes as reivindicações por parte de discentes e docentes que consideravam as metas inatingíveis, pois há anos que a educação superior pública vinha sendo sucateada, as IFES estavam em situações críticas em todos os aspectos.

O objetivo traçado nesse decreto é, definitivamente, incompatível com a qualidade da educação superior, pois as precárias condições em que hoje se encontram praticamente todas as universidades públicas brasileiras, tanto em termos de sua infraestrutura quanto de insuficiências em seus quadros docente e técnico-administrativo, não permitem a ampliação do acesso à educação superior com garantia de permanência – ainda que esta seja uma luta histórica do Movimento Docente. Atualmente, existem salas superlotadas em muitas IFES e IEES, em vista da falta de reposição das vagas docentes, conforme já historiado; há, também, ausência de condições condizentes com a envergadura e importância do trabalho a ser realizado, quer do ponto de vista do apoio técnico, quer das condições físicas das instituições. Esta realidade impede em grande parte o trabalho pedagógico adicional, que seria necessário para recuperar, nem que seja parcialmente, as muitas lacunas que o insuficiente ensino básico tem deixado na maioria dos estudantes que ingressam no ensino superior (ANDES, 2007 apud MARAFON, 2015, p. 52-53).

Apesar de todas as objeções contra o REUNI, o programa acabou se mostrando um meio muito significativo de expansão e democratização ao Ensino

Superior, pois houve criação de novas IFES, expansão de vários câmpus universitários, ampliação da infraestrutura de câmpus já existentes, novos concursos para docentes e técnicos administrativos, ampliando assim as vagas nas IFES, como mostram os quadros (1 e 2) abaixo:

Quadro 1 – Ampliação dos números de vagas, números de matrículas, docentes efetivos e técnicos administrativos durante o Programa REUNI 2007-2011.

| | 2007 | 2011 | Expansão |
|--------------------------|---------|---------|----------|
| Nº de vagas | 139.875 | 231.530 | 91.655 |
| Nº de Matrículas | 578.536 | 842.606 | 264.070 |
| Docentes efetivos | 45.849 | 66.114 | 20.265 |
| Técnicos administrativos | 88.801 | 96.208 | 7.407 |

Fonte: MEC – Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012. Teixeira (2019).

Quadro 2 – Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior durante o Programa REUNI 2007-2011.

| | 2003 | 2011 | Expansão |
|---------------------|------|------|----------|
| Universidades | 45 | 63 | 18 |
| Câmpus/Unidades | 148 | 321 | 173 |
| Municípios com IFES | 114 | 275 | 161 |

Fonte: MEC – Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012. Teixeira (2019).

A expansão das IFES desde a implantação do REUNI ficou conhecida como o processo de “Interiorização da educação superior”, por privilegiar pontos mais afastados dos grandes centros urbanos. (MEC, 2012).

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) aderiu ao programa ainda na primeira chamada da implantação do programa para o primeiro semestre de 2008. E a mesma foi beneficiada em seus sete câmpus com as inúmeras metas e objetivos do programa, desde ampliações e melhorias na infraestrutura; criação de novos laboratórios, blocos de salas de aulas, cantinas; aumento do quadro de servidores (técnicos administrativos e docentes); e ampliação dos auxílios estudantis e bolsas de pesquisa. (MEC, 2012).

Apesar de toda a expansão do sistema educacional superior, a universidade tem um grande embate, pois, a mesma tem em sua ideologia a formação de saberes, ciências, emancipação e liberdade, porem a mesma encontra-se submetida a lógica capitalista em que na maioria das vezes acaba por reproduzir a

desigualdade social entre classes, povos e culturas excluindo assim aqueles desafortunados em dinheiro e oportunidades, pois, por se encontrarem em outra situação econômica possuem grandes dificuldades, tanto para entrar, como para permanecer e muito mais para concluir o ensino superior. Assim a universidade tem uma grande luta para romper com o viés conservador e excludente da lógica capitalista.

Destaca-se também, a ação afirmativa de Política de Cotas que juntamente com o REUNI, proporcionaram maior oportunidade de acesso à Educação Superior pública e gratuita à classe trabalhadora.

De acordo com a lei de cotas, as instituições deverão ofertar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica. Destas 50%, a metade deverá se destinar aos (as) estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita; e a outra metade, a autodeclarados pretos, pardos e indígenas. (BRASIL, 2012).

Existem vários posicionamentos e discussões a despeito da política de cotas. Mas aqui, posiciona-se a favor de tal política, pois percebe-se que o Brasil é um país plenamente desigual em todos os sentidos, seja em classes sociais, culturas e etnias. É uma nação que foi historicamente lesionada, os habitantes nativos foram desapropriados de suas terras, seus costumes, e suas crenças, os (as) negros (as) trazidos da África foram torturados (as), escravizados (as), tratados (as) como animais. Neste país nunca houve uma redistribuição de renda e aqueles que não se enquadrava no modelo de elite europeia eram excluídos da sociedade. Assim, foi formado o Brasil, com grandes preconceitos, racismos e exclusões.

Percebe-se as cotas como um instrumento de 'acerto de contas' com o passado, dando assim a oportunidade de igual para aqueles que durante toda a história foram privados de seus direitos, pois não se pode tratar com igualdade os desiguais, mas é preciso ter a sensibilidade de notar que a igualdade é necessária, mas é uma igualdade para os iguais.

Apesar de a Lei de Cotas ser uma política de ação afirmativa, não obstante o desprezo pela mesma, e vê-se despreço até mesmo por aqueles que deveriam

defende-la por estarem inseridos no perfil de cotas, mas por não se reconhecerem como tal, acabam e aderindo ao discurso neoliberal, capitalista.

Em consonância declara a autora:

As ações afirmativas buscam minimizar os efeitos das diversas formas de desigualdade social e a universidade exerce o seu papel de contribuir para a construção de uma sociedade democrática, expandindo o acesso ao ensino. [...] Nesse caso, as cotas seriam uma forma de “indenizar” pelas injustiças sofridas ao longo dos séculos [...]. As políticas públicas de afirmação de direito, são, portanto, constitucionais e absolutamente necessárias como forma de corrigir situações de desigualdade. [...] (SILVEIRA, 2012, p. 42; 46).

A autora posiciona-se favorável a questão das cotas, pois argumenta que:

A sociedade não pode esperar pela melhoria das escolas, mesmo sendo urgente esta reforma, para que haja democratização da universidade; o vestibular e o ENEM não são processos seletivos neutros, pois seu formato e questões já são direcionados a determinados grupos (que detêm o conhecimento); a questão da igualdade é um objetivo a ser alcançado em nossa sociedade, através de políticas públicas concretas; tratar igualmente os desiguais só gera mais desigualdades sociais; o racismo é cultural, social e histórico e não será agravado com as cotas que irão ofertar igualdade material, neutralizar os efeitos e corrigir as desigualdades sociais. (SILVEIRA, 2012, p. 44).

A política de cotas ampliou o acesso à educação superior de forma significativa, a possibilidade de ingresso de segmentos específicos, com o objetivo de se estabelecer a equidade de acesso ao ensino superior. “Temos as políticas de cotas, hoje, em diversas universidades públicas, no esforço de se combater a desigualdade num país de extremas desigualdades sociais.” (SILVEIRA, 2012, p. 42).

Entende-se que são seriamente necessários processos de democratização e ampliação de acesso ao ensino superior, pois em um país tão desigual é preciso criar meios que possa oportunizar para pessoas que não teriam a chance de ingressar em uma universidade pública, e a partir da conclusão dos estudos obterem novas perspectivas de vida.

Nota-se que a democratização do Ensino Superior Público acarretou em mudanças no perfil dos (as) estudantes, pois o surgimento de novas formas de ingressos às universidades federais permitiu que estudantes pobres, negros e indígenas ingressassem no ensino superior federal. E como diz a frase do dito popular “Hoje o filho (a) do empregado (a) estuda junto com o (a) do (a) patrão (patroa).” A universidade passa assim ser um lugar de **oportunidade** para **todos**

(as), e não apenas para os ricos. Porém vale lembrar que não é necessário apenas democratizar o acesso ao ensino superior público, mas é preciso assegurar a permanência desses novos estudantes, pois os mesmos têm dificuldades e estilos de vida diferentes daqueles que antes frequentavam os espaços universitários, e tratar iguais os desiguais só gera mais desigualdades.

É como Leher e Lucas (2001, p.259) apresentou “[...] hoje, mesmo num país marcado pela desigualdade, como o Brasil, os dados existentes revelam que o perfil do corpo discente mudou e que as universidades federais não são privilégio de estudantes oriundos das elites.”

E conforme Araújo (2014):

O processo de democratização da educação pública no Brasil, não significou o fim das desigualdades no sistema de ensino. [...] Com a democratização do ensino as desigualdades de acesso dos grupos menos favorecidos foram substituídas pelas desigualdades de sucesso no interior do sistema escola. (ARAÚJO, 2014, p. 127).

Complementando o pensamento, Alves (2002, p. 5) afirma que:

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (ALVES, 2002, p. 5).

Observa-se que se faz necessário não só as políticas de acesso, mais também uma política de assistência aos (as) estudantes com acompanhamentos da vida acadêmica e auxílios com recursos financeiros, para que se propicie a garantia de permanência e conclusão da graduação com êxito, uma vez que, existe a mudança do perfil dos (as) estudantes de ensino superior público. E tal perfil será exposto no próximo subitem, pois é fundamental, para expor a importância do objeto de estudo dessa pesquisa.

2.2.1 O perfil do corpo discente das Instituições Federais de Ensino Superior

Diante das mudanças ocorridas nas universidades públicas, com a expansão do acesso; ampliação de vagas e democratização, o perfil dos (as) estudantes no

interior das universidades públicas mudou. Nesse contexto, surgiu a necessidade de criar maneiras para que os novos ingressantes com dificuldades socioeconômicas, e diferenças étnicas e culturais possam permanecer e concluir o curso superior com qualidade.

Com a finalidade de mostrar tais mudanças e o perfil dos (as) discentes das IFES, embasou-se nas pesquisas realizadas pela a Andifes⁴ juntamente com o Fonaprace⁵ que realizaram um total de cinco pesquisas, respectivamente nos anos de 1997; 2003; 2010; 2014 e 2018 para conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos (as) estudantes das universidades públicas brasileira. Porém serão expostos somente alguns dados da última pesquisa relevantes para este trabalho.

Os dados da “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural do (as) Graduandos (as) das IFES” realizada em 2018 com uma amostra de 1.200.300 (um milhão e duzentos mil e trezentos) alunos (as), mostram o perfil dos (as) estudantes nas universidades públicas. Com a presença de um percentual de mais da metade de estudantes pertencentes as classes de extratos socioeconômicos mais baixos. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

A idade média dos (as) discentes nas IFES é de 20 a 24 anos, somando um total de 49,3%; enquanto 18,6% são menores de 20 anos; 17,3% têm de 25 a 29 anos e 14,8% têm igual ou mais de 30 anos. Nota-se em comparação com as pesquisas anteriores que os números de estudantes na faixa etária menor de 20 anos vêm sendo diminuída enquanto a faixa etária de estudantes igual ou mais de 30 anos vêm aumentando gradativamente. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

Outro elemento de destaque é que 54,6% são mulheres e 45,1% são homens, esse número para o universo feminino também tem crescido pesquisa após pesquisa. Evidência que não só a nível nacional que o quadro se mostra assim, mas

⁴ “A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.” Fonte: <<http://www.andifes.org.br/institucional/andifes/>>. Acesso em outubro de 2019.

⁵ “Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace, foi criado em outubro de 1987, congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. Tem por objetivos: formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; assessorar permanentemente a Andifes; participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados.” Fonte: <<http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace>>. Acesso em outubro de 2017.

em todas as regiões do país o quantitativo de mulheres nas IFES é maior que o de homens, pois na região norte 55,1% são do sexo feminino e 44,7% são do sexo masculino. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

Como decorrência do acesso a democratização ao Ensino Superior Público o resultado da “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural do (as) Graduandos (as) das IFES” expõe que 64,7% dos (as) estudantes das IFES são oriundos de escolas públicas, e nas IFES da região norte do país o percentual é de 78,1% estudantes egressos de escolas públicas. Estes dados revelam que a Universidade Pública não é mais só para a elite. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

Quanto a forma de ingresso dos (as) estudantes nas IFES, constatou-se que 41,9% são por cotas, e 45,2% dos ingressos no norte do país são por cotas, o que reforça a importância da Lei de Cotas para a reserva de vagas à Universidade Pública e também apresenta que cada vez mais os (as) estudantes têm tido consciência de classe e etnia à qual se identificam. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

A respeito da autodeclaração de cor nas IFES brasileiras, 51,2% são discentes negros⁶, 43,3% são brancos, 2% são amarelos e 0,9 são indígenas⁷. Nas IFES do estado do Tocantins 78,6% são discentes negros⁸, 16,2% são brancos, 2,3% são amarelos e 2% são indígenas⁹. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019). Observa-se que a porcentagem de negros e indígenas nas IFES tocantinenses são acima do índice nacional, o que tem a haver com a localização geográfica do estado, com cultura e etnia. Manifesta a importância da interiorização do ensino superior no Tocantins, por ter propiciado o acesso de vaga à estudantes, entre esses se encontram os negros e indígenas que historicamente têm sofrido todas as formas de preconceitos e discriminações.

A “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural do (as) Graduandos (as) das IFES”, mostrou que 26,6% são discentes de famílias que vivem com renda *per capita*¹⁰ de até ½(meio) salário mínimo; 26,9% vivem com renda *per capita* de ½(meio) a 1(um) salário mínimo. Nota-se que 53,5% (mais da metade) dos (as) estudantes vivem com renda mensal *per capita* até 1(um) salário mínimo. 16,7% discentes estão na faixa de renda mensal *per capita* mais de 1(um) a 1,5 (um e

⁶ Negros correspondem a soma das categorias: pretos quilombolas, pretos não quilombolas e pardos.

⁷ Indígenas correspondem a soma das categorias: Indígenas aldeados e Indígenas não aldeados.

⁸ Idem nota de rodapé 6.

⁹ Idem nota de rodapé 7.

¹⁰ Renda per capita é o valor da renda média por pessoa. A renda per capita é o produto da divisão do valor total bruto da renda mensal familiar pelos números de membros da família.

meio) salário mínimo. Ou seja, o percentual de estudantes que vivem com renda mensal família *per capita* de até 1,5 (um e meio) salário mínimo alcança 70,2% do universo da pesquisa. 81,2% correspondem ao total de estudantes das IFES da região Norte que vivem com renda mensal familiar *per capita* até 1,5 (um e meio) salário mínimo. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

A pesquisa revela que mais da metade dos (as) discentes da Educação Superior Federal, são de perfil PNAES, pois o programa é para atender estudantes que possuam renda familiar mensal *per capita* de até 1,5 (um e meio) salário mínimo. Sendo assim, todos (as) deveriam receber algum tipo de auxílio para garantir a permanência e conclusão de seus cursos superiores com êxito. Porém a pesquisa expõe que apenas 40% dos (as) discentes são participantes da Assistência Estudantil, ficando assim 30,2% sem nenhum tipo de auxílio, tal fato apresenta que os recursos destinados à assistência estudantil das IFES não são suficientes para atender a demanda, transformando assim uma Política que deveria ser de inclusão em uma Política de exclusão, tendo que selecionar entre o pobre e o mais pobre ainda. Ou seja, não alcança todos (as), fato lamentável. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

Os recursos da Política de Assistência Estudantil desde sua criação em 2007 foram sendo de volumes crescentes saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para mais de R\$ 1 bilhão em 2016, e a partir daí começou a cair para R\$ 987 milhões em 2017 e R\$ 957 milhões em 2018 uma redução de mais de R\$ 72 milhões no período de 2 (dois) anos, fato que refletiu diretamente na diminuição dos auxílios estudantis. Como mostra os dados, na pesquisa de 2014, 44,2% dos (as) discentes participavam dos programas de auxílios alimentação, 18,4% de auxílio transporte, 11,7% de auxílio moradia e 11,4% de alguma bolsa permanência institucional, já em 2018 os índices são de 17,3% para alimentação, 8,2% para transporte, 7,5% para moradia, e 7,6% para bolsa permanência institucional. (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

Não se faz necessário apenas políticas de expansão e democratização do Ensino Superior, mas, faz-se necessário os meios para garantir a permanência de estudantes nas IFES, por isso foi criado o PNAES na finalidade de ampliar as condições de permanência dos (as) jovens na educação superior pública federal, visando a democratizar as condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e conclusão e reduzir as taxas de retenção e

evasão dos (as) jovens na educação superior pública federal. (BRASIL, 2010). Porém, o que se percebe é que os recursos destinados ao Programa estão sendo diminuídos desde 2017, o que deveria ser ao contrário, pois somente acessar a universidade pública não basta é preciso condições e recursos para manter o(a) estudante e para que conclua o curso. Fato que se discute no próximo subcapítulo, sobre as perdas e retrocessos que a Educação Superior tem sofrido.

2.3 A Educação Superior: uma análise do contexto atual

Desde o ano de 2017, observa-se que a Educação como um todo, principalmente a Superior tem sofrido perdas de direitos já conquistados, tem sofrido cortes e congelamentos de recursos financeiros o que acarreta em desmonte da educação superior pública e de qualidade, sem recursos não tem como as IFES se manterem. Tem-se presenciado a desvalorização, de docentes, da qualificação profissional e dos técnicos administrativos; cortes nas bolsas de pesquisa e extensão, nos programas de assistência estudantil, entre tantas outras perdas, não só para Educação Superior, mas para a educação básica, a saúde, a previdência, a assistência social, enfim, em todas as áreas das políticas públicas e sociais.

[...] problematizar sobre a educação superior, nos dias atuais é uma tarefa complexa [...]. Mas, não podemos nos furtar deste debate até porque é de interesse de todos, principalmente para quem defende uma **Educação Pública, Gratuita** e de **Qualidade**. O que podemos perceber diante desta conjuntura atual, que passa por uma forte crise econômica e política, é que os governos neoliberais estão sucateando diariamente todas as políticas públicas e sociais [...]. (LIMA, 2018, p. 19).

Como frisado pelo autor acima, não é nada simples analisar a educação superior no contexto atual, porém, não se pode discutir Educação Superior Pública sem adentrar-se nem que seja um pouco no cenário atual do país, ainda mais porque vive-se momentos históricos, mesmo que seja uma história vergonhosa de perdas e golpes, contudo não deixa de ser história.

Como já apresentado anteriormente nos subcapítulos acima, a expansão e democratização de acesso à educação superior pública, ganhou força a partir da criação de Programas e Legislações, sendo que, estas foram constituídas durante o governo Lula (2003 a 2010) e com continuidade no governo de Dilma Rousseff (2011 a 31/08/2016). Verifica-se do mesmo modo, que desde a posse de Michel

Temer (31/08/2016 a 31/12/2018) até o atual governo de Jair Bolsonaro, tem-se vivido momentos de desmontes das políticas públicas e sociais, fortalecimento das ideais neoliberais; defesa a favor da desestatização; terceirização¹¹ dos serviços públicos; derruições dos direitos trabalhistas¹², de servidores públicos, e de aposentados¹³, dentre tantos outros direitos já conquistados; congelamentos¹⁴ de verbas para as políticas públicas e sociais, enfim são muitos os cortes, perdas, e retrocessos que tem se vivenciado. Pode-se justificar tais ações dos Governos com a citação de Lima (2018):

[...] o Estado burguês trabalha em favor de si próprio, das máquinas econômicas e produtivas. Ele busca a todo instante, acabar ou minimizar os direitos sociais, uma vez que para o Estado, investir em políticas sociais é um gasto, nunca um investimento. (LIMA, 2018, p. 24).

Por tal motivo, é que no subitem acima, vê-se a diminuição na verba destinada ao PNAES, e as consequências dos atos governamentais recai principalmente sobre a população pobre, as classes de extratos socioeconômicos mais baixos e neste caso aqui apresentado, sobre os (as) estudantes. O que acarreta para muitos em perda de oportunidade em cursarem o Ensino Superior.

¹¹ Dispõe sobre a Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017, que aprova a liberação da terceirização tanto para empresas privadas ou públicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm>. Acesso em 08. out. de 2019.

¹² Reforma trabalhista sancionada na Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 08. out. 2019.

¹³ Dispõe sobre a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Altera as regras de aposentadoria e pensão aplicáveis aos trabalhadores segurados do Regime Geral de Previdência Social, aos servidores públicos civis e aos detentores de mandato eletivo. Dispõe sobre a contribuição previdenciária extraordinária e a fixação de alíquotas progressivas para a contribuição previdenciária ordinária dos servidores públicos. Dispõe sobre a contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e pelo trabalhador avulso. Dispõe sobre o salário-família e o auxílio-reclusão. Retira da Constituição a possibilidade de ser aplicada a sanção de aposentadoria a membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137999>>. Acessado em outubro de 2019.

¹⁴ Aprovada pela Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016, institui o Novo Regime Fiscal, determinando limites estabelecidos para as despesas primárias, ou seja, congela por 20 anos as despesas primárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acessado em: 08.out.2019.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) traz em nota¹⁵ de manifestação em defesa as Universidades Federais Brasileiras que o percentual dos cortes nas verbas das IFES chegam a 30%¹⁶, o que em muitos casos, acarreta mais de 50% das despesas orçamentárias. Ou seja, se perpetuado esses bloqueios, mais de 300 câmpus de IFES brasileiras terão seu funcionamento comprometido, fato preocupante e lamentável.

As IFES têm feito manobras financeiras para não fecharem as portas, esses cortes, bloqueios e congelamentos de verbas têm ameaçado de forma violenta a preservação e continuidade dos cursos de graduação, são cortes em cima de cortes, e não para, pois em 17 de julho de 2019 o MEC realizou a apresentação do Programa Future-se, e segundo o mesmo tem por objetivo de aumentar a autonomia financeira das IFES, pois as mesmas têm sofrido cortes e tal programa dará a liberdade das IFES buscarem seus próprios financiamentos no setor privado, ou seja, IFES que aderirem ao Future-se passara a “[...] depender e a ser geridas exclusivamente por uma Organização Social [...]” (CENTODUCATTE, 2019, p. 1). É preciso apoio e defesa da educação superior pública, gratuita e de qualidade, como citado:

Defendemos a autonomia de gestão financeira para as Ifes, com a possibilidade de plena utilização dos recursos próprios captados por meio de boas práticas de gestão, inclusive patrimonial. Seria mais pertinente e eficiente que o governo estimulasse as boas práticas de gestão financeira e patrimonial das Ifes e aumentasse o financiamento das instituições de ensino, e não transferisse o gerenciamento e os recursos para uma organização privada – uma OS. (CENTODUCATTE, 2019, p. 02).

O programa é baseado em três eixos: Gestão, Governança e Empreendedorismo; Pesquisa e Inovação; Internacionalização. Atenta-se aqui para o primeiro eixo, por ser o mais inusitado, e como o próprio título do eixo traz, uma

¹⁵ A nota pode ser acessada no seguinte link disponível em <<http://www.andifes.org.br/manifestacao-dos-ex-presidentes-da-andifes-em-defesa-das-universidades-federais-brasileiras/>>. Acessado em 09.out.2019.

¹⁶ Esses são contingenciamentos feitos pelo MEC duas vezes no decorrer do primeiro semestre deste ano vigente (2019) às universidades e institutos federais, porém, enquanto esse trabalho é produzido o mesmo anunciou o descontingenciamento dessa verba, com isso as despesas de custeio para pagamento de luz, água, telefone e limpeza, por exemplo, estão 100% liberadas para este ano. E se não tivesse ocorrido tal descontingenciamento as IFES em sua grande maioria teriam fechado as portas. Porém, apesar de tal ação, o cenário para o ano de 2020 não está muito favorável, pois o Ministro da Educação afirma que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano. Receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se, programa que o MEC lançou em julho para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, inovação e à captação de recursos próprios. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/53621>>. Acessado em outubro de 2019.

forte semelhança aos discursos das empresas privadas, sendo necessário destaque, concorrência e produção, para assim ganhar a “recompensa”. Nota-se o início de uma privatização de ensino superior público, com todos os vícios de acumulação do capitalismo, o Estado transferindo a responsabilidade de garantir o ensino público, foca-se também em limites de gastos e produção, enfatiza meramente no ponto econômico e desconsidera o ponto principal que é o educacional, como pode-se observar abaixo:

São princípios de Gestão, Governança e Empreendedorismo:

- promover a sustentabilidade financeira ao estabelecer limite de gastos com pessoal nas universidades e institutos;
- estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e *compliance*;
- criar ranking das instituições, com prêmio para as mais eficientes nos gastos;
- gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e Parcerias Público-Privadas (PPPs);
- propiciar os meios para que os departamentos das Ifes arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades;
- autorizar *namingrights* (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a modernização e manutenção dos equipamentos com a ajuda do setor privado. (BRASIL, 2019)

Desde a apresentação do Programa Future-se, as IFES têm debatido o assunto e demonstrado uma enorme preocupação com os eixos do programa, pois muitos pontos estão obscuros e devem ser redigidos de forma a não comprometer a autonomia e a qualidade do desenvolvimento intelectual das IFES.

O professor João Carlos Salles, presidente da Andifes, publicou seu posicionamento sobre a avaliação do Future-se, no qual relata que se deve analisar o programa e garantir que a implantação desse ou de qualquer outro programa não transforme o ensino em mercadoria.

O Programa Future-se é uma artimanha do Estado para desmontar a universidade, acabar com a expansão de acesso e democratização do ensino superior, mercantilizando as políticas sociais, o Future-se é a continuação do rasgo da Constituição Federal de 1988, aliados as demais PECs, PLs, MPs e como foi apresentado em nota¹⁷ pela Federação Proifes¹⁸ o Future-se é um projeto

¹⁷Nota encontrada no site da Federação Proifes disponível no link: <<https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/o-future-se-e-um-fature-se-no-qual-a-universidade-publica-nao-cabe-afirma-proifes-na-camara-dos-deputados/>> Acessado em 10. out. 2019.

¹⁸ Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

econômico “[...] que praticamente não menciona a Educação em sua apresentação, é um ‘Fature-se’, no qual a universidade pública, gratuita e socialmente referenciada não cabe, a pesquisa de base não cabe, e a ciência não tem vez.”

O atual cenário da Educação Superior brasileira é lamentável e preocupante, esse governo burguês neoliberal que prioriza o capital, está desmontando os direitos constitucionais conquistados através de muitas lutas e resistências, destruindo-os um por um, é um rasgo da Constituição brasileira, se vive um período de retrocesso, quase em uma anti-democracia, pois o clamor da população por preservação de seus direitos estão sendo todos ignorados, as PECs, PLs e MPs que vêm sendo instauradas, são feitas e aprovadas às escuras, sem consulta e aprovação da população, nossa voz está sendo silenciada.

Vale enfatizar que o maior patrimônio que um ser humano pode ter é o conhecimento e o mesmo não vem sozinho, é necessário instituições qualificadas e dedicadas ao aprimoramento intelectual. O conhecimento é fundamental para o bom desenvolvimento de um país, sendo através das pesquisas que se têm grandes descobertas, como a cura para inúmeras doenças, descobertas tecnológicas e tantas outras. Daí a importância de priorizar o ensino, a pesquisa e a extensão. Como é colocado na citação abaixo:

As Universidades Federais, somadas a outras instituições de formação e pesquisa públicas, concentram mais de 90% de toda a produção científica do País, levando o Brasil a ocupar a 14^a posição na produção científica mundial, das humanidades às engenharias, passando por todas as áreas do conhecimento humano. Preservar e expandir este patrimônio nacional é dever do Estado brasileiro. [...] em momentos de crise, a opção pela educação e pelo conhecimento sempre frutificou. [...] As Universidades Federais são patrimônio inalienável da sociedade brasileira [...]. (ANDIFES, 2019, p. 1).

Assim, não se pode deixar de defender o ensino que emancipe, juntamente com a pesquisa e a extensão, a democratização e expansão do ensino público, gratuito e de qualidade e recursos provenientes do Estado o suficiente para a manutenção das IFES e para a permanência dos (as) estudantes em seus cursos.

Precisa-se cobrar os governos pela preservação dos direitos sociais e constitucionais, devem-se unir e ter consciência de que os governantes trabalham para o povo e não ao contrário, assim necessita lutar, resistir e enfrentar esses governos antidemocráticos, burgueses e neoliberais. E a Educação proporciona o poder, de pensar, do conhecimento, da verdade, da criticidade e da liberdade, e por

saber de tal fato e com medo de perder o poder, é que os governos estão desesperados para desmontar os direitos e tirar a Educação, pois querem que as pessoas sejam alienadas e meras marionetes, porém enquanto tiver forças deve-se continuar a enfrentá-los e assim construir um futuro emancipado e livre do poder do Capital. E partindo do pensamento de enfrentamento, será discutida a seguir a relevância do Serviço Social nas Políticas de Educação e de Assistência Estudantil.

3 O SERVIÇO SOCIAL JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo irá discutir o Serviço Social na contemporaneidade e o projeto profissional; a atuação do (a) assistente social na política de educação e na política de assistência estudantil enfatizando os aspectos relevantes para a efetivação do Projeto Ético-Profissional e apresentará a Política de Assistência Estudantil na Educação Superior.

3.1 O Serviço Social na Contemporaneidade e o Projeto Profissional

O Serviço Social surgiu nos anos de 1930, não como se conhece hoje, mas voltado à filantropia, conduzido pela igreja e na perspectiva de controle social do Estado para a sociedade. Foi um longo caminho percorrido pela profissão até se legitimar e se constituir a favor da defesa da efetivação dos direitos da classe trabalhadora, rompendo assim com o viés conservador, filantrópico e capitalista. Não cabe aqui trazer todos os Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos do Serviço Social brasileiro, mas uma breve explanação do surgimento da formação do Projeto Ético Profissional (PEP) em que o Serviço Social está pautado atualmente e apontar os desafios profissionais contemporâneos.

A profissão de Serviço Social surgiu da necessidade do Estado em intervir nas relações sociais, em um momento em que a “Questão Social”¹⁹, e suas manifestações encontravam-se em explosão, conseqüente da relação entre capital e trabalho. O Estado precisava intervir e controlar a classe trabalhadora, e de tal necessidade nasceu o Serviço Social, no intuito de trabalhar em favor dos interesses do Estado, com um viés conservador e vinculado a Igreja Católica. Portanto,

Sabemos que a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de

¹⁹ “A Questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal”. (IAMAMOTO, 2001, p.16).

processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social. As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão. (YAZBEK, 2009, p. 6).

Vale destacar que o objeto de intervenção do Serviço Social desde o início esteve voltado para as expressões e manifestações da "Questão Social"²⁰, porém em uma concepção conservadora de culpabilização do indivíduo, assim como é apresentado.

[...] nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento. (YAZBEK, 2009, p. 8).

Em relação ao surgimento das primeiras escolas brasileiras de Serviço Social, verifica-se a igreja católica como precursora e o Serviço Social embasado nos alicerces religiosos, conservadores e filantrópicos da igreja, além de ter se constituído como um curso predominantemente feminino, talvez porque a filantropia era algo destinado as mulheres, e as mesmas eram as responsáveis pela criação e desenvolvimento de projetos sociais.

²⁰ Usa-se a expressão entre aspas, pois como afirma Paulo Netto (2015, p. 43), "A expressão 'questão social' é usada entre aspas, pois seu surgimento no final do século XVIII na Inglaterra era utilizada para designar a situação do pauperismo absoluto da população trabalhadora. E seus desdobramentos estavam relacionados com os aspectos sócio-políticos. Os pauperizados reagiram a essa situação, então até os meados do século XIX, seu protesto configurou uma ameaça real as instituições sociais existentes. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, a expressão "questão social", desliza para o vocabulário do pensamento conservador e passa a ser neutralizada. O pensamento revolucionário passou a identificar na própria expressão 'questão social' uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando esse traço mistificador".

O primeiro curso de Serviço Social no Brasil foi fruto de um esforço coletivo de jovens mulheres engajadas na militância da Igreja Católica na cidade de São Paulo, em 1936. [...] Em 1946, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP foi fundada, e a Escola de Serviço Social a ela se agregou. Em 1971 foi incorporada como curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais e se transferiu para o *campus* Monte Alegre da PUC-SP. Em 1972 foi criado o primeiro mestrado, e em 1981 o primeiro doutorado, pioneiro na América Latina. Em 1982, constituiu-se em Faculdade de Serviço Social e, em 2006, com o redesenho institucional da PUC-SP, por meio do reagrupamento de cursos, retornou à Faculdade de Ciências Sociais. [...] Em 1946 foi criada a Abess (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), atual Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), momento em que várias escolas foram instaladas no país e organizados os primeiros projetos de formação profissional nos cursos de graduação. Em 27/8/1957 foi promulgada a primeira lei de regulamentação da profissão, e uma nova lei, de n. 8.662, foi sancionada em 7/6/1993, sob as bases de uma concepção de profissão voltada para as demandas e interesses da classe trabalhadora no processo de consolidação da ruptura com o conservadorismo. [...] Em 15/5/1962 formou-se o conjunto CFAS/Cras (Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais), que, a partir de 1993, foi designado de conjunto CFESS/Cress (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social), como entidades de fiscalização da profissão. Até os anos 1980, essas entidades foram dirigidas por profissionais de tendências tecnicistas e conservadoras [...]. (ABRAMIDES, 2016, p. 458 - 459).

Abramides (2016), subdivide o Serviço Social até os anos de 1970 em algumas tendências, conforme se verifica:

[...] que, até os anos 1970, três tendências se manifestavam no Serviço Social: a) a modernização conservadora, de orientação tecnicista e funcionalista, de manutenção do *status quo*; b) a desenvolvimentista e reformista dos anos 1950 e 1960; e c) a vertente da renovação da profissão. A renovação do Serviço Social brasileiro teve sua origem em meados da década de 1960 e apresentou três tendências: a) a modernizadora, alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo; b) a reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assentava na fenomenologia pela autorrepresentação da profissão, rejeição ao positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria social de Marx; c) a terceira se expressou no legado marxiano e na tradição marxista por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, que conquistou sua hegemonia a partir de 1979. (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

É perceptível que o Serviço Social surge da necessidade do Estado de preservação do capital, porém inicia-se em um processo de reconceituação e ruptura com o conservadorismo, posicionando-se através de em um projeto hegemônico, a favor da classe trabalhadora e de enfrentamento ao modo de produção inserido, se posicionando contra o capital e todo modo de opressão que o mesmo impõe. Contudo, não foi um processo fácil e rápido, mas repleto de luta e resistência dentro

da própria profissão como também fora da mesma, sendo que o período do movimento de reconceituação da profissão esteve marcado também pelo período difícil e pesado brasileiro: a ditadura militar.

A gênese do projeto de intenção de ruptura (NETTO, 1991) teve sua emergência em 1966 com o movimento de reconceituação na América Latina, considerada a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, que estabeleceu uma crítica ao Serviço Social tradicional e propôs um novo projeto de formação profissional. A efervescência do movimento de reconceituação possibilitou a solidariedade às lutas de resistência contra as ditaduras com violenta repressão no continente. (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

Verifica-se que a construção do Projeto Profissional²¹ esteve atrelada ao movimento de reconceituação e ruptura com o conservadorismo, no qual transformou a prática profissional e fundamentou-se na teoria social de Marx, o reconhecimento como classe trabalhadora em condições de assalariados, a defesa intransigente dos direitos sociais, o compromisso do serviço público de qualidade, articulação da práxis profissional às demandas dos (as) trabalhadores (as), e aos movimentos sociais, oposição contra todo tipo de exploração, opressão, racismo e preconceito, ou seja, um projeto profissional que visa à superação do modo de produção capitalista e o enfrentamento do neoliberalismo e sua ideologia opressora e de acumulação. Em conformidade apresenta a autora,

Uma das questões centrais do projeto profissional se voltou para a luta contra o neoliberalismo, que pressupõe “*um combate ético, teórico, político e prático-social ao neoliberalismo* e aí reside o futuro do projeto ético-político profissional” (NETTO, 1999, p. 15, grifos nossos). Esse combate tem se consolidado em nossos congressos, na agenda política das entidades da categoria, na formação profissional, na produção acadêmica e intelectual, em experiências profissionais que têm se mantido na defesa intransigente dos direitos sociais e de apoio às lutas concretas dos movimentos sociais, sindical e populares contra a exploração no trabalho e a opressão e dominação de classe, na direção emancipatória. (PAULO NETTO, 1999 apud ABRAMIDES, 2016, p. 470).

A ruptura do Serviço Social com o conservadorismo em que inicialmente foi constituído decorreu na construção do novo Projeto Profissional, e através das

²¹ “Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)”. (PAULO NETTO, 1999 apud ABRAMIDES, 2019, p.40-41).

novas vertentes de pensamentos, da defesa e posicionamento a favor dos direitos sociais e trabalhista, da equidade e igualdade, da formação profissional crítica e de qualidade e da nova prática profissional, deu embasamento para a construção: da Lei que Regulamenta a Profissão²², do Código de Ética profissional de 1993²³, dos 11 Princípios Fundamentais²⁴ e das Diretrizes e Curriculares de 1996. E sobre o Projeto Ético Profissional, Paulo Netto (1999) disserta que:

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central [...], daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. [...] ele se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. [...] o projeto implica o compromisso com a *competência*, que só pode ter como base o *aperfeiçoamento intelectual* do assistente social. Daí a ênfase numa *formação acadêmica* qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a

²² Instituída pela Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, estabelece as competências e atribuições privativas dos assistentes sociais no exercício profissional e as atribuições do CRESS como órgão fiscalizador da profissão. “As competências profissionais remetem-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento das políticas aos indivíduos sociais, sujeitos portadores de direitos.” (ABRAMIDES, 2019, p. 65-66).

²³ Aprovado em 13 de março de 1993, fortalece e respalda as ações profissionais e insere-se no processo de ruptura do conservadorismo, firmando a democracia e a equidade como valores éticos-políticos.

²⁴ São definidos como princípios fundamentais do Código de Ética e encontra-se na mesma Resolução do CFESS n. 273, de 13 de março de 1993, por meio do (a): I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos (as) trabalhadores (as); X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado (a), nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993, 2012).

(auto) formação permanente e estimular uma constante *preocupação investigativa*. Em especial, o projeto prioriza uma *nova relação* com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o *compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população*, aí incluída a *publicidade* dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à *participação dos usuários*. (PAULO NETTO, 1999, p. 15-17).

O Serviço Social contemporâneo caracteriza-se como uma profissão interventiva, que atua em diversas realidades da sociedade, sendo essas realidades consequentes das expressões e manifestações da “questão social”, originadas do sistema capitalista em que se está inserido. As intervenções realizadas são embasadas no Projeto Ético-Político profissional, e como já foi mencionado, sendo este resultado de um processo histórico intenso e de construção constante. O mesmo visa à construção de uma nova ordem societária, sem exploração ou dominação de etnia, classe e gênero; na eliminação de todas as formas de preconceitos; na ampliação da cidadania com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Deste modo, a atuação profissional deve ser pautada nas três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo, sendo indissociáveis, pois uma leva a complementação da outra e todas levam ao Projeto de Formação Profissional e ao direcionamento do projeto profissional.

Nessa perspectiva, o PEP do Serviço Social defende uma formação profissional qualificada, com vista a uma formação crítica a partir de uma compreensão da totalidade histórica, sendo que tal formação direciona o posicionamento do agir profissional.

Para a materialização de uma formação qualificada são necessárias as bases nas Diretrizes Curriculares²⁵, assim, as Diretrizes Curriculares do Serviço Social²⁶ são “[...] fundadas no compromisso social e político da formação acadêmica e do exercício profissional e adotam um explícito ponto de vista de classe, na análise da sociedade e da função social da profissão” (ABRAMIDES, 2019, p. 60), e também confere a direção social do curso o que implica:

²⁵ Instituído através da Lei de Bases da Educação Nacional nº 9.394 em 20 de dezembro de 1996, no qual extingue o currículo mínimo para os cursos de graduação de nível superior e define que as formações acadêmicas devem se pautar em diretrizes curriculares. (ABRAMIDES, 2019).

²⁶ Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. (ABRAMIDES, 2019).

[...] a defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, hoje ultrajados pela política neoliberal; a defesa da equidade e da justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos à reprodução da vida social; a defesa da qualidade e gestão democrática desses serviços; a defesa do trabalho; a luta contra a exclusão de amplas parcelas da população do processo produtivo; a luta contra a exploração nas diversas formas de trabalho tendo como horizonte a autonomia, a socialização da política, a apropriação coletiva da riqueza socialmente produtiva, no pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. (ABESS, 1998 apud ABRAMIDES, 2019, p.61).

Verifica-se que as diretrizes curriculares de 1996 expressam um avanço na consolidação do PEP, e o mesmo é produto de um amplo e longo processo de reestruturação profissional, que envolveu debates com participação de inúmeros sujeitos inclusive da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)²⁷. Assim, cabe persistir no debate e combate ao processo contra o neoliberalismo, a contrarreforma e na defesa de uma formação profissional que viabilize a materialização do projeto profissional na direção da emancipação humana.

A ruptura com o conservadorismo, o enfrentamento ao Estado neoliberal e a defesa dos direitos sociais, civis e políticos do Serviço Social não se encontra pronto e acabado, pois o cenário político atual continua sendo de enfrentamento e resistência, vive-se momentos obscuros, de absoluto descaso com direitos conquistados, eliminação da democracia e da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, mais que nunca, o Serviço Social necessita defender seu projeto profissional, para não sofrer um retrocesso na profissão, pois as condições de trabalho estão sendo sucateadas pelo capital, retirando o direito de autonomia profissional e transformando a formação profissional em mercadoria.

[...] A contradição perene entre as demandas e lutas por direitos da classe trabalhadora e os ditames da acumulação do capital, que requer a mercantilização de bens e serviços, coloca a profissão no “fio da navalha” dos antagonismos de classe e lhe atribui imenso desafio cotidiano. Colocar-se eticamente em defesa dos direitos da classe trabalhadora é uma postura ético-política e teórica essencial para assegurar a emancipação política, mas não assegura a igualdade substantiva e nem garante a satisfação das necessidades da classe trabalhadora. Essa tensão estrutural se agudiza em tempos de crise, de avanço do conservadorismo, de criminalização das lutas sociais, de destruição e retenção de direitos sociais, e impõe novos e também antigos desafios aos profissionais. (BOSCHETTI, 2017, p. 64).

²⁷ “É a entidade que congrega as unidades de ensino do país, na esfera da graduação e da pós-graduação na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, se tornou ABEPSS a partir dos anos 1990, sendo nos anos 1970 ABESS. A ABEPSS sempre se colocou na defesa intransigente do ensino público, laico, gratuito e universal”. (ABRAMIDES, 2019, p. 53).

Braz (2007), expressa seu pensamento com relação aos desafios contemporâneos que o Serviço Social tem que enfrentar e resistir como forma de reafirmar o projeto ético-político da profissão.

Tudo isso requer um debate aprofundado, de maneira que se possa pensar em formas eficazes de enfrentamento e de preparação para um futuro breve, que promete alterar significativamente as bases da profissão no Brasil. Penso que as saídas para superar o adverso quadro atual se encontra no próprio projeto ético-político. A defesa radical de seus princípios nos coloca na dianteira da resistência às políticas neoliberais. No entanto, não basta apenas a intransigência de princípios, se não formos capazes de criar formas e mecanismos políticos adequados ao tamanho do desafio que temos pela frente, sob pena de cairmos numa mera petição dos princípios. [...] Exigir-se-á de nós a coragem de, [...] valeremo-nos de instrumentos legais e legítimos de luta contra as forças do capital, em defesa da profissão. [...]. (BRAZ, 2007, p. 10;11).

Apesar do Profissional de Serviço Social ser direcionado por um projeto profissional de hegemonia crítica, o (a) assistente social depara-se com inúmeras dificuldades e disputas cotidianas. Enfrenta em seu agir profissional conflitos derivados das políticas neoliberais que sucateia as condições de trabalho, o direcionamento profissional e a qualidade dos serviços prestados à população, se tem também neste quadro, os valores do conservadorismo que está arraigado na sociedade e apesar da intenção de ruptura do Serviço Social com tal valor, ainda existem fortes tensões no meio da profissão.

[...] se persistirem as políticas neoliberais postas na direção da (contra-) reforma do Estado, teremos um redução/ degradação dos serviços públicos que podem indicar, mais uma vez, um aviltamento das condições de trabalho dos assistentes sociais nestes espaços e, articuladamente, progressivas dificuldades para a efetivação de princípios históricos circunscritos na defesa das políticas públicas de responsabilidade estatal, tanto na saúde, na previdência, na assistência social e nas demais políticas sociais. A persistência e até mesmo o aprofundamento dessas condições põem a hegemonia conquistada em grave risco. (BRAZ, 2007, p. 6).

Com já mencionado, embora o Serviço Social seja uma profissão de caráter interventivo, voltado a um olhar de análise social crítica em sua totalidade, “[...] as novas configurações da realidade social se apresentam cotidianamente [...]” (ABRAMIDES, 2019, p.59), em forma de desafios ao agir profissional do (a) Assistente Social: a precarização do trabalho, como a falta de estabilidade profissional por meio de concursos públicos, o que deixa o (a) assistente social refém do empregador, sem autonomia de direcionar seu posicionamento às

demandas; descumprimento da jornada de trabalho de 30 horas semanais²⁸, o que sobrecarrega o (a) profissional incidindo na qualidade dos atendimentos; as precárias condições de trabalho em que muitos profissionais são obrigados a trabalharem, sem materiais para a execução do trabalho, como sala para atendimento individual, local protegido para arquivar documentos de atendimentos, documentos estes que requerem o sigilo profissional com estabelecido no CEP²⁹, enfim, são muitos os desafios cotidianos que os (as) assistentes sociais enfrentam na atuação profissional, e independente do espaço sócio-ocupacional em que estejam inseridos (as), os desafios estão postos, como produto do neoliberalismo, e seja qual for o limite ou a dificuldade, estes incidem diretamente ao Projeto Profissional e aos aportes legais em que o Serviço Social é fundamentado.

Cabe ressaltar que os espaços ocupacionais nos quais se insere o (a) assistente social encontram-se, na atualidade, bastante precarizados no que diz respeito à infraestrutura, a recursos humanos e a condições objetivas para materializar as políticas sociais a que estão vinculados. Para o exercício profissional com qualidade e fortalecimento do projeto ético-político, o (a) assistente social deve ter garantido seu direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão, inviolabilidade do local e documentação, bem como a liberdade na realização de estudos e pesquisas e autonomia profissional para decidir a direção e estratégias de ação junto aos/às usuários (as) respaldando-se na legislação (CEP, Lei de Regulamentação - 8.662/1993, Resoluções CFESS) e na busca de apoio e orientação dos Conselhos Regionais de sua jurisdição. Só assim, o (a) profissional poderá realizar com eficiência e responsabilidade suas atividades profissionais, lembrando que isso envolve qualidade técnico-operativa, escolha dos instrumentais e direção ético-política sintonizada com o projeto profissional. Dessa forma, é vedado ao/à assistente social (Art. 4º, CEP) transgredir qualquer preceito do Código de Ética e da Lei de Regulamentação, praticar e ser conivente com condutas antiéticas e acatar determinações institucionais que firam os princípios e diretrizes do CEP. (CFESS, 2012, p.35).

Ademais, a intervenção profissional tem como objeto as expressões e manifestações da “questão social”, que é decorrente do capitalismo, do processo de acumulação e de exploração, assim, onde existir manifestação e expressão da “questão social” e violações de direitos, cabe como espaço sócio ocupacional do Serviço Social, seja, na saúde, previdência social, moradia, assistência social, educação, assistência estudantil, enfim são variadas as competências e atribuições profissionais diárias, contudo, aqui vai se deter aos espaços da educação superior como campo de intervenção profissional.

²⁸ Sancionada pela Lei nº 12.317 de 27 de agosto de 2010.

²⁹ Abreviação para Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993.

3.2 A atuação do Assistente Social na Política de Educação

As primeiras ações do Serviço Social na educação foram nos Estados Unidos por volta de 1906, quando os profissionais eram designados como visitantes para atuar nas verificações dos motivos de evasões escolares, problemas de aprendizagem e questões ligadas a saúde dos (as) alunos (as), principalmente às supostas vítimas de maus tratos familiar. (SILVEIRA, 2012).

No Brasil, a atuação desse profissional na educação é marcada desde a origem da profissão, na década de 1930, pois as atividades voltadas para a identificação de “problemas sociais”³⁰ que interferem no aproveitamento do (a) aluno (a). Os profissionais de Serviço Social eram requisitados no âmbito escolar sempre que necessitava de intervenção em situações consideradas desvio ou “problema social”. (SILVEIRA, 2012).

Nota-se que, assim como as demais políticas sociais, a atuação do (a) assistente social no âmbito educacional, também estava ligada a realidade social, e que o espaço sócio-ocupacional da educação não é um campo novo de atuação para esse profissional, mais tal espaço já estava inserido como campo de exercício profissional desde o início do Serviço Social. E observa-se que mais uma vez o (a) Assistente Social é requisitado para intervir nas expressões e manifestações da “questão social”, porém direcionado (a) para um olhar conservador que se volta não para a totalidade mais para a singularidade e individualidade.

Depois do Movimento de Reconceituação e ruptura de um Serviço Social de viés tradicional e conservador, é que a atuação do (a) assistente social no âmbito educacional ganhou novas atribuições, surgindo à necessidade do debate sobre quais atividades o (a) profissional deverá desempenhar junto à política de educação. (SILVEIRA, 2012), pois agora se trata de um Serviço Social compromissado com os interesses da classe trabalhadora, na defesa intransigente dos direitos humanos, na construção de uma nova ordem societária posicionada na realização de análise de conjuntura, não focando apenas na culpabilização do indivíduo pela realidade social em que se encontra, mas, o mesmo encontra-se inserido em uma sociedade capitalista opressora, escravista, excludente e responsável pela divisão de classes e

³⁰ Essa expressão utilizada na década de 1930, expressa claramente um cunho positivista e conservador e hoje entende-se como expressões e manifestações da “questão social”, objeto de intervenção profissional do assistente social.

desigualdades sociais, o que acarreta em muitas mazelas da “questão social”, inclusive dentro da educação, seja ela em qual nível for, e cada nível educacional com demandas específicas.

E desde então, muitas foram as discussões neste aspecto, o que levou no ano de 2001 a criação de um “Grupo de Estudo sobre o Serviço Social na Educação”³¹ com o objetivo de discutir o assunto, “[...] pautado no desafio de construir uma intervenção qualificada nesse campo de atuação com base nos princípios do projeto ético-político profissional, no sentido de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora.” (CFESS, 2011, p. 5).

O trabalho desse grupo foi constante e a partir de 2011 o trabalho de estudo sobre o Serviço Social na Educação começou a repercutir em âmbito nacional, o que ocasionou na elaboração de um documento intitulado: Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação, e em 2012 a realização de um Seminário Nacional sobre Serviço Social na Educação³², nesse evento, foi discutida “[...] a crise do capital e os rebatimentos na política de educação, o desafio da consolidação do serviço social na educação e a atuação do (a) assistente social a partir das modalidades: educação básica, popular, profissional e tecnológica e superior.” (SILVEIRA, 2012, p.106).

Faz-se deste modo indispensável à reflexão sobre a importância e necessidade da atuação do (a) Assistente Social na educação, como aponta Almeida (2011),

Na política de educação, considerados seus diversos níveis e modalidades de ensino, manifestam-se as mais variadas expressões da questão social, que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Estas demandas não conseguem ser atendidas pelos (as) profissionais que historicamente têm sua inserção reconhecida nesta política pública. Professores/as, coordenadores/as pedagógicos (as), diretores/as, secretários (as), merendeiros (as), inspetores (as) e muitos (as) outros (as) trabalhadores (as) se encontram em situações nas quais não têm formação para atuar e que extrapolam suas atribuições. Esta realidade tem prejudicado as finalidades do processo educacional, tem negligenciado demandas que se colocam como violação de direitos dos (as) educandos (as) e tem provocado o adoecimento dos (as) mais diversos (as) profissionais da educação, em especial os (as) professores/as. A constituição de uma política educacional fundamentada na formação humana integral e

³¹ Integraram o Grupo de Estudos as Conselheiras do CFESS, gestão 1999/2002, “Brasil, mostra a tua cara”: Carla Rosane Bressan (coordenação), Liliâne Capilé Charbel Novais, Maria Augusta da Costa Prola, Marylúcia Mesquita, Verônica Pereira Gomes e Zita Alves Vilar. (CFESS, 2011, p.5).

³² Foram realizados 24 encontros regionais para discussão do tema preparação para o Seminário, o mesmo ocorreu em Maceió durante os dias 04 e 05 de junho de 2012, com a participação de 1.100 pessoas, entre profissionais e estudantes de serviço social. (SILVEIRA, 2012).

emancipatória sugere a afirmação do atendimento das necessidades sociais e comunitárias, a afirmação dos direitos sociais, dos valores democráticos e de justiça social e, em especial, a construção de uma nova ordem societária. Dessa forma, a atuação do Serviço Social espalha-se como possibilidade de enfrentamento das manifestações da questão social [...]. (ALMEIDA, 2011, p. 58-59).

O exercício profissional do (a) assistente social na educação não é um trabalho isolado ou de substituição de outros, mais uma soma a outros profissionais, no esforço de enfrentamento de diversas questões, como: baixo rendimento escolar, evasão escolar, violência, violações de direitos e outras que se expressam através das expressões e manifestações da “questão social”. Ou seja, a atuação do (a) assistente social tem que ser de forma multidisciplinar e interdisciplinar, objetivando efetivar ações transformadoras à escola, aos (as) alunos (as) e suas famílias, à política de educação e na garantia de acesso aos serviços sociais, como apresenta Almeida (2005).

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais não tem se sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral. A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Ainda em conformidade como autor, à inserção do (a) assistente social na Política de Educação deve ir ao encontro da luta pelo direito ao acesso e permanência do (a) aluno (a) na escola e na efetivação da educação como um direito social.

[...]. A presença dos assistentes sociais na educação, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada e superior, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade. (ALMEIDA, 2005, p. 06).

O (A) assistente social tem sido cada vez mais demandado (a) para atuar na política de educação, pois o resultado dessa intervenção tornará em um processo de ampliação das formas de enfrentamento das expressões e manifestações da “questão social”. Como expõe Almeida (2005):

A juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho dos (as) docentes são algumas das muitas expressões da questão social, que o (a) assistente social lida na política educacional. (ALMEIDA, 2005, p. 05).

Os (As) assistentes sociais que atuam na educação têm suas intervenções voltadas para: a garantia de acesso, permanência e conclusão da educação; na execução e implementação de programas e projetos de assistência estudantil e nas políticas de ações afirmativas, na gestão democrática com o compromisso da qualidade da educação; na defesa da ampliação da educação pública como um direito social; ações juntos às famílias, aos professores (as) e aos demais trabalhadores (as) da educação, ou seja, são ações não só de âmbito individual, mas também coletivo; a articulação; a investigação; a formação e capacitação profissional; a participação em equipes multidisciplinar; o contato com a rede interdisciplinar, enfim, são inúmeras as competências destinadas aos profissionais de Serviço Social que atuam na Política de Educação, não tem como elencar uma por uma, mas em resumo, o (a) assistente social atuará com vista a enfrentar as expressões e manifestações da “questão social” que se manifestam no campo da educação e acarretam em prejuízos para toda a comunidade educacional e para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. (CFESS, 2012).

E além do mais, o agir profissional do (a) assistente social na educação não é muito diferente do agir profissional em outras áreas das políticas sociais, pois o mesmo é orientado e norteado pelo Projeto Ético-político Profissional, pela Lei de Regulamentação da Profissão, pelo Código de Ética Profissional, os 11 Princípios Fundamentais e pelas Diretrizes Curriculares da ABESS.

Ainda sobre as atribuições dos (as) assistentes sociais na educação, o CFESS (2012) na brochura intitulada “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” declara:

Coloca-se como um grande desafio profissional aos/às assistentes sociais que atuam na Política de Educação compreender as estratégias forjadas no sentido de se assegurar às condições de permanência na educação escolarizada para além do nível ou modalidade ao qual se vincula diretamente, tomando-as como expressões das desigualdades que atravessam a política educacional e que, em última instância, expressam as desigualdades sociais que esta política contribui para reproduzir. Igualmente importante é o desafio de reconhecimento dos diferentes sujeitos coletivos e dos processos de luta no campo educacional e para, conseqüentemente, tecer articulações profissionais com os mesmos. Outra dimensão que tem caracterizado a inserção e a atuação profissional na política educacional tem sido aquela voltada para a garantia da qualidade da educação escolarizada[...]. A garantia da qualidade da educação que deve pautar a atuação profissional se ancora na perspectiva de uma educação que contribua para emancipação humana [...]. Assim como do desenvolvimento das capacidades intelectuais e manuais necessárias à construção de novas formas de produção, distribuição social da riqueza e sociabilidade, distintas daquelas que caracterizam a sociedade capitalista e que determinam o amplo processo de desumanização e de aprofundamento de todos os tipos de desigualdades e injustiças que vivenciamos nesse tempo de barbárie. (CFESS, 2012, p. 43-44).

Identificar e atender as demandas sociais e econômicas que existem em cada um dos níveis educacionais, não pode ser atividades apenas dos (as) professores (as), coordenadores (as), diretores (as), mas são demandas que necessitam da intervenção do profissional de Serviço Social, pois nas escolas, universidades e institutos tecnológicos encontram-se conflitos, limites, esperanças e possibilidades de transformações sociais. E além de tudo, assegurar o direito à educação, significa garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos de crianças, adolescentes, jovens e adultos, e também o desenvolvimento de emancipação humana.

Percebe-se que se faz necessário a atuação do (a) assistente social na educação, e não só na educação básica, mas em todos os níveis, e será focado e discutido nos próximos subitens, a atuação do (a) assistente social dentro da educação de nível superior, mais especificamente nas Universidades Federais.

3.3 A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior

Como exposto no capítulo anterior sobre o perfil dos (as) discentes da IFES, através dos dados das pesquisas realizadas pelo Fonaprace e Andifes, constata-se

que o perfil dos (as) ingressantes das IFES mudaram, e as universidades não estão mais lotadas apenas de ricos, mas de estudantes com necessidades sociais, econômicas e pedagógicas e as mesmas precisam ser atendidas, para assim, tais estudantes permanecerem e concluírem o ensino superior.

E com o objetivo de criar maneiras para que estes novos ingressantes pudessem permanecer e concluir o ensino superior, o Fonaprace a partir do conhecimento do perfil dos (as) estudantes das IFES; de estudos; debates ocorridos e da mobilização de estudantes e de outros setores da comunidade universitária, formulou o Plano Nacional de Assistência Estudantil³³. (Andifes, 2011).

A partir desse Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Secretaria de Educação Superior instituiu o PNAES em 12 de dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa Nº 39 do Ministério da Educação. Como política de governo, o PNAES foi prontamente posto em prática. (Andifes, 2011).

Com o progresso do PNAES nas Universidades Federais, em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto Nº 7234 da Presidência da República, o PNAES foi consolidado como Programa de Estado e instituído no âmbito do Ministério da Educação – MEC. O plano foi então convertido em **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**, mantendo a mesma sigla. E com essa mudança,

³³ A política de assistência estudantil só se consolidou através de aparatos legais a partir do ano de 2007, com o decreto que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, porém, o que se nota ao estudar sobre o assunto é que as ações na área da assistência estudantil não são tão recentes assim, pois a mesma está atrelada ao início do ensino superior por volta dos anos de 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária. Isto é, não é hoje que a assistência estudantil é necessária à vida de estudantil, mas a mesma ganha maior relevância e visibilidade, quando se inicia o processo de democratização do ensino superior, e desde então, aumentou as demandas por ações de assistência ao estudante e assim tem-se o início de reivindicações por uma política que atenda as necessidades de permanência e sucesso acadêmico dos (as) estudantes de extratos socioeconômicos mais baixos. De acordo com Imperatori (2017, p. 292-293), “[...] a trajetória da assistência estudantil está conectada com a trajetória da assistência social, sendo as duas resultantes de lutas de movimentos sociais no contexto do fim da ditadura militar e promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto surgiram duas grandes frentes de discussão política sobre as questões relativas à assistência social: o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, visando garantir igualdade de oportunidades para os estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) na perspectiva do direito social. Isso inclui a permanência e conclusão do curso e a prevenção da retenção e evasão escolar por motivos socioeconômicos. Além do Fonaprace e da Andifes, outras entidades engajadas na luta pela efetivação da assistência estudantil são a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (Sence). [...] Percebe-se, então, que apesar de se reconhecer os aspectos socioeconômicos como um importante elemento que possibilita a permanência de estudantes nas instituições de educação superior, a assistência estudantil é um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública. É nesse cenário que se contextualiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com foco no impacto dos fatores socioeconômicos na permanência dos estudantes no ensino superior.”

o investimento do Governo Federal para o Programa aumentou bastante. (Andifes, 2011).

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, p. 1).

A partir das modificações de perfil de discentes nos âmbitos das IFES, nota-se que se fazem necessários meios que viabilizem a permanência e conclusão dos (as) discentes de baixa renda, pois não adiantaria de nada democratizar o acesso e ampliar as vagas ao ensino superior, se não for garantido meios de permanência para os (as) novos (as) ingressantes, que em grande maioria são pobres, negros, índios, quilombolas, trabalhadores (as), estudantes de escolas públicas, adultos (as) responsáveis pelo sustendo familiar, e tantos outros sujeitos, vítimas das expressões e manifestações da “questão social” decorrentes do capitalismo neoliberal.

Assim, o PNAES visa o atendimento à estudantes regulares de graduação matriculados em cursos presenciais de instituições federais de ensino superior, e o mesmo deve ser implementado de forma a articular atividades de ensino, pesquisa e extensão. As ações do PNAES estão voltadas para a democratização da permanência de acadêmicos com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, bem como as de oportunidades dentro do ensino superior, como é definido no art. 4º, parágrafo único no decreto do Programa.

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, e agir preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010, p. 2).

A assistência estudantil, além de viabilizar a permanência, conclusão e minimizar a evasão e retenção dos cursos de graduação, ela também possibilita formação presencial e de qualidade, sem essa assistência, muitos indivíduos acabam por fazerem cursos aligeirados, pois suas condições socioeconômicas não

permitem que os mesmos escolham cursos integrais, presenciais ou até mesmo os de períodos matutino, pois precisam trabalhar para sobrevivência própria e de suas famílias, e a assistência estudantil tem possibilitado que tais sujeitos tenham a possibilidade de escolher.

Muitos destes jovens iniciam a sua vida laboral muito precocemente – para ajudarem na renda familiar ou para obterem alguma “liberdade econômica” – o que já os coloca em desvantagem na escolha de alguns cursos (prioritariamente aqueles que exigem tempo integral ou não são oferecidos no período noturno). O reflexo dos fatores subjacentes à emergência deste perfil rebate sobre as instituições formadoras, materializando o fenômeno da evasão. Também contribui para o aumento da procura por cursos aligeirados ou a distância, oferecidos em universidades privadas. Portanto, não basta estabelecer metas de ampliação de vagas no ensino superior; há que se definir *mecanismos de fixação* desse não tão novo quadro de alunos que está ingressando na universidade. (LEITE, 2012, p. 462).

Assim, as políticas de expansão isoladas das políticas de permanência, ficaria difícil que a população pobre e trabalhadora cursasse a educação superior, deste modo, o PNAES foi criado para juntamente com a política de expansão democratizar o acesso e viabilizar a permanência acadêmica, e vale lembrar que tal política como qualquer outra, foi conquistada através de reivindicações da classe estudantil, com apoio do Fonaprace, Andifes e sujeitos envolvidos na defesa de uma educação superior pública e de qualidade.

O decreto que institui o PNAES permite que as Instituições Federais de Ensino Superior escolham, a metodologia para seleção dos (as) candidatos (as) a receberem os auxílios, porém as IFES têm por parâmetro o próprio decreto do Programa que visa atender preferencialmente estudantes oriundos de escolas públicas e com renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos. Como define:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010, p. 2).

Assim sendo, os programas decorrentes do PNAES visam contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, com objetivo de garantir a permanência, conclusão e minimizar a evasão e retenção acadêmica. O PNAES também permite que as IFES estabeleçam os programas e auxílios que melhor atendam as demandas dos (as) discentes de acordo com as especificidades de cada instituto federal, universidade federal e seus câmpus, e essas ações de assistência estudantil

devem ser desenvolvidas em áreas consideradas pelo PNAES prioritárias e que envolvam:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010, p. 1-2).

Posto isso, concorda-se com a declaração de Alves (2002) que:

Na Política de Educação Superior a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Assim sendo ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais de condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. (ALVES, 2002, p. 1).

Deste modo, observa-se que a assistência estudantil tem se mostrado primordial para garantir a permanência e a conclusão de estudantes universitários nos cursos de graduação, agindo preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes das condições socioeconômicas. Contudo, é lamentável e preocupante que a política de assistência estudantil seja instável por ser instituída apenas por decreto e não por uma lei que a regule, e tal fato merece reflexão e atenção, visto que o PNAES é fundamental para a continuidade do estudo de muitos (as) acadêmicos (as), pois, como já demonstrado anteriormente através dos dados da última pesquisa do Fonaprace, mais de 70% dos (as) ingressantes das IFES são de perfil PNAES, ou seja, necessitam de auxílio em alguma das 10 áreas de ação da assistência estudantil ou em mais de uma, e sem os auxílios estudantis torna-se impossível à democratização da Permanência na Educação Superior a **todos (as)**, então se pode concluir, que a Política de Assistência Estudantil é parte fundamental para a busca de uma Educação Superior pública, gratuita e de qualidade. E de igual modo, declaram as autoras:

A assistência estudantil vem sendo prejudicada pela não existência de um orçamento específico destinado a sua implementação. Este fator impede a ampliação de projetos de apoio ao estudante de baixa renda nas universidades, muitas vezes acarretando no aumento do índice de retenção ou desistência desse alunado e, conseqüentemente, gastos para os cofres públicos sem o alcance do efetivo processo educativo de nível superior. Para isso se faz necessária a clareza de que essa política será efetivada somente quando implementada na forma de lei. Pois um dos grandes desafios a serem enfrentados na luta pela educação superior pública brasileira é o estabelecimento e a implementação de uma política de assistência estudantil regulamentada, voltada para atender as necessidades dos estudantes, para o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. (ARAÚJO; BEZERRA, 2007, p. 5 - 6).

Em defesa da Política de Assistência Estudantil vale frisar que para se tornar estável é importante que sua implementação esteja posta em lei, para assim ser garantido um acesso, uma permanência e uma qualidade na formação do (a) estudante de educação superior. Sendo também a educação um meio de superação do modo de produção capitalista e um reconhecimento de classe e de emancipação humana, menciona-se as autoras, com as quais se concorda que a partir das Leituras em Marx, declaram que a educação possibilita o enfrentamento às expressões da “questão social”.

A educação serve de base à classe trabalhadora para realizar uma leitura crítica da realidade, é importante para o desenvolvimento teórico crítico e para o desmascaramento das desigualdades sociais. Diante deste cenário a educação é aclamada como instrumento para construir um mundo melhor tornando-se política prioritária para o enfrentamento das expressões da questão social. A educação é entendida como um caminho para se conseguir um desenvolvimento humano com menos pobreza, exclusão social e opressão. (HERKENHOFF; PEREIRA, 2011, p. 41).

Diante do exposto, nota-se que a Política de Assistência Estudantil torna-se indispensável para o enfrentamento da “questão social” e suas mazelas, sendo que a mesma está interligada juntamente com a Política de Educação Superior, pois enquanto a Educação possibilita transformações societárias, através do conhecimento e de análise da realidade social, a Assistência Estudantil possibilita que estudantes de baixa renda possam permanecer e concluir com êxito a educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Ainda complementando o pensamento das autoras a seguir, entende-se que:

A educação está ligada ao trabalho, categoria fundante do ser social, já que é a partir deste que o homem se faz sujeito da história. Sendo assim, a única via para se formar seres humanos plenamente desenvolvidos seria a partir da interlocução entre teoria e prática, conjugando conhecimentos científicos às concepções de mundo e da vida. A educação nem salva, nem

apenas reproduz a sociedade, mas deve servir de instrumento para a efetivação de uma concepção crítica de sociedade, desvelando as contradições presentes e as possibilidades de mudanças. (HERKENHOFF; PEREIRA, 2011, p.53).

Constata-se que a educação superior pública é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, principalmente para a classe trabalhadora. É em razão disso, que a implementação de uma política de assistência estudantil amparada em lei, com recursos garantidos, se faz fundamental para garantir a permanência, conclusão e minimizar evasão e retenção de acadêmicos com necessidades socioeconômicas.

Nota-se quão grande é a relevância que a assistência estudantil tem para a vida dos (as) estudantes, portanto, faz-se necessário que a mesma tenha um financiamento que atendem todos (as) que dela necessitem, pois apesar de a mesma ser destinada a estudantes com renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos, não quer dizer que todos (as) que se enquadrem no perfil vão receber algum tipo de auxílio, pois infelizmente não há recurso financeiro para atender a todos (as), então acaba por existir uma disputa para quem é mais pobre e assim receber o auxílio, fato triste, vergonhoso e lamentável. Assim, baseado na importância da assistência estudantil para os (as) estudantes das IFES é que se defende uma política universal e que atenda a todos (as) que necessitem.

[...] para recebê-las, o estudante deve estar inserido em uma série de critérios e cumprir um cem número de condicionalidades. [...] Esta demonstração de insuficiência de renda, por vezes, assume um caráter que pouco se distancia do antigo Atestado de Pobreza. O número de sub-auxílios, notadamente no que diz respeito à alimentação e moradia, é enorme. Uma vez que não se pode atender a uma demanda de forma universalizante, mesmo para aqueles mais carentes, a tipificação se multiplica. Além disso, as modalidades de bolsas também experimentam o milagre da diversidade. Há bolsas para quase tudo o que se faz na universidade. Entretanto, a maior parte delas não pode ser superposta. Ou seja, quem faz jus a uma modalidade, na maioria das vezes, não pode concorrer a outra, com raras exceções. (LEITE, 2012, p. 462; 468).

A Política de Assistência Estudantil foi elaborada com vista a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, focando nas demandas que possam atrapalhar no bom desempenho do (a) estudante de ensino superior, por isso suas ações são voltadas desde a acompanhamentos pedagógicos; à saúde; ao apoio a necessidades especiais, à cultura, ao lazer, até aos auxílios financeiros destinados a sobrevivência do (a) estudante. Então, constata-se que a assistência estudantil é

muito mais que um auxílio financeiro, é um instrumento necessário à vida acadêmica, pois o mesmo proporciona que o (a) estudante viva o universo acadêmico de todas as formas, podendo participar não só do ensino, mais aprofundar seus conhecimentos através da pesquisa e extensão.

Por isso, é tão importante que as Políticas, de Assistência Estudantil e de Educação Superior sejam priorizadas e defendidas principalmente no atual cenário político em que se encontra, no qual os governantes vêm realizando desmontes nos direitos e diminuindo investimentos nas áreas das políticas públicas e sociais, pois acredita-se que é através da educação pública gratuita e de qualidade que será possível a superação dessa sociedade opressora e capitalista e levando as transformações societárias que tanto se almeja. Portanto, na defesa dessas duas políticas, é nítido perceber que uma não se sustenta sem a existência da outra, por se estar inseridos em uma sociedade com tantas desigualdades sociais, e se não for garantido à assistência estudantil, então de nada valerá a expansão de acesso a vagas ao ensino superior, pois os (as) estudantes de baixa renda não terão como permanecer na graduação e então as IFES retornarão a ser lugares ocupados apenas pela minoria da população, os ricos.

Posto a importância da Assistência Estudantil na Educação Superior e para os (as) acadêmicos (as), cabe também discutir sobre o Serviço Social dentro da política de Assistência Estudantil, e é o que será feito no próximo subitem.

3.3.1 O Serviço Social na Política de Assistência Estudantil: aspectos relevantes para a efetivação do projeto ético-político profissional

Como já mencionado, o Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, comprometido com a defesa da efetivação dos direitos da classe trabalhadora e no enfrentamento da “questão social” e suas mazelas. Independentemente de sua área de atuação esse é o compromisso do (a) assistente social, sempre pautado nos parâmetros legais que regem a profissão, tendo sua ação profissional respaldada pelo: Código de Ética, Lei que Regulamenta a profissão, ambos de 1993, os 11 Princípios Fundamentais e tais embasam para a efetivação do Projeto Profissional do Serviço Social, que tem por perspectiva a superação do capitalismo e a construção de uma nova ordem societária, de forma crítica na busca de efetivação dos direitos sociais.

Assim, as atribuições e competências dos (as) assistentes sociais que atuam no ensino superior não são diferentes dos (as) assistentes sociais que desenvolvem suas ações em outros níveis da política de educação, pois a inserção dos (as) assistentes sociais dos diferentes níveis de ensino da educação visam contribuir para a o ingresso, permanência e sucesso escolar e acadêmico dos (as) estudantes, e de igual modo, têm essas mesmas atribuições os (as) assistentes sociais que atuam na educação superior, como exposto na publicação:

[...] destacamos alguns fenômenos importantes que, a partir dessas tendências, parecem incidir sobre as requisições de atuação do assistente social na educação: - Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais. - [...] no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação. - A ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil. - A aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública. - A afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito. - O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional. - A disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação como o tempo e espaço escolar. (ALMEIDA, 2011, p. 25-26).

O exercício profissional do (a) assistente social na política de educação vem sendo demandado desde sua gênese, contudo, apesar da existência de tal demanda, não foi fácil o caminho percorrido até aqui, pois, foram quase 20 anos de mobilizações de várias categorias no qual destacavam a importância e a necessidade da atuação do assistente social dentro das escolas. E sendo que desde o ano 2000 tramitava-se para aprovação um Projeto de Lei (PL 3.688/2000), o qual busca a garantia da atuação do (a) assistente social e psicólogo na educação básica e o mesmo havia sido aprovado em setembro de 2019 na câmara dos deputados, porém o atual Presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o projeto de Lei, mas, os parlamentares derrubaram tal veto e em 12 de dezembro de 2019 foi publicada a promulgação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica³⁴. E como

³⁴ Mais informações sobre em: < <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-232942408>>. Acesso em: 09/09/2020.

publicado em sua página oficial pelo Conselho Federal de Serviço Social (2020), tal lei é uma grande conquista para a educação básica, para estudantes e suas famílias, e para assistentes sociais e psicólogos (as). “Por isso, toda a mobilização e articulação que as categorias do serviço social e da psicologia vêm organizando ao longo dos últimos anos devem continuar, para que a lei seja implementada”.

Na educação superior o espaço profissional para o (a) assistente social está cada vez mais se expandindo, em razão das ações de democratização do acesso ao nível superior, pois tais ações têm viabilizado a entrada da população mais pauperizada da sociedade nas universidades públicas, o que origina a necessidade de instrumentos que viabilizem a permanência de tais estudantes dentro das universidades, como os programas de assistência estudantil, e é para a execução de programas como esses que os (as) assistentes sociais estão sendo solicitados para atuarem.

[...] a partir do movimento de expansão da educação superior que as ações de assistência estudantil passam a se organizar de forma mais consistente, ganhando centralidade no que remete à permanência dos estudantes e exigindo a atuação de profissionais que planejem e executem ações visando atender às diversas necessidades oriundas do público estudantil. Dessa forma, abre-se um largo campo para atuação de profissionais de diferentes áreas, dentre elas o Serviço Social. (CAVAIGNAC; COSTA, 2017, p. 419-420).

A atuação do (a) Assistente Social no âmbito das universidades públicas, estão direcionadas para: a política de assistência estudantil, com atribuições de planejar, implementar e executar a política; à realização de estudos socioeconômicos dos (as) estudantes para cadastramento nos programas de assistência estudantil; ao acompanhamento dos (as) estudantes visando evitar a evasão acadêmica; ao trabalho multidisciplinar e interdisciplinar visando à efetivação dos direitos sociais através do esforço coletivo; à promoção de discussões dos problemas sociais e educacionais junto a toda comunidade acadêmica, trazendo para discussão diferentes temas que perpassam o ambiente universitário; à realização de atividades que desenvolva o fortalecimento de segmentos sociais como o movimento estudantil, sindicatos, associações de moradores e profissionais da educação, apoiando assim o processo de mobilização social; à realização de visitas, de entrevistas; enfim são muitas as atribuições do (a) Assistente Social nos espaços das universidades públicas. (SILVEIRA, 2012). Contudo, o agir profissional deve ser voltado para uma atuação que supere a superficialidade, para além de

concessão de bolsas/auxílios, mas que contribua com a ampliação do acesso a educação como de fato um direito social universal.

Observa-se que foi a partir da criação da Política Nacional de Assistência Estudantil que houve um aumento no quadro das vagas de assistentes sociais para trabalhar nas universidades e institutos federais. E que a maior parte “[...] dos assistentes sociais nomeados para trabalhar nas universidades recebe como principal atribuição o planejamento e a execução da assistência estudantil, sendo lotados nos câmpus universitários ou nas pró-reitorias.” (SILVEIRA, 2012, p.113). Deste modo, constata-se que a presença de assistentes sociais no interior das IFES tem recebido cada vez mais expressividade, pois são requisitados para intervirem nas mazelas da “questão social” de modo a compor equipes multidisciplinares na assistência estudantil objetivando propiciar a garantia de acesso, permanência e o êxito estudantil no âmbito da educação superior e diminuir a evasão e retenção de estudantes.

Assim sendo, compreendendo a questão social e elaborando meios de atuação para minimizar os seus rebatimentos no processo educacional, os assistentes sociais buscam viabilizar o acesso à política de educação como um direito social. Para tanto, a prática profissional, nesse âmbito, tem de transpor a mera execução de ações dispostas nas normas e orientações da legislação vigente. É relevante que o profissional faça uma leitura crítica da realidade social, do contexto institucional e dos meios de trabalho à sua disposição, ou seja, das condições objetivas de realização do exercício profissional, a fim de instrumentalizar seu processo de trabalho. A ideia de que o trabalho na assistência estudantil se configura como uma tarefa simples, que se restringe à administração de auxílios que garantam a presença de estudantes no espaço educacional, não corresponde à realidade. Em verdade, trata-se de um trabalho muito mais complexo, considerando-se o fato de que são múltiplas as expressões da questão social que se apresentam nas instituições de ensino, a exigir respostas que devem ir muito além do mero repasse de recursos materiais e financeiros aos estudantes, pressupondo não só formas de intervenção multidisciplinares, como também a articulação com outras políticas sociais. (CAVAIGNAC; COSTA, 2017, p. 424-425).

Assim, cabe ao assistente social explorar as áreas de atuação no âmbito universitário, atuar pautado pelo Projeto Ético Político da Profissão, nos Princípios Fundamentais, no Código de Ética e na Lei que Regulamenta a Profissão (1993), de modo a utilizar a criatividade e seu conhecimento teórico crítico a fim de elaborar meios de enfrentamento às expressões e manifestações da “questão social” que se apresentam na vida dos (as) estudantes de ensino superior.

Cabe aos profissionais, explorar este local de atuação pautados pela ética, com posicionamento em favor da equidade e da justiça social, na defesa dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e autoritarismo, na defesa da democracia, enfim, baseados nos princípios fundamentais do código de ética profissional. (SILVEIRA, 2012, p.121).

Identifica-se que a atuação do (a) assistente social no ensino superior é mais direcionada para a assistência estudantil, o mesmo lida com ações de concessões de bolsas/auxílios, e tais auxílios contribuem para a permanência e sucesso de estudantes pauperizados em suas qualificações profissionais. Porém, não pode deixar de notar que a atuação do (a) assistente social no âmbito das universidades está para muito além de realização de estudos socioeconômicos para concessões de bolsas, apesar dessa atividade se destacar, o mesmo encontra-se frente às consequências geradas pelo capitalismo e a política neoliberal, e aqui está o desafio apresentado ao assistente social, contribuir para uma formação de pensamento crítico e emancipador, que promova discussões, debates e movimentos que viabilize a superação das desigualdades sociais e do neoliberalismo, visando transformações societárias legitimadas no Projeto Profissional do Serviço Social, pois a atuação do (a) assistente social na assistência estudantil busca contemplar diversas necessidades que podem comprometer o desempenho acadêmico.

Portanto, a participação do (a) assistente social na Política de Assistência Estudantil, contribui no acesso, permanência e conclusão da formação de nível superior qualificada e na melhoria do desempenho acadêmico, o que propicia a efetivação do direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Assim, a atuação do (a) assistente social posiciona-se em favor da equidade e da universalidade de acesso aos programas e políticas sociais, e na defesa intransigente aos direitos sociais e públicos.

Partindo desse viés de direito, à Política de Educação Superior e à Política de Assistência Estudantil, será analisado posteriormente a efetivação de tais políticas no espaço da Universidade Federal do Tocantins com destaque no Câmpus Universitário de Miracema.

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E NO CÂMPUS DE MIRACEMA: REFLEXÕES DOCUMENTAIS

Nesse capítulo serão abordados os resultados da pesquisa desse trabalho, através da apresentação histórica da Universidade Federal do Tocantins e do Câmpus de Miracema, e caracterização da estrutura física, administrativa e das especificidades de cada uma. Será apresentada a Política de Assistência Estudantil da UFT, os instrumentos de efetivação e análise da efetivação dessa política no Câmpus de Miracema.

4.1 Procedimentos Metodológicos

Fundamentado em estudiosos que definem o conceito de pesquisa científica, classifica-se esse trabalho como tal, pois, o mesmo buscou através de método e técnicas, conhecer a realidade da efetivação da Política de Assistência Estudantil da UFT para a permanência dos (as) estudantes do Câmpus de Miracema dentre outras questões dentro dessa temática. Diante disso, compartilha-se da declaração de Gil (2002) e Lakatos e Marconi (1992) quando definem o conceito de pesquisa.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...]. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 2002, p.17).

Neste caminho também encontra-se Lakatos e Marconi (1992), que define a pesquisa,

[..] um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos. (LAKATOS; MARCONI, 1992 p. 43).

Partindo do princípio descrito pelos autores mencionados anteriormente, é que se afirma que método e técnicas são fundamentais para desenvolvimento de uma pesquisa. Segue-se na escolha do método e das técnicas para o

desenvolvimento desta pesquisa e destaca-se ainda que o método e as técnicas empregados foram aqueles que melhor propiciou realizar uma compreensão acerca da realidade analisada, em sua totalidade.

Se tratando de método entende-se conforme Gil (2008, p. 27; 28) que define, “[...] como caminho para se chegar a determinado fim [...]”. E que “A adoção de um ou outro método depende de muitos fatores: da natureza do objeto que se pretende pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e sobretudo da inspiração filosófica do pesquisador.”

Portanto, a pesquisa foi fundamentada no Método Crítico Dialético, o qual permite considerar o contexto histórico, o socioeconômico, as relações sociais de produção e dominação das condições capitalistas. Também possibilita um olhar de criticidade e levando a perceber que as pessoas não são resultados isolados, mas, produtos de um meio que envolve uma totalidade. E semelhantemente a Triviños (1987, p. 51), acredita-se que tal método “[...] realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”.

[...] o método capaz de aprofundar a análise da realidade do fenômeno social, com todas as suas contradições, dinamismo e relações, é o método dialético. Este não é fácil de manejar. Ele, além de exigir capacidade reflexiva ampla, precisa do apoio de vasta informação e de sensibilidade para captar os significados e explicações dos fenômenos não só a nível de sua aparência, mas também, muitas vezes, de sua essência. (TRIVIÑOS, 1987, p. 151).

A escolha de tal método para referenciar a pesquisa se deu também pelo fato de o método crítico dialético ligado a ações de mesma base ideológica, possibilita transformação da realidade. E além do mais, esse método segue a mesma perspectiva que se defende no Projeto Ético Político do Serviço Social.

[...] o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as conseqüências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 121).

De tal forma, o Método Crítico Dialético permite ao pesquisador (a) realizar uma leitura crítica da realidade, não ficando preso só na aparência e na culpabilização do indivíduo, mas propiciando a leitura de conjuntura em sua totalidade por meio de avaliações contínuas e conjuntas, pois a sociedade não é um

complexo de coisas prontas e acabadas, mas encontra-se em movimento e em constantes mudanças, no qual o mundo é resultado da práxis humana.

Assim foi construída a pesquisa na direção do Método Crítico Dialético e a escolha do método e técnicas se deu de acordo com aqueles que melhor propiciou aproximação dos ideais que embasam o Projeto Ético Político, o Código de Ética, ambos de 1993 e os 11 Princípios do (a) Assistente Social.

O pesquisador que segue uma linha teórica baseada no materialismo dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer. [...] Não é possível, porém, para o pesquisador, imbuído de uma concepção marxista da realidade, realizar uma investigação no campo social, e especificamente na área educacional, se não tem idéia clara dos conceitos capitais do materialismo histórico: estrutura das formações sócio-econômicas, modos de produção, força e relações de produção, classes sociais, ideologia, que é a sociedade, base e superestrutura da sociedade, história da sociedade como sucessão das formações sócio-econômicas, consciência social e consciência individual, cultura como fenômeno social, progresso social, concepção do homem, idéia da personalidade, da educação etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 73).

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, pois a mesma permitiu investigar objetos da realidade muito particulares, que não tem como quantificar, e se trata de uma interação entre sujeitos e objeto. A pesquisa qualitativa busca conhecer os “[...] significados dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes, sendo entendidos como parte da realidade social.” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2012, p.21). Também se partilha das palavras de Chizzotti (2008) ao caracterizar pesquisa qualitativa.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. [...] investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de qualificações estatísticas. [...] (CHIZZOTTI, 2008, p. 28-29).

A técnica de pesquisa utilizada para coleta dos dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, que teve como fontes: documentos, legislações nacionais e institucionais; publicações administrativas institucionais; editais institucionais referentes aos auxílios estudantis e documentos dentre outros, pois os vários documentos foram de fundamental relevância para o desenvolvimento da pesquisa.

Foi tomado por base Lakatos e Marconi (2008), ao fundamentar a pesquisa no procedimento técnico da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas. (LAKATOS; MARCONI, 2008, p 57).

Para o desenvolvimento da pesquisa, fez-se uso também de resoluções institucionais da UFT, minutas e editais que abrangia a Assistência Estudantil da instituição e como se encontra em Gil (2002), tais documentos são essenciais para a realização da pesquisa documental, assim, afirma-se que tais documentos foram primordiais para o alcance do objetivo da pesquisa.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 45-46).

Após as coletas de dados, foi realizada a análise e interpretação dos dados coletados. Essa etapa foi essencial para atingir o propósito da pesquisa, pois conforme Gomes (2012):

[...] quando falamos de análise e interpretação de informações geradas no campo da pesquisa qualitativa, estamos falando de um momento em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica. Neste sentido, estamos nos referindo a uma etapa final do processo da pesquisa. (GOMES, 2012, p.80-81).

Seguir uma metodologia é fundamental para desenvolvimento de uma pesquisa, e a escolha metodológica desse trabalho fundamentou-se no Método Crítico Dialético que permitiu uma aproximação e apreensão da realidade da Política de Assistência Estudantil da UFT e a efetividade que tem para a permanência dos (as) estudantes nos cursos de graduações do Câmpus de Miracema. Porém, como mencionado anteriormente, uma leitura de realidade não é feita apenas olhando para um ponto, ou para o final, mas é necessário uma busca que vai além, buscar o processo que levou aquele determinado fim, e assim percorreu-se tal caminho, para se alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, estudando não apenas olhando somente para a Política de Assistência Estudantil e sua efetivação no Câmpus de Miracema, mas buscou-se olhar o cenário no país sobre a Política de Educação, tendo em vista a Educação Superior pública, gratuita e de qualidade, na Instituição da UFT e pôr fim do Câmpus de Miracema.

4.2 Caracterização da Universidade Federal do Tocantins e do Câmpus de Miracema

Nesse tópico será apresentada a partir de dados documentais a história da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como também seus principais objetivos e estratégias como instituição de ensino superior; seus pontos fortes e fracos; como se dá sua estrutura, organização e administração, cursos ofertados dentre outros aspectos relevantes para conhecer a única Universidade Federal existente no estado do Tocantins.

De igual modo será feita a apresentação histórica e organizativa sobre o Câmpus Universitário de Miracema. Câmpus de principal análise desse trabalho, e para conhecimento de contexto local será feita uma breve caracterização do Município de Miracema, local onde está localizado o Câmpus em questão.

4.2.1 Informações históricas da Universidade Federal do Tocantins e do Câmpus de Miracema

Ao longo desse trabalho e de toda a história brasileira observa-se que todos os direitos conquistados até o presente momento, sejam eles civis, sociais e políticos, foram produtos de muita luta, persistência, mobilização e resistência. Ou

seja, foram conquistas resultantes de um longo processo desgastante e intenso por parte da sociedade. E de igual modo aconteceu com a criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), pois, a mesma deve sua criação atrelada a diversas manifestações por parte da população tocantinense ao Governo Estadual, desde paralisação de aulas até greves de fome por estudantes da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), única universidade pública existente no estado até aquele momento, pois a mesma estava passando por um processo de privatização. Tal movimento estudantil que envolveu também a comunidade tocantinense em prol de um ensino superior público, gratuito e de qualidade, acabou ficando conhecido como SOS UNITINS.

A Universidade Federal do Tocantins foi criada em 23 de outubro de 2000 pela Lei 10.032, sendo uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, e dotada de autonomia universitária em conformidade com a Constituição Federal de 1988. (UFT, 2016a).

O processo de criação da UFT deu-se em consequência da reestruturação a partir da Lei 872/96 que modificou a Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS) de uma autarquia do sistema Estadual para uma Fundação de direito privado. Assim, no ano de 2000 a UNITINS iniciou um novo processo de transformações e mudanças, com a privatização da universidade. (UFT, 2016a).

A justificativa do governo para tal reestruturação no modelo de Universidade da UNITINS, alterando-se de pública para privada, foi pautado nos grandes e dispendiosos gastos que a universidade possuía com seus mais de oito mil alunos distribuídos em 7 câmpus pelo estado. Devido a tais mudanças ocorridas na UNITINS, até então única universidade pública do estado, a população juntamente com a comunidade acadêmica, articularam-se através de inúmeras mobilizações, manifestações, petições e reivindicações em prol de uma universidade pública, gratuita e com ensino de qualidade.

Sem redes sociais na internet para ajudar na mobilização na época, os estudantes do Movimento SOS Unitins realizaram uma infinidade de ações de conscientização cujos recursos eram apenas a união, o boca-a-boca e panfletos, além, é claro, as ideias. A intenção era chamar a atenção não só da sociedade tocantinense, mas também do país para a privatização da educação pública do Tocantins. A luta durou meses, mas depois de muitos embates políticos-ideológicos[...] O SOS Unitins conseguiu sensibilizar a sociedade tocantinense e mudar os planos do governo. (UFT, 2013, p. 09).

Frente à atual conjuntura, o Governo do estado Tocantins, por ser ano político e querer passar uma boa imagem de seu governo, viu-se pressionado e propôs a criação de uma Universidade Federal encaminhando ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei nº. 3.126/00, por meio do qual autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). (UFT, 2016a).

Apresentou como proposta de solução para os problemas relacionados a Unitins, a “possibilidade” de lutar pela criação de uma universidade federal para o estado. [...] foi assinada a Mensagem Presidencial nº 745, de 26 de maio de 2000, que encaminhava ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei nº. 3.126/2000, por meio do qual, autorizava o Poder Executivo a instituir a criação da Universidade Federal do Tocantins – UFT. (SOUZA, 2006, p.84 apud ALVES, 2010, p. 90)

Tal projeto apresentava a criação de uma universidade no formato unicampi, porém, após muito se refletir e analisar, foi elaborado e apresentado um novo projeto que propunha a criação de uma universidade no modelo multicampi. Esse novo projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado Federal e assim estabelecida na lei que autorizou a instituição da tão almejada Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 23 de outubro de 2000.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) apesar de ter sido criada em 2000, deu início em suas atividades apenas em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência de alunos e dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo estado do Tocantins³⁵. (UFT, 2016a).

Entre outubro de 2000 e maio de 2003, se deu o processo de organização e tramitação para a instauração da nova Universidade. Assim, em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717,

³⁵ “Frente ao contexto social e aos embates políticos vivenciados, o governo local assinou um compromisso público de que a universidade não cobraria mais mensalidades e, portanto, voltaria a ser pública e gratuita[...]”. Assim, “A Unitins continuou existindo após a implantação da UFT como uma Fundação e foi reconfigurada por meio de uma estrutura acadêmica que no início cuidava dos cursos em regime especial e depois veio a firmar novas parcerias mediante convênios que contemplavam a oferta de Curso Telepresencial com a rede Educon, com a Secretaria de Educação, Secretarias Municipais e outros órgãos. Em 2008, perdeu a autorização do fornecimento dos cursos a distancias em decorrência de irregularidades em alguns pólos ofertantes. Mas em 2010 retomou a oferta de cursos presenciais e foi inserida no programa Universidade Aberta do Brasil para a oferta de cursos a distância.” (ALVES, 2010, p. 90-91). Atualmente a Unitins possui quatro câmpus distribuídos em quatro cidades do estado do Tocantins (Araguatins, Augustinópolis, Dianópolis e Palmas), e oferece cursos de graduação presencial e EAD em fase de finalização, cursos de pós-graduação na modalidade presencial, e desenvolve pesquisa e extensão. Disponível em: < <https://www.unitins.br/nPortal/>>. Acesso em: 19.mar.2021.

de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. O professor doutor Euripedes Vieira Falcao, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi designado para presidente dessa Comissão Especial. (UFT, 2016a).

Após, terminada a primeira fase com finalidade de implantar a UFT e com ela a comissão especial designada a tal finalidade, deu início a uma segunda fase, em abril de 2002. Assim, para essa nova etapa, foi assinado o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. E para o cargo de reitor pró-tempore da UFT foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília (UnB). Consequente, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins (UFT), tendo interveniência da Universidade de Brasília (UnB), foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT. Desde então, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados. (UFT, 2016a).

Uma nova comissão foi responsável pela elaboração e organização de documentos que regem a Universidade, tais como, minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Também foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. (UFT, 2016a).

A criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), tornou-se possível no ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, no qual o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O que possibilitou a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele

momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou da UNITINS todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, bem como, a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção. (UFT, 2016a).

Observa-se uma distância bem grande entre o período de Promulgação da lei que autorizou a criação da UFT e o processo de toda a tramitação que possibilitou sua total consolidação e finalmente início das atividades acadêmicas na Universidade. Sabe-se também que o processo realmente é intenso, e o mesmo necessita de comissões que instaure todos os tramites necessário para o funcionamento e desenvolvimento de uma instituição do porte da UFT. Porém, o que se vê também é que tal processo de consolidação foi bem lento, e que o mesmo poderia ter tido uma duração mais curta, se o governo vigente da época tivesse um interesse maior, pois se tem presenciado que para tirar direitos constituídos dos cidadãos existe uma pressa e tais emendas entram em vigor em uma velocidade surpreendente. Porém não pode-se deixar de ressaltar que:

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação. (UFT, 2016a, p. 13).

Partindo de toda a sua trajetória histórica, e esforços para consolidar-se em uma instituição de relevância no estado do Tocantins para o desenvolvimento educacional, social e cultural da população através do ensino, da pesquisa e da extensão, a UFT tem alcançado seu objetivo, pois atualmente a UFT se destaca como a mais importante instituição pública de ensino superior do estado do Tocantins, já que a mesma está presente em todo o território tocaninense, através de seus sete³⁶ câmpus distribuídos de maneiras estratégicas.

³⁶ Vale ressaltar que a UFT está em processo de desmembramento para a Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT, assim dois câmpus foram para essa nova instituição, de Araguaína e de Tocantinópolis. Porém como não foram encontrados documentos e nem no próprio site da UFT, se já está oficializado tal separação, e também pela pesquisa ser fundamentada nos anos de 2016 a 2019, no qual os programas de assistência estudantil estavam postos aos sete câmpus, continuou-se, ao longo deste usando os dados e analisando em torno dos sete câmpus.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. (UFT, 2007, p. 10).

Para tanto, a UFT teve que definir qual seria sua finalidade, pois nela consta seu propósito como instituição. Assim nota-se as finalidades da UFT bem claras e organizadas no seu Estatuto.

Art. 2º - São fins da Fundação Universidade Federal do Tocantins:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição. (UFT 2003, p. 03).

Tais finalidades serviram de pilares para a elaboração da missão e visão institucional, pois, tais elementos são de fundamental relevância para o desenvolvimento e alcance de qualquer propósito, e visto que, os mesmos servem de guia para o conjunto de decisões e ações a serem exercidas pela instituição e sendo responsáveis também por constituírem a identidade institucional.

Como expresso no Planejamento Estratégico 2014-2022 da UFT a Missão Visão e Valores são elementos estabelecidos para visualização de um futuro e os mesmos respectivamente devem: traduzir o propósito da instituição e como se dá sua contribuição para a comunidade inserida; representar o desejo de futuro da instituição através de uma projeção de autoimagem que se quer alcançar, independentemente de suas atuais limitações, mas na certeza e coragem, de que é possível realizar, refletindo assim a ideologia da instituição; determinar o

posicionamento e as ações da instituição, nos quais os mesmos refletem com clareza as crenças, os princípios e a ideologia que a instituição é fundamentada.

Vale destacar que a UFT, ao definir tais elementos atentou para as especificidades de cada câmpus na busca de consolidar-se uma Universidade reconhecida pelo ensino, pesquisa e extensão, buscando assim criar sua identidade.

Com base em tais diretrizes, a UFT tem por Missão, Visão e Valores expressos pelo Planejamento Estratégico³⁷ 2014-2022:

Missão: Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

Visão: Ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão

Valores: Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Criatividade e inovação;
- Responsabilidade social;
- Equidade. (UFT, 2014, p. 10).

Em uma instituição seja ela qual for, possui suas fraquezas, forças, oportunidades e ameaças, sejam em ambientes internos ou externos. E para o desenvolvimento de qualidade de suas ações e alcance de seu propósito, a instituição precisa conhecer cada um desses pontos e montar assim uma estratégia que se prepare tanto para as oportunidades como para as ameaças, fortalecendo também suas fraquezas e evidenciando sua força.

Deste modo, a UFT analisou tais elementos de acordo com sua conjuntura, considerando elementos do ambiente interno como os pontos fortes e fracos, e os elementos do ambiente externo como os pontos de oportunidades e ameaças, pode assim, visualizá-los nos quadros (3; 4; 5 e 6) a seguir:

³⁷ Destaca-se aqui, que foi exposto os valores, missão, visão, objetivos, pontos fortes, fracos, e outros elementos de caracterização da UFT, com vista no planejamento estratégico com validade até 2022, e alguns outros no PDI 2016-2020. O novo PDI 2021-2025 foi lançado no final de maio de 2021, e que após fazer a leitura do mesmo, constatou-se que não seria de conveniência substituir as informações já aqui apresentadas pelas novas pautas do novo PDI, pois esta pesquisa é referente aos anos de 2016 a 2019, anos em que o antigo PDI estava dentro da validade, e substituindo as informações do antigo pelo novo, iria prejudicar na análise dos elementos que se referem ao objeto e objetivo de estudo. Por isso, decidiu-se continuar com as informações do PDI 2016-2020.

Quadro 3 – Visão interna da UFT: Pontos Fortes.

| |
|--|
| Qualificação do corpo docente e do corpo técnico administrativo |
| Potencialidade da instituição na realização de pesquisas e projetos |
| Diversidade de cursos de graduação e pós-graduação |
| Boas perspectivas de qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação |
| Política orientada para a assistência estudantil |
| Ações permanentes para a qualificação dos servidores |
| Credibilidade institucional |
| Estrutura multicampi |

Fonte: Planejamento Estratégico 2014 -2022 (UFT, 2014, p. 11). Teixeira (2020).

Quadro 4 – Visão interna da UFT: Pontos Fracos.

| |
|---|
| Dificuldades na fixação dos servidores |
| Alta evasão dos discentes |
| Fragilidade no clima organizacional |
| Distanciamento entre universidade e comunidade |
| Baixa visibilidade das ações dos câmpus e da Universidade |
| Infraestrutura insuficiente para atender a demanda dos câmpus |
| Poucas iniciativas de transparência |
| Poucas ações para cultura, esporte e lazer |
| Insuficiente captação de recursos de editais de fomento à pesquisa, ensino e extensão |
| Alta centralização administrativa |
| Alunos ingressantes com baixo nível de conhecimento |
| Quadro de servidores insuficientes |
| Tecnologia da informação insuficiente para o atendimento da universidade |
| Política de pós-graduação não disseminada |
| Estrutura organizacional não compatível com as necessidades da UFT |
| Ausências de políticas orientadas para a acessibilidade |
| Ausência de política voltada para a qualidade de vida |
| Desempenho dos estudantes nos exames |

Fonte: Planejamento Estratégico 2014 -2022 (UFT, 2014, p. 11-12). Teixeira (2020).

Quadro 5 – Visão interna da UFT: Oportunidades.

| |
|--|
| Parcerias público/privada |
| Diversidade cultural, ambiental, social e política do estado |
| Credibilidade institucional frente à sociedade |
| Boa localização geográfica |
| Perspectiva da expansão de acordo com a especificidade de cada região |
| Programa de incentivo do governo federal de desenvolvimento científico e tecnológico |
| Internacionalização da Universidade |
| Fortalecimento de redes para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão |
| Parcerias com os institutos federais |
| Políticas públicas de apoio ao ensino superior |
| Diversidade cultural do estado |

Fonte: Planejamento Estratégico 2014 -2022 (UFT, 2014, p. 12-13). Teixeira (2020).

Quadro 6 – Visão interna da UFT: Ameaças.

| |
|--|
| Falta de serviços básicos essenciais nos municípios (saúde, transporte, segurança pública, saneamento básico, habitação, estrutura urbana) |
| Precariedade do setor de prestação de serviços nas diversas regiões onde se encontra os câmpus |
| Movimentos grevistas |
| Ausência de creches nos municípios |
| Logística inadequada, pouca oferta de transporte aéreo, rodovias sem qualidade e dificuldade de acesso aos câmpus |
| Não retenção dos alunos egressos com qualidade superior no estado |
| Fragilidade das políticas públicas em âmbito Estadual e Federal |
| Custo de vida elevado |
| Baixa qualidade do ensino fundamental e médio no Tocantins |

Fonte: Planejamento Estratégico 2014 -2022 (UFT, 2014, p. 13). Teixeira (2020).

A partir de tais elementos e conformidade com o Planejamento Estratégico (2014-2022, p. 14), a UFT elaborou os seguintes objetivos estratégicos: “Ambiente de excelência acadêmica; Atuação sistêmica; Articulação com a sociedade; Aprimoramento da gestão; Valorização humana”, na finalidade de fortalecer as

fraquezas e subtrair as ameaças, pois, tais objetivos auxiliam, no plano de desenvolvimento institucional, nos parâmetros, na construção da visão da instituição, e de embasamento para elaboração dos planos de ação dos câmpus universitários.

Pode-se observar que o desenvolvimento de uma instituição não é apenas suas ações individualmente isoladas, mas sim um conjunto de forças na forma de coletividade entre toda a sociedade. Seja ela a própria comunidade acadêmica distribuídos entre gestores, docentes, discentes, técnicos administrativos e demais que compõem o grupo; como também a comunidade local; regional; governos; diferenças culturais; localização geográfica; verbas; serviços públicos prestados; políticas públicas; dentre tantas outras situações que podem fortalecer ou enfraquecer as ações de desenvolvimento da Universidade. Porém, mesmo diante das limitações postas, a UFT, desde sua fundação tem se empenhado para alcançar sua missão, e evidenciado sua relevância para o estado do Tocantins.

Com mais de 18 anos de história e já consolidada, a UFT é considerada a terceira melhor instituição Pública de Ensino Superior do Norte do país na avaliação do Guia do Estudante (2016). Distribuídos pelos sete câmpus, a UFT possui atualmente mais de 60 cursos presenciais de graduação, cinco cursos a distância e ainda cursos na modalidade semipresencial para formação de professores (Parfor), além de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* - com 31 cursos de mestrado (19 acadêmicos e 12 profissionais) e nove doutorados -, e diversas opções de pós-graduação *lato sensu* (especializações e MBAs).³⁸

Estudando os documentos institucionais, constata-se que a UFT realmente tem mostrado seu compromisso com a sociedade tocantinense, já que, desde seu primeiro vestibular em 2004, se destacou como a primeira Universidade brasileira a estabelecer cotas para estudantes indígenas em seus processos seletivos e em 2013 implementou cotas para estudantes de origem quilombolas, ações de grande relevância da Universidade, pois o Tocantins possui uma grande diversidade cultural com uma população bastante heterogênea, composta por indígenas, quilombolas e população rural. Tais ações, confirma o compromisso da UFT em oferecer educação de qualidade e inclusiva, oportunidade de formação e crescimento, além de melhoria no nível de escolaridade do povo tocantinense. (UFT, 2020a).

³⁸ Referência disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino>. Acesso em: mar.2021.

Como já mencionado anteriormente, a UFT possui uma estrutura multicampi, no qual os câmpus estão distribuídos estrategicamente em todo território tocantinense, que vai desde a região norte, central e sul do estado, representados nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. No entanto, aprofundar-se-á na história, estrutura e desenvolvimento do Câmpus de Miracema, tema central deste estudo. Para tal, iniciar-se-á com apresentação no seu contexto histórico.

O Câmpus de Miracema foi criado como parte dos dez câmpus da UNITINS, sendo que o mesmo foi estabelecido inicialmente em dezembro de 1990 como sede administrativa da Universidade, por Miracema se encontrar como capital provisória do recém-criado estado do Tocantins.

O Câmpus deu início em suas atividades acadêmicas no ano de 1992, com o curso de graduação em Administração, em 1995 foi implantado o Curso de Licenciatura em Matemática, e em 1998 foi ofertado cursos de Licenciatura Plena em Matemática e Pedagogia em caráter emergencial, objetivando garantir a formação de professores do Ensino Fundamental e Médio, que atuavam na rede de ensino estadual, ação resultante do convênio entre UNITINS e Seduc (Secretaria da Educação, Juventude e Esporte). (UFT, 2016b).

Entre os anos de 1999/2000 foram suspensos os vestibulares, extinção e criação de novos cursos no âmbito da UNITINS, resultantes de mudanças no interior da gestão da Universidade. Atingindo conseqüentemente todos os câmpus da universidade, inclusive o de Miracema, que culminou na extinção dos cursos de Administração e Matemática. Simultaneamente a esse processo, houve a criação de Centros Universitários de Formação de Profissionais da Educação (CEFOPES)³⁹, cuja incumbência era congregar as políticas públicas educacionais e as diretrizes de formação docente no âmbito da Universidade. (UFT, 2010).

A partir da criação de um Cefope no ano de 2000 no Câmpus de Miracema, com ocorrência de apenas um vestibular no ano, o mesmo passa oferecer os cursos de Pedagogia, gestor em Administração e/ou Supervisão Educacional e Normal Superior, objetivando na formação do docente para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. (UFT, 2010).

³⁹ Modalidade de Instituição de Ensino Superior criada pela UNITINS, com base no decreto Federal nº 2.306, de 19/08/97 e no Parecer n.º 145/99, de 29/10/99, do Conselho Estadual de Educação do Tocantins.

Na ameaça de extinção após seis semestres sem vestibular nos Cursos de Pedagogia e Normal Superior do Câmpus de Miracema, a comunidade acadêmica e a sociedade civil aplicam esforços no objetivo de incorporação na recém criada Universidade Federal do Tocantins. (UFT, 2010).

Em 2003, sendo parte agora da UFT, o Câmpus de Miracema retoma o vestibular para os Cursos de Pedagogia e Normal Superior, havendo uma fusão de ambos os cursos no ano de 2004. Ofertando agora apenas um curso de graduação, abre-se o debate acerca das possibilidades de implantação de um novo curso de graduação.

Partindo da necessidade de consolidar-se como um câmpus universitário, a comunidade acadêmica de Miracema, entre os anos 2005 e 2006, nas discussões que visavam definir as ações prioritárias para investimento, indica cinco prioridades para tal consolidação, sendo a criação de um novo curso de graduação, o principal destaque dentre as prioridades elencadas.

Para viabilizar a criação do novo curso, foi necessário que a Coordenação do Câmpus definisse uma Comissão⁴⁰ responsável para apresentação diagnóstica e parecer acerca das possibilidades de tal implantação.

Foi apresentado pela Comissão, um relatório contendo três dimensões: instalações físicas, recursos humanos (técnico administrativo e docentes) e pesquisa de opinião junto à comunidade interna (alunos e professores) e externa (estudantes concluintes do ensino médio nas cidades de Miracema e Miranorte). (UFT, 2010).

O relatório da comissão apontou que a estrutura física do Câmpus encontrava-se subutilizada, existindo espaço físico e equipamentos adequados para atender a demanda de um novo curso. Além do mais o corpo de servidores técnicos-administrativos permitia ampliação do atendimento a comunidade acadêmica. A comissão concluiu ainda que o corpo docente existente do Câmpus Universitário de Miracema permitia que este fosse mais bem aproveitado num curso de graduação da área de ciências sociais e humanas. (UFT, 2010).

Foi recomendado pela comissão a criação do Curso de Serviço Social, pois além de o mesmo possibilitaria um aproveitamento maior do corpo docente existente

⁴⁰ Esta comissão foi composta pelos seguintes membros: Jose Carlos da Silveira Freire, Marcio Antonio Cardoso Lima, Roberto Francisco de Carvalho e a aluna Lucélia Lira Moura, conforme Portaria nº 04/2006.

no Câmpus, destacou-se na pesquisa de opinião realizada junto à comunidade interna e externa sobre a proposição de um novo curso de graduação. (UFT, 2010).

Partindo de tais recomendações apresentadas no relatório, o Conselho Diretor do Campus Universitário de Miracema aprovou a indicação ao Consepe⁴¹ da criação do Curso de Serviço Social a ser implantado a partir do ano de 2007/1. Para tanto foi instituído uma comissão⁴² responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. (UFT, 2010).

Para a execução de tal atividade, essa comissão utilizou a metodologia que privilegiou a adoção dos seguintes procedimentos:

[...] levantamento do arcabouço legal que orienta a elaboração de projetos pedagógicos; discussão e análise de projetos pedagógicos-curriculares de instituições de educação superior promotoras do Curso de Serviço Social e realização de reuniões de trabalho para elaboração da proposta, bem como a discussão desta com profissionais da área que representam a categoria no âmbito do exercício da profissão. (UFT, 2010, p. 7-8).

Ainda em março de 2007 foi aprovado pelo Conselho Universitário (Consuni) em reunião extraordinária, a alocação de códigos de vagas para a realização de Concurso Público de docentes para esse e outros câmpus, visando dar condições para criar e implementar novos cursos de graduação. Também, vale ser destacado que tais condutas, estão associados à política institucional da Reitoria da UFT, a de fortalecer a área acadêmica dos câmpus que possuía apenas um curso de graduação, como era o caso de Miracema, Gurupi e Tocantinópolis.

Tal projeto também está inserido no contexto das políticas de democratização e expansão da Educação Superior Pública, o qual resgata o compromisso do poder público com a cidadania das classes populares do país, assim como é expressão dos debates, interesses e necessidades institucionais que tem sido travados no âmbito dos colegiados do Câmpus Universitário de Miracema, o qual tem priorizado o desenvolvimento de suas ações acadêmicas e administrativas de modo a promover a formação humana em suas dimensões cognitiva, política e profissional do cidadão. (UFT, 2016a).

⁴¹ Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é o órgão deliberativo da Instituição, em matéria didático-científica, conforme prevê o Estatuto da UFT. Disponível em: <https://ww.uft.edu.br> Acessado em: março de 2021.

⁴² Esta Comissão foi composta pelos professores Márcio Antônio Cardoso de Lima (Presidente), José Carlos da Silveira Freire, Antônio Miranda de Oliveira e Mariléa Borges de Lima, esta última integrante do Campus Universitário de Tocantinópolis.

Neste contexto, além de consolidar-se, o Câmpus Universitário de Miracema, restabelece sua condição de contribuir mais fortemente com a educação superior no Município e nesta região do estado do Tocantins, na medida em que passou a ofertar, via vestibular em cada semestre 80 vagas para o Curso de Pedagogia e 80 vagas para o curso de Serviço Social, totalizando e ampliando sua oferta de 80 para 160 vagas ao ano. No ano de 2014 o campus passou a oferecer também 40 vagas para o curso de Psicologia e em 2015, 40 vagas para o curso de Educação Física.

Na diligência do compromisso público que o Câmpus Universitário de Miracema possui tanto com a instituição como com a comunidade acadêmica interna e comunidade externa, foi estabelecido as diretrizes de Missão, Visão e Valores, as quais estão expressas no Plano de Desenvolvimento do Câmpus de Miracema 2016 – 2020:

Missão: Proporcionar o desenvolvimento local e regional, por meio da difusão do conhecimento e de formação cultural, social, econômica e ambiental, com educação inovadora e de qualidade (Planejamento Participativo do Câmpus, 2014).

Visão: Consolidar-se como instituição de referência na formação de profissionais das áreas de Educação e Saúde, articulando-as às Políticas Públicas em Educação, Saúde e Assistência Social, ciência e tecnologia no meio norte do estado do Tocantins e promover a consolidação e expansão dos cursos de graduação e pós-graduação, tendo em vista a mudança do quadro das condições de vida, principalmente da população vulnerabilizada do estado do Tocantins. (Planejamento Participativo do Câmpus, 2014)

Valores: Para a promoção da missão e visão o Campus de Miracema declara e promove os seguintes valores em sua atuação (Planejamento Participativo do Câmpus, 2014):

- Ética;
- Compromisso;
- Transparência;
- Credibilidade;
- Responsabilidade social e ambiental;
- Respeito à vida e à diversidade;
- Sustentabilidade;
- Qualidade de ensino e formação. (UFT, 2016b, p. 11-12).

Dando continuidade ao processo de caracterização da UFT e do Câmpus Universitário de Miracema, no próximo subitem com alguns dos seus principais dados estruturais, programas e projetos.

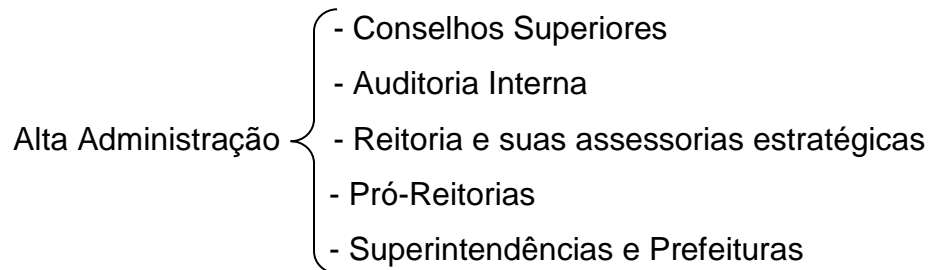
4.2.2 Dados característicos da Universidade Federal do Tocantins e do Câmpus de Miracema

A estrutura organizacional⁴³ da Fundação Universidade Federal do Tocantins obedece ao que está definido em seu Regimento Geral de 2003.

Considerando os aspectos estruturais de organização e funcionamento da UFT, foi aprovado a Resolução nº 29/2018 que dispõe sobre o processo de organização e inovação da estrutura organizacional, visando o aprimoramento da administração pública federal no âmbito da UFT.

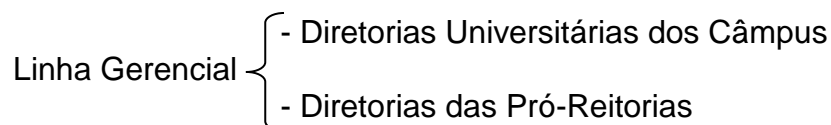
Conforme a Resolução referida, a UFT será organizada hierarquicamente da seguinte forma:

Como nível estratégico:



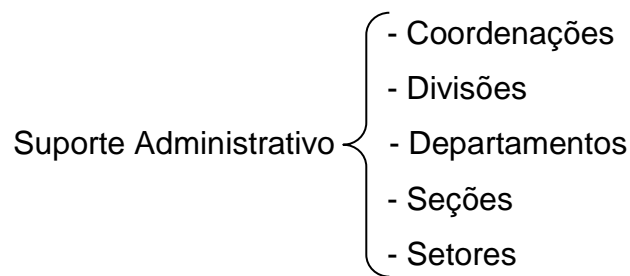
A Alta Administração constitui-se pelas pessoas investidas nos cargos em comissão de direção de mais alto nível na hierarquia interna do órgão. Exercendo o papel de liderar e coordenar as demais partes da estrutura e exercer a autoridade política nas “relações de fronteira”, interagindo com o ambiente externo em nível institucional. (UFT, 2018a).

Como nível tático:



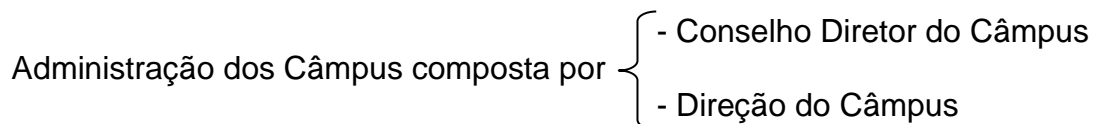
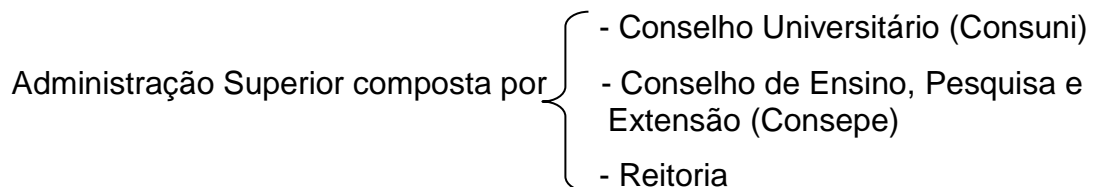
A Linha Gerencial constitui a estrutura de coordenação do órgão. Ela se compõe pelo conjunto de titulares de cargos de direção, abaixo da Alta-Administração, isto é, de média gerência. A função da Linha Gerencial é fazer a estratégia chegar na base e fazer a base chegar na estratégia. (UFT, 2018a).

⁴³ Pode ser encontrado o detalhamento completo da estrutura organizacional da UFT, contendo todos os setores, órgãos, siglas e descrição da competência de cada, na Resolução Consuni Nº 29/2018, p. 16-39. Disponível em: <www.uft.edu.br>.

Como nível operacional:

O Suporte Administrativo tem por competências supervisionar e coordenar, no âmbito do órgão, as atividades de organização e modernização administrativa, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais.

No âmbito administrativo da UFT, existe dois tipos de Administração:



Desta forma a UFT têm por:

Conselhos Superiores ou Órgãos Colegiados Superiores – o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Pró-Reitorias – a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ); a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX); a Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP); a Pró-Reitoria de Administração e finanças (PROAD); a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST); e a Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP), sendo um total de sete (7) pró-reitorias.

Superintendência – a de Tecnologia da Informação (STI); e a de Comunicação (SUCOM).

Diretorias – a Diretoria de Gestão Documental (DGED); a Diretoria da Radio e Audiovisual (DRADIO); a Diretoria de Engenharia, Arquitetura, Serviços Continuados, Manutenção Predial e Equipamentos (DESMAN); a Diretoria de

Contabilidade e Finanças (DCF); a Diretoria Administrativa (DIRAD); a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP); a Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas (DDP); a Diretoria de Acompanhamento de Programas de Assistência Estudantil (DAP); a Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO); a Diretoria de Planejamento e Avaliação (DIPLAN); a Diretoria de Extensão e Cultura (DEXT); a Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas (DAC); a Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA); a Diretoria de Políticas e Programas Especiais em Educação (DPEE); a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE); a Diretoria de Pesquisa (DIRPESQ); e a Diretoria de Pós-Graduação (DIRPOS), somando dezessete.

Diretoria de Câmpus – são sete (7), uma diretoria para cada câmpus universitário.

Coordenações – a Coordenação Permanente de Seleção (COPESE); a Coordenação de Comunicação (CCOM); a Coordenação de Convênios e Projetos (CPROJ); a Coordenação de Legislação e Normas (CLN); a Coordenação de Recursos Materiais (CRM); a Coordenação de Contratos (CCONT); a Coordenação Operacional (COOPE); a Coordenação Financeira de Pessoal (CFP); a Coordenação de Administração de Pessoal (CAP); a Coordenação de Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho (CQVT); essas são apenas algumas, porém são um total de quarenta e três (43) Coordenações⁴⁴ em toda a instituição, pois são Unidade responsável pela execução das atividades e, pela análise de parecer de entendimento consolidado.

Divisões – a Divisão de Gestão de Diárias e Passagens (DIDP); a Divisão de Almoxarifado Central (DIALC); a Divisão de Suprimento e Logística (DISL); a Divisão de Biblioteca e Documentação (DIBID); a Divisão de Pagamentos (DPAG); a Divisão de Planejamento Acadêmico (DPA); a Divisão de Estágio e Assistência Estudantil (DIEST); a Divisão de Gestão de Pessoas (DIGPE); a Divisão de Registro e Acompanhamento Acadêmico (DIRAC); a Divisão de Infraestrutura (DINFRA); a Divisão de Apoio a Área Experimental (DIEXP); a Divisão Planejamento e Desenvolvimento do Câmpus (DIP).

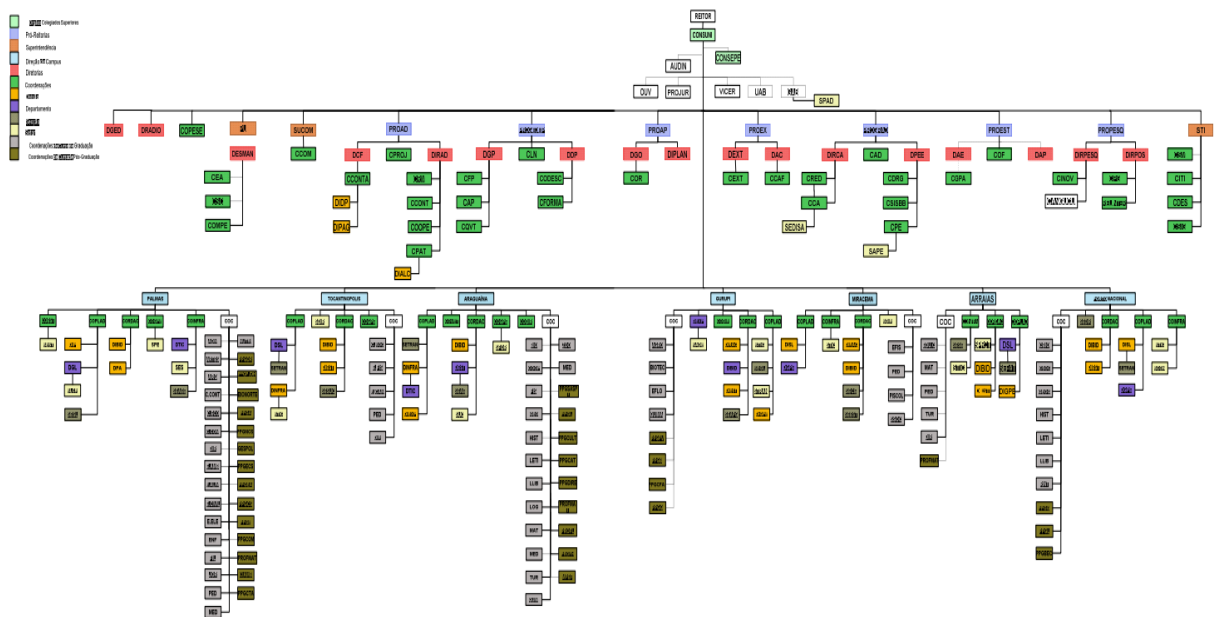
Ainda como parte da estrutura organizacional da UFT, tem-se as Direções dos câmpus e as Coordenadorias dos Cursos, e integram os órgãos executivos de Gestão da Universidade. Com respectivas funções: cada câmpus terá um Diretor,

⁴⁴ Para visualização de todas as Coordenações vide o organograma da UFT, e o detalhamento de cada uma disponível na Resolução Consuni Nº 29/2018, p. 16-39, disponível em: <www.uft.edu.br>.

eleito dentre os docentes efetivos em exercício, conforme a legislação vigente, e resoluções específicas. As coordenações de cursos são destinadas a elaborar e implementarem a política de ensino e acompanhar sua execução. Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

No desenho abaixo (figura 1) é possível visualizar toda a estrutura organizacional da UFT:

Figura 1 – Organograma da Estrutura Organizacional da Fundação Universidade Federal do Tocantins



Fonte: Arquivos UFT, 2018a.

Segundo os dados disponível no Catálogo de Ofertas de Cursos de Graduações (2018), a UFT mantém 62 cursos de graduação presencial, cursos à distância, e ainda cursos na modalidade semipresencial para formação de professores (PARFOR), além de dezenas de cursos de especialização, 17 mestrados acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 6 doutorados, 23 polos de EaD para graduação e pós-graduação lato sensu em 23 municípios do estado do Tocantins, 29 registros de patentes e 16 softwares, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior, e que leva a UFT possui mais de 15 mil alunos em graduação e aproximadamente 2 mil alunos em pós-graduação, sendo lato sensu 700 alunos e em stricto sensu 1190. Dispõe também com um

quadro de servidores docentes e técnicos-administrativos qualificado, com 1092 docentes, sendo 641 doutores e 345 mestres efetivos em diversas áreas de conhecimento e 106 substitutos, e com 862 técnicos-administrativos. (UFT, 2018b).

Levando-se em conta a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidade de formação em variadas áreas de conhecimentos. Devido a estrutura multicampi da UFT, foram criadas sete unidades universitárias perfeitamente definidas, denominadas de câmpus universitários, com funções próprias e organização semelhante. Os câmpus universitários são unidades responsáveis pela execução do ensino, pesquisa e extensão, em múltiplas áreas do conhecimento. A eles estão vinculados os cursos de graduação e pós-graduação, assim como as unidades de pesquisa e os programas de extensão. Configuram-se como unidades orçamentárias, dispoendo de autonomia relativa de acordo com as normas pertinentes. (UFT, 2018a).

A figura 2 apresenta o mapa do estado do Tocantins com destaque para as cidades que localizam os câmpus da UFT, com maior realce em Miracema, que é tema central desta pesquisa.

Figura 2: Distribuição da localização dos câmpus da UFT.



Fonte: Site da UFT.

O município de Miracema do Tocantins foi a primeira capital do estado, entre 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano. Miracema está localizada na região central do Tocantins, numa distância de 82 km de Palmas, capital do estado.

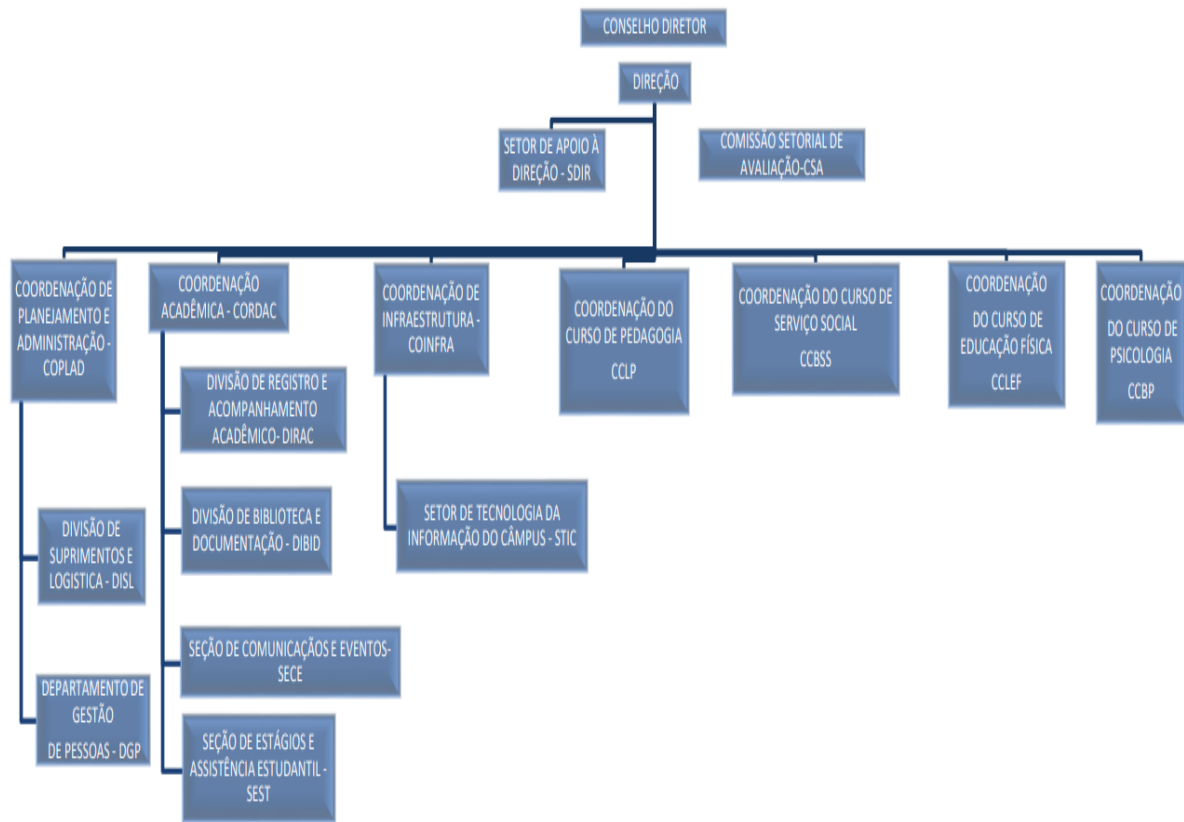
O município possui uma área de 2.663,745 km², com uma população aproximada de 20.684 mil habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE 2010. Sendo 86% moradores da área urbana e 14% da zona rural. A economia local é baseada principalmente no comércio varejista, agropecuária (destaque para bovino, soja e milho), produção de mel (da associação local, a APROMI), indústria de confecções, cerâmica, gráfica e de serigrafia. Miracema é conhecida também por suas festas culturais e atrativos turísticos, como, a praia Mirassol, no Rio Tocantins e Ponto de Apoio; a praia do Funil e do Paredão, o Balneário Lucena e o Correntinho; a festa do Miracaxi (é o mais famoso carnaval fora de época do Tocantins); o Mirafolia (carnaval) e a Pecuária (evento country).⁴⁵

A estrutura organizacional do Câmpus Universitário de Miracema, assim como os demais câmpus da UFT, estão estabelecidos de acordo com as normas pertinentes da instituição. E conforme o Plano de Desenvolvimento do Câmpus (2016-2020) tem o objetivo principal de promover de forma articulada entre os setores do Câmpus e da reitoria os processos de desenvolvimento das atividades fins da UFT, que são: o ensino a pesquisa e a extensão.

Desta forma, o desenho abaixo permite visualizar a organização administrativa e acadêmica do Campus de Miracema, que é constituída por Órgãos Consultivos, Deliberativos, Normativos e Executivos, assim descritos:

⁴⁵ Mais informações disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema-do-tocantins>>. Acessado em março de 2020.

Figura 3: Organograma da Estrutura Organizacional e Administrativa do Câmpus de Miracema do Tocantins.



Fonte: Arquivos UFT, 2018a.

Pode-se observar através do organograma os setores que compõe a estrutura administrativa do Câmpus de Miracema e que o mesmo está representado e administrado pelo Diretor de Câmpus juntamente com Conselho Diretor (CONDIC). Que é constituído por membros dos três segmentos universitários (docentes, servidores técnico-administrativos e discentes) nos percentuais, de 70% para a categoria docente e 30% para as demais categorias (15% para a categoria discente e de 15% para a categoria dos técnico-administrativos). Destes tem-se: - Diretor (a) de Câmpus, como Presidente; Coordenadores (as) de Curso de graduação e pós-graduação stricto sensu; Representação da Categoria Docente, eleita por seus pares. A representação da Categoria Discente será composta por discentes, eleito (s) por seus pares. E a representação da Categoria dos Servidores Técnico-Administrativos será composta por técnicos, também eleito (s) por seus pares, além de todos os membros titulares terem direito a suplente, eleito por seus pares, para os casos de ausência justificada pelo titular. (UFT, 2018a).

O Câmpus de Miracema atende cerca de 900 (novecentos) alunos; possui 64 (sessenta e quatro) professores efetivos; 10 (dez) professores substitutos e 30 (trinta) servidores técnico-administrativo. (UFT, 2019). Oferta cursos de graduação presencial, cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, e ainda compõe um dos 23 polos do ensino à distância da UFT. Os cursos ofertados são:

Quadro 7 – Distribuição dos cursos no Câmpus de Miracema.

| Graduação | Especialização | Mestrado |
|--------------------------------|----------------------------------|---|
| Educação Física (licenciatura) | | |
| Pedagogia (licenciatura) | | |
| Psicologia (bacharelado) | | |
| Serviço Social (bacharelado) | Serviço Social e Política Social | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social |

Fonte: Arquivos UFT, 2018b; site da UFT, 2021. Teixeira (2021).

Ainda, é ofertado no Câmpus de Miracema cursos de graduação na modalidade PARFOR (**Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**), um Programa com o objetivo de induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País. É implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES⁴⁶. Assim como no Câmpus de Miracema, os demais câmpus da UFT oferecem cursos nessa modalidade, conforme o quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Distribuição dos cursos de Graduação na Modalidade PARFOR.

| Câmpus | Cursos |
|-----------|---|
| Araguaína | <ul style="list-style-type: none"> • Geografia • História • Letras • Matemática |

⁴⁶ Fonte: <www.uft.edu.br/index.php/parfor/informacoes-gerais>. Acesso em abril de 2021.

| | |
|----------------|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia |
| Arraias | <ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia |
| Gurupi | <ul style="list-style-type: none"> • Biologia |
| Miracema | <ul style="list-style-type: none"> • Educação Física • História |
| Palmas | <ul style="list-style-type: none"> • Artes • Informática • Matemática • Pedagogia |
| Porto Nacional | <ul style="list-style-type: none"> • Letras • Libra/Letras |

Fonte: Catálogos de cursos da UFT, 2018.

Além das atividades em sala de aula, a UFT também oferece vários programas e ações como: Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI); Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Educação Tutorial (PET); Programa de Mobilidade Acadêmica; Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Professores (Lifes); Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR); dentre outros programas e ações⁴⁷, disponíveis nos 7 (sete) câmpus, buscam viabilizar ao estudante maior integração, bem-estar e um melhor desenvolvimento acadêmico, apoiando o (a) estudante nas suas diversas demandas, promovendo a sua interação no meio acadêmico e na comunidade, e viabilizando a sua permanência.

Para o bom andamento dos cursos ofertados, é são necessárias instalações físicas apropriadas, assim, o Câmpus de Miracema está estruturado em duas unidades: Warã e Cerrado. A Unidade Warã localizada no setor Universitário, possui uma área física de 19.305,70 m², com uma área Edificada de 3.794,33 m², que envolve o prédio administrativo com 1.822,40 m²; 02 blocos de sala de aulas e o bloco III em reforma, (provavelmente servir de moradia estudantil)⁴⁸, cada um com

⁴⁷ Para conhecer todos os programas que a UFT oferece, basta acessar <www.uft.edu.br/acoeseoprogramas>.

⁴⁸ Segundo as informações passadas pela coordenação de infraestrutura do Câmpus de Miracema, o documento de mapeamento está passando por mudanças constantes, pois, o Câmpus passa por

468,44 m²; o bloco 14 BIS com 375,85 m²; a cantina com 160,87 m² e os vestiários com 48,94 m². Além disso, a unidade dispõe de passarelas (sem cobertura) com sinalização e rampas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais; espaços de convivência e estacionamentos para carros oficiais e uso comum, que atendem suficientemente a demanda. O acesso ao Câmpus é feito por dois portões um no lado norte com guarita e outro no lado oeste. As entradas possuem passarelas com sinalização tátil direcionadas para todos os blocos do Câmpus. A unidade Cerrado situada às margens da rodovia TO-342, próximo à saída da cidade em direção a Miranorte, possui uma área que totaliza 27 (vinte e sete) hectares, e conta com os prédios: do Bloco 3P, com três pavimentos para salas de aulas, laboratórios e auditório; do Bloco da Biblioteca; do ginásio de esporte e da pista de atletismo. Os blocos possuem elevadores para os pisos superiores e rampas de acessibilidade com sinalização tátil e estacionamento para portadores de mobilidade reduzida. O bloco da biblioteca da Unidade Cerrado encontra-se climatizado e mobiliado, e ocupado com a Biblioteca Paulo Freire. (UFT, 2021a).

As divisões das instalações físicas de ambas unidades que compõe o Câmpus de Miracema estão descritas nos quadros abaixo:

Quadro 9 – Distribuição dos espaços físicos da Unidade Warã.

| Bloco Administrativo Térreo – 784,10 m² | | |
|---|------------------------|-----------------------|
| Quantidade | Utilização | m² |
| 01 | Auditório | 135 m ² |
| 22 | Salas Administrativas | 335,64 m ² |
| 01 | Depósito Subescada | 10,31 m ² |
| 03 | Salas de Docentes | 54,27 m ² |
| 01 | Sala de Aula | 47,42 m ² |
| 04 | Instalações Sanitárias | 16,56 |

estudo de realocação acompanhada por comissões para o melhor dimensionamento dos prédios. Então as informações aqui apresentadas são de acordo com as últimas atualizações feitas no final do ano de 2020.

| | | |
|--|---|--------------------------|
| | | m ² |
| 01 | Hall | 184,9 m ² |
| Bloco Administrativo 1º Piso – 770,17 m² | | |
| 07 | Salas Administrativas | 110,35 m ² |
| 13 | Salas de Docentes | 315,87 m ² |
| 04 | Salas destinadas ao desenvolvimento de Programas e Projetos | 85,73 m ² |
| 02 | Laboratório Específico de curso | 27,56 m ² |
| 01 | Sala de Reunião | 11,0 m ² |
| 08 | Instalações Sanitárias | 33,12 m ² |
| 01 | Hall | 186,54 m ² |
| Bloco I – 447,14 m² | | |
| 01 | Sala de áudio visual | 60,43 m ² |
| 04 | Salas de Aulas | 181,56 m ² |
| 01 | Sala destinada ao desenvolvimento de Programas e Projetos | 124,28 m ² |
| 05 | Instalações Sanitárias | 20,44 m ² |
| 01 | Hall | 60,43 m ² |
| Bloco II – 447,14 m² | | |
| 06 | Salas de Aulas | 302,42 m ² |
| 05 | Instalações Sanitárias | 20,44 m ² |

| | | |
|---|--------------------------------------|--------------------------|
| 01 | Hall | 124,28 m ² |
| Bloco III - 446,87 m² | | |
| 04 | Salas de Aulas | 241,72 m ² |
| 01 | Laboratório Específico de curso | 60,43 m ² |
| 05 | Instalações Sanitárias | 20,44 m ² |
| 01 | Hall | 124,28 m ² |
| Bloco 14 BIS – Biblioteca – 329,91 m² | | |
| 01 | Sala da Recepção | 36,66 m ² |
| 01 | Sala do Acervo | 92,35 m ² |
| 01 | Sala de Leitura | 78,48 m ² |
| 05 | Salas Administrativas | 60,37 m ² |
| 05 | Laboratórios de Psicologia | 62,05 m ² |
| Vestiários – 48,94 m² | | |
| 02 | Instalações Sanitárias Ala Masculina | - |
| 04 | Chuveiros Ala Masculina | - |
| 03 | Instalações Sanitárias Ala Feminina | - |
| 03 | Chuveiros Ala Feminina | - |
| Outros Ambientes – 558,22 m² | | |
| 01 | Cantina | 161,29 m ² |
| 01 | Sala Vigilantes | 3,80 m ² |
| 01 | Guarita | 3,13 m ² |
| 02 | Espaços de Convivências | 390,00 |

| | | |
|--|--|----------------|
| | | m ² |
|--|--|----------------|

Fonte: Arquivo UFT, 2021a. Teixeira (2021).

Quadro 10 – Distribuição dos espaços físicos da Unidade Cerrado⁴⁹.

| Bloco 3P Térreo – 436,36 m² | | |
|--|-----------------------------------|--------------------------|
| Quantidade | Utilização | m² |
| 03 | Auditório | 181,75 m ² |
| 02 | Salas Administrativas | 14,86 m ² |
| 03 | Laboratório Específico de curso | 192,61 m ² |
| 01 | Instalações Sanitárias Masculinas | 23,64 m ² |
| 01 | Instalações Sanitárias Femininas | 23,50 m ² |
| Bloco 3P 1º Piso – 421,60 m² | | |
| 02 | Laboratório de Educação Física | 120,04 m ² |
| 04 | Salas de Aulas | 239,56 m ² |
| 02 | Salas Administrativas | 14,86 m ² |
| 01 | Instalações Sanitárias Masculinas | 23,64 m ² |
| 01 | Instalações Sanitárias Femininas | 23,50 m ² |
| Bloco 3P 2º Piso – 405,12 m² | | |
| 15 | Salas Administrativas | 208,80 m ² |
| 01 | Sala de Reunião | 29,02 |

⁴⁹ Destaca-se que não foi possível incluir no quadro 10 de distribuição dos espaços físicos da Unidade Cerrado o bloco da biblioteca pois até o presente momento não estava atualizado o documento de mapeamento com as discriminações de ocupação.

| | | |
|----|-----------------------------------|-------------------------|
| | | m ² |
| 01 | Sala de Professor | 60,10 m ² |
| 01 | Sala de Aula | 60,06 m ² |
| 01 | Instalações Sanitárias Masculinas | 23,64 m ² |
| 01 | Instalações Sanitárias Femininas | 23,50 m ² |

Fonte: Arquivo UFT, 2021a. Teixeira (2021).

Nota-se que o Câmpus de Miracema possui ótimas instalações físicas para suprir as necessidades dos cursos que são ofertados, e que o mesmo continua no processo de expansão para oferecer um ensino de qualidade que viabilize a emancipação do indivíduo. Correlacionado com as áreas de conhecimento estudadas no Câmpus, o mesmo, desenvolve pesquisas na área da prática educativa, norteando uma interlocução entre educação e saúde e busca articular as políticas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Após esta apresentação e visto que a UFT é uma Instituição de grande relevância para o desenvolvimento da sociedade do estado do Tocantins e arredores, e que a mesma tem se consolidado e expandido em todas as áreas, cabe aprofundar sobre o que essa instituição tem feito para garantir a permanência do (a) estudante na universidade através da Política de Assistência Estudantil.

4.3 A Efetivação da Política de Assistência Estudantil na UFT e no Câmpus de Miracema para a permanência dos estudantes

Nos tópicos seguintes, serão apresentados, como a Política de Assistência Estudantil é estabelecida na UTF e no Câmpus de Miracema, assim como, o setor responsável por sua efetivação; programas e auxílios ofertados e quantitativos acerca do tema; acesso dos estudantes aos auxílios e programas; prazo dos auxílios; quantitativo de alunos (as) atendidos (as), dentre outros aspectos relevantes de efetivação da política de assistência estudantil para a permanência dos estudantes do Câmpus de Miracema. Ressalta-se que essa pesquisa tem foco

nos anos de 2016 a 2019, e os dados obtidos se deu a partir de documentos públicos da UFT, referentes a esses respectivos anos.

4.3.1 Apresentação da Política de Assistência Estudantil e dos instrumentos de efetivação

Como já mencionado ao longo desse trabalho, foi mediante extenso processo de luta e resistência que finalmente a educação superior pública se tornou uma realidade à população pauperizada da sociedade, e atualmente mais de 50% dos (as) estudantes das universidades públicas pertencem a classe baixa. Logo, a relevância da efetivação da Política de Assistência Estudantil, sendo que a mesma visa propiciar a permanência e o sucesso acadêmico do (a) aluno (a) de baixa renda na graduação.

A UFT é a maior instituição pública de ensino superior no estado em dimensão, desenvolvimento e formação acadêmica. Mais de 85% dos (as) estudantes são oriundos de escolas públicas e 83,9% é subtotal do corpo discente da UFT que possui renda familiar de até 1,5 Salário Mínimo, sendo que destes, 45,1% é o percentual dos que vivem com até 0,5 Salário Mínimo, observa-se assim a predominância de estudantes de baixa renda. (UFT, 2020b).

Nesta perspectiva, a Política de Assistência Estudantil é de total pertinência para ampliar as condições de permanência dos (as) estudantes e propiciar a redução das taxas de evasão e retenção nas IFES, em especial na UFT, mais especificamente o Câmpus de Miracema, situado a região central do estado do Tocantins, ponto de referência desse trabalho, mediante ações desenvolvidas em áreas como moradia, alimentação, transporte, creche, apoio psicopedagógico, cultura, inclusão social dentre outros pertinentes ao êxito acadêmico.

A Política de Assistência Estudantil da UFT constitui-se num conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes sob os aspectos de inclusão social, da produção do conhecimento, da melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. (UFT, 2016a, p. 97).

A finalidade da Política de Assistência Estudantil da UFT encontra-se expressa na Resolução nº 26, de 17 de outubro de 2017, que dispõe sobre a

regulamentação da Política de Assistência Estudantil juntamente com a Formação Acadêmica no Âmbito da UFT, aponta que,

A Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica tem por finalidade ofertar apoio e orientação acadêmica, condições de inclusão social, possibilitando a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação presencial. (UFT, 2017, p. 03).

Juntamente, pontua-se objetivos da Política de Assistência Estudantil da UFT os de,

- I - viabilizar a permanência dos estudantes até a conclusão do curso, com qualidade, na perspectiva da formação ampliada, da produção do conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, buscando reduzir os índices de retenção e evasão motivados por fatores socioeconômicos;
- II - contribuir para minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas entre os estudantes;
- III - viabilizar, de forma democrática e transparente, o acesso dos estudantes aos programas, serviços e ações assistenciais e acadêmicas;
- IV - promover a inclusão, a permanência e a diplomação dos estudantes, desde o ingresso até a conclusão do curso, na perspectiva da democratização da educação superior. (UFT, 2017, p. 04).

Responsável pela efetivação da Política de Assistência Estudantil na UFT está a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), que atua como gestora e tem por competência, gerir as ações do PNAES no âmbito da UFT, desenvolvendo a Política de Assistência Estudantil através dos programas de auxílios e acompanhamento para os (as) estudantes da UFT, respeitando às especificidades de cada câmpus da instituição. E também atua, em articulação com as demais Pró-Reitorias na finalidade de atender as demandas pertinentes as necessidades dos (as) alunos (as) usuários (as) da assistência estudantil.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) atua como gestora da política de assistência estudantil e comunitária da Universidade Federal do Tocantins (UFT) apoiando o estudante nas suas diversas demandas, promovendo a sua interação no meio acadêmico e viabilizando a sua permanência por meio de ações vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nossa missão é promover ações de combate às desigualdades sociais e regionais e garantir a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência ao Ensino Superior público federal no Tocantins. Fazem parte das competências da Proest:

- Desenvolver a política de assistência estudantil na Universidade;
- Gerir as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no âmbito da UFT;
- Gerir os programas de auxílio permanência, saúde, moradia e alimentação voltados para os estudantes da Instituição;

- Fomentar a participação dos alunos da UFT em eventos científicos e acadêmicos. (UFT, 2021b, p. 01).

Atuando junto a PROEST têm, a Diretoria de Acompanhamento de Programas de Assistência Estudantil (DAP) e a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), com a finalidade de acompanhar a execução dos programas de Assistência Estudantil da PROEST e dos setores de assistência estudantil da UFT, no intuito de viabilizar a permanência dos (as) estudantes até a conclusão dos seus cursos, e a qualidade dos processos de formação dos (as) estudantes de baixa renda atendidos pela política, bem como o acompanhamento do sucesso acadêmico de tais estudantes⁵⁰. Para tanto, a DAP e a DAE desenvolvem ações de,

- Realização de Fórum da Assistência Estudantil;
- Realização de Pesquisa sobre os Programas de Assistência Estudantil na UFT;
- Acompanhamento Pedagógico dos bolsistas dos Programas da Proest;
- Suporte aos grupos de trabalho dos setores de assistência estudantil dos câmpus e representantes estudantis para discutir as políticas de assistência aos estudantes, bem como acompanhá-las;
- Promoção da avaliação anual da política de assuntos estudantis;
- Elaboração de normativas dos programas que compõem a Política de Assistência Estudantil;
- Acompanhamento e Avaliação do Pnaes;
- Apoio às ações de acolhimento aos ingressantes. (UFT, 2021b, p. 01).

Vinculados a PROEST, a DAP e a DAE, são os Setores de Assistência Estudantil, situados em cada câmpus da UFT, com equipes multiprofissionais que podem ser compostas por pedagogos (as), assistentes sociais, psicólogos (as), administradores (as), profissionais de educação física, enfermeiros (as) e técnicos em assuntos educacionais. Esses setores visam atender os (as) estudantes nas suas mais diversas demandas acadêmicas, especialmente aquelas correlacionadas a permanência acadêmica provenientes da situação socioeconômica. (UFT, 2016a).

Verifica-se a existência da Pró-Reitoria responsável pela efetivação da Política de Assistência Estudantil dentro da instituição UFT, mas também, é fundamental a constituição e articulação de setores específicos atuantes na assistência às demandas estudantis, com atendimentos sociais, pedagógicos, econômicos, e culturais em todos os câmpus da UFT.

⁵⁰ Mais informações disponíveis em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/acompanhamento-e-avaliacao>>. Acessado em: 07.mai.2021.

O artigo 5º da Resolução nº 26/2017 expressa os programas ofertados à comunidade acadêmica, no intuito de contribuir à igualdade de condições de permanência dos (as) estudantes no desempenho acadêmico, sem qualquer tipo de discriminação. Menciona-se os seguintes programas:

- I - Programa de Integração dos Discentes Ingressantes - PIDI;
 - II - Programa Auxílio Alimentação - PAA;
 - III - Programa Moradia Estudantil - PME;
 - IV - Programa Auxílio Transporte - PTr;
 - V - Programa Auxílio Permanência – PAP;
 - VI - Programa Esportes e Lazer - PROEL;
 - VII - Programa Apoio à Participação dos Discentes em Eventos - PAPE;
 - VIII - Programa Acompanhamento Acadêmico – PROAC;
 - IX - Programa Auxílio Saúde – PSaúde;
 - X - Programa Auxílio Creche - PAC;
 - XI - Programa Apoio ao Discente Ingressante – PADI;
 - XII - Programa Inclusão e Acessibilidade - PAEI;
 - XIII - Programa Bolsa Permanência MEC - PBP;
 - XIV - Programa Institucional de Bolsa de Extensão - PIBEX;
 - XV - Programa de acesso democrático à Universidade - PADU;
 - XVI - Programa de Acesso Democrático de Indígenas e Quilombolas PADIQ;
 - XVII - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC;
 - XVIII - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC;
 - XIX - Programa de Mobilidade Acadêmica – PMA;
 - XX - Programa Institucional de Monitoria – PIM;
 - XXI - Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI;
 - XXII - Programa de Educação Tutorial - PET;
 - XXIII - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.
- (UFT, 2017, p. 05-06).

Os programas mencionados são efetivados pela Política de Assistência Estudantil e também pela Formação Acadêmica, contudo seu desenvolvimento deve adotar os mecanismos de avaliação e acompanhamento de acordo com a natureza dos programas e ser regulamentado em resoluções específicas. (UFT, 2017). Apesar de todos os programas citados serem de suma relevância para a qualidade no desempenho acadêmico, faz-se a divisão dos programas de acordo com as resoluções e financiamentos que estão pautados. Destaca-se neste ponto o foco nos programas referentes a assistência estudantil, objeto de pesquisa desse trabalho, no qual, será exposto quais dos programas apresentados acima são de regulamentação e financiamento do PNAES, compondo assim a Política de Assistência Estudantil da UFT, e quais os instrumentos usados pela PROEST para efetivar o acesso aos programas.

Os Programas da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins (UFT) são financiados e baseados no Programa Nacional de

Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com finalidade de promover a inclusão universitária na perspectiva de igualdade de direitos das demandas dos (as) discentes, viabilizando a redução da evasão e a retenção acadêmica priorizando os (as) estudantes pobres que historicamente sempre estiveram à margem do direito ao Ensino Superior público.

Os programas de assistência estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) visam garantir a permanência dos estudantes na UFT, atendendo prioritariamente os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. (UFT, 2017, p. 03).

O PNAES permite que as IFES estabeleçam os programas e auxílios que melhor atendam as demandas dos (as) discentes de acordo com as especificidades de cada Instituição e seus câmpus, porém devem ser desenvolvidos nas dez áreas consideradas prioritárias pelo PNAES. Assim, a PROEST tem buscado desenvolver suas ações respeitando as áreas do PNAES e as necessidades dos (as) estudantes de cada câmpus, que se organizam por meio de assembleias buscando elencar as demandas e levando-as aos Fóruns de Assistência Estudantil, como exemplo de resultados têm-se, a permissão para o acúmulo de bolsas de auxílios, desde que não haja nenhuma vedação legal em edital; participação na formulação da minuta de resolução referente a política de assistência estudantil, que hoje encontra-se aprovada como Resolução nº 26/2017; além da ampliação de auxílios, como observar-se no quadro 11 abaixo:

Quadro 11 – Programas da Assistência Estudantil entre os anos de 2016 a 2019⁵¹.

| 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Programa Apoio Participação em Eventos - PAPE | Programa Apoio Participação em Eventos - PAPE | Programa Apoio Participação em Eventos - PAPE | Programa Apoio Participação em Eventos - PAPE |
| Programa Auxílio Permanência - PAP | Programa Auxílio Permanência - PAP | Programa Auxílio Permanência - PAP | Programa Auxílio Permanência - PAP |
| Programa Auxílio Permanência | Programa Auxílio Permanência | Programa Auxílio Permanência | Programa Auxílio Permanência |

⁵¹ Informações dos programas da assistência estudantil da UFT a partir do ano de 2020, disponíveis em: <www.eft.edu.br/proest>.

| Temporário - PAPT | Temporário - PAPT | Temporário - PAPT | Temporário - PAPT |
|--|--|--|--|
| Programa Auxílio Permanência Educampo - PAPEdu | Programa Auxílio Permanência Educampo - PAPEdu | - | - |
| Auxílio Restaurante Universitário (RU) | Programa Auxílio Alimentação - PAA | Programa Auxílio Alimentação - PAA | Programa Auxílio Alimentação – PAA |
| - | Programa de Atenção à Saúde – Psaúde | Programa de Atenção à Saúde – Psaúde | Programa de Atenção à Saúde – Psaúde |
| - | Programa Auxílio Moradia - PAM | Programa Auxílio Moradia - PAM | Programa Auxílio Moradia - PAM |
| - | - | Programa Auxílio Alimentação Educampo - PAAEdu | Programa Auxílio Alimentação Educampo - PAAEdu |
| - | - | Programa de Monitoria de Inclusão Digital - PMID | Programa de Monitoria de Inclusão Digital - PMID |

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional da UFT anos bases (2016, 2017, 2018, 2019). Teixeira (2021).

Sabe-se que, para a implementação de programas assistenciais é necessário recurso disponível para subsidia-los, mas também é crucial que tal recurso seja aplicado de maneira a atender as demandas peculiares de cunho comum aos destinatários, neste caso, estudantes de baixa renda de todos os câmpus da UFT, por isso, a relevância de um Setor comprometido em atender as necessidades de seus (as) usuários (as). Nisso, nota-se que a PROEST tem ouvido e atendido dentro de suas possibilidades as demandas dos (as) estudantes pela Política de Assistência Estudantil da UFT.

Deste modo, a expansão e criação dos Auxílios Alimentação e Moradia respectivamente verifica tais argumentos, visto que são resultados do 1º Fórum de

Assistência Estudantil e Comunitário da Universidade Federal do Tocantins (UFT), ocorrido no mês de abril de 2017, por meio das demandas levadas pelos (as) estudantes representantes dos sete câmpus. Até aquela presente data, apenas os (as) acadêmicos (as) dos câmpus de Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional eram beneficiados (as) com a bolsa alimentação, pois era efetivada mediante o fornecimento de refeições diárias nos Restaurantes Universitários (RU) com descontos integrais e parciais aos (as) estudantes de baixa renda, o que deixava de fora os (as) demais acadêmicos (as) dos outros câmpus sem RU. Assim, a partir do segundo semestre do ano de 2017, ocorreu a expansão do Programa Auxílio Alimentação para os (as) estudantes dos câmpus de Miracema, Tocantinópolis e Arraias, por meio de auxílio financeiro⁵². Além deste, teve-se também a criação do Programa Auxílio Moradia, fixado em um auxílio financeiro⁵³, sendo que, até aquele momento a UFT não possuía um programa específico para moradia, esse também foi efetivado a partir do segundo semestre de 2017. (TEIXEIRA 2017; UFT, 2018c)

Como mencionado, o PNAES permite que cada IFES defina os critérios e a metodologia de seleção dos (as) estudantes, porém devem seguir por parâmetro o próprio decreto do Programa, que visa atender estudantes matriculados nos cursos de graduação, prioritariamente oriundos de escolas públicas e/ou com renda per capita familiar de até 1,5 salário mínimo.

Para participar dos Programas da Assistência Estudantil oferecidos pela PROEST, o (a) discente deverá atender aos seguintes pré-requisitos, estar regularmente matriculado (a) em qualquer curso de graduação presencial, além possuir carga horária mínima de 240 horas aulas, exceto os (as) estudantes que estiverem em TCC; possuir renda per capita familiar não excedente a 1,5 salário mínimo; não possuir outra graduação; não estar em mobilidade acadêmica; e não ter ultrapassado dois semestres do tempo de conclusão regular do curso em que estiver matriculado (a)⁵⁴. (UFT, 2018c).

O acesso do (a) estudante aos programas de assistência estudantil da PROEST, é feito mediante a solicitação de inscrição no auxílio, que é realizado no

⁵² No valor de R\$ 400,00 reais para estudantes com IVS nível I e II e no valor de R\$ 340,00 reais para estudantes com IVS nível III e IV. (UFT, 2018c).

⁵³ no valor de R\$ 300,00 reais. (UFT, 2018c).

⁵⁴ O discente pode encontrar todas as informações pertinentes ao processo de participação, inscrição, sistema CUBO e outros assuntos pertinentes no Manual Informativo do Usuário Bolsista. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/PqO2LJZkRqu8XOM-_ra9eA/content/Manual%20Explicativo%20PROEST_DAE.pdf>. Acessado em: 03.Nov.2019.

Sistema online CUBO (Cadastro Unificado de Bolsista)⁵⁵. O Sistema CUBO indica os auxílios com editais abertos, o público alvo de cada programa e o período de inscrição em cada auxílio, assim, o (a) discente pode efetuar sua inscrição no programa em que desejar. No entanto, a efetivação de inscrição só se dará mediante Análise Socioeconômica Deferida⁵⁶ e em vigência. A mesma se torna indispensável ao acadêmico (a) que deseja acessar os Programas da Assistência Estudantil da UFT, já que, tal análise indicará o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS)⁵⁷ do(a) estudante. A análise socioeconômica será realizada pelos (as) Assistentes Sociais que atuam no âmbito da Política de Assistência Estudantil da UFT, o qual irá utilizar-se dos documentos fornecidos pelos (as) estudantes e dos instrumentais técnicos operativos pertinentes à sua atuação, no compromisso de garantir a exatidão da análise para viabilizar o acesso do (a) estudante aos Programas da Assistência Estudantil da UFT.

A partir das leituras documentais realizadas para fundamentação dessa pesquisa, percebe-se que a Política de Assistência Estudantil da UFT, tem sido efetivada pela PROEST por meio dos Programas de Auxílios ofertados aos (as) estudantes de baixa renda, e pautando-se nas diretrizes do PNAES, quanto à

⁵⁵ Segundo a PROEST o Sistema CUBO, foi lançado no segundo semestre de 2017, tendo como objetivo permitir que os(as) estudantes de graduação presencial possam realizar a sua inscrição conforme editais e cronogramas publicados pela PROEST. Sem deslocamentos, impressão, xerox e sem utilização de papeis, fila de espera, horários de atendimento e agilidade no processo. A finalidade principal da plataforma digital é de agilizar a tramitação e o desempenho dos processos de cadastro dos alunos para os auxílios de assistência estudantil da Universidade, facilitando assim a produtividade dos servidores e aumentando a satisfação do (a) aluno (a). Antes do Sistema CUBO, a Análise Socioeconômica precisava ser feita em todos os auxílios solicitados pelo (a) estudante, o que gerava mais despesas aos estudantes com xerox e impressões, sem contar com o tempo que levava para reunir todos os documentos exigidos em edital. Fato que também se estendia ao Assistente Social, pois a cada edital que abria, uma a análise socioeconômica era feita, além da conferência de toda documentação, e do setor de Serviço Social ficar abarrotados de processos. Toda essa tramitação gerava uma demora na disponibilização dos auxílios, pois era concedido prazos para os (as) estudantes reunirem os documentos de inscrição, para o (a) Assistente Social realizar a análise, além das demais etapas existentes. O Sistema CUBO permitiu agilizar todo esse processo, que tem suas falhas, mas percebe-se que a PROEST vem buscando meios para melhor atender ao estudante e agilizar o trabalho nos setores de assistência estudantil. (UFT, 2018c).

⁵⁶ Destaca-se que a Análise Socioeconômica é feita no Programa de Indicadores Socioeconômicos (PISO) para identificar qual o nível de IVS do (a) estudante, o que permite que o(a) aluno(a) faça apenas uma análise socioeconômica com validade para todos os programas oferecidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT que o (a) estudante solicitar inscrição. Desde que, a análise socioeconômica esteja dentro da data de vigência, que está sinalizada no próprio Sistema CUBO dentro da área de login do (a) aluno (a), o que permite ao aluno (a) acompanhamento da vigência de sua análise socioeconômica.

⁵⁷ Gerado mediante o Programa de Indicadores Socioeconômicos (PISO), o IVS é dividido em cinco níveis: IVS nível I – vulnerabilidade extrema; IVS nível II – vulnerabilidade muito alta; IVS nível III – vulnerabilidade alta; IVS nível IV – vulnerabilidade moderada e IVS nível 5 – vulnerabilidade baixa. Os estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica têm prioridade de atendimento nos diferentes programas de assistência estudantil. (UFT, 2018d).

implantação dos programas; critérios de seleção do estudante; prioridade de atendimento e outras premissas relacionadas a continuidade da concessão dos auxílios estudantis, visando contribuir para uma formação presencial de qualidade, e isso inclui, garantir a permanência, a conclusão e a melhoria no desempenho acadêmico, dentre outras situações decorrentes de fatores socioeconômicos.

Constata-se também que o posicionamento da UFT a favor da assistência estudantil como política ampla, articulada, de direito do aluno, dever do Estado em financiar e da Universidade em efetivá-la, por meio de ações que propicie o desenvolvimento acadêmico no ensino, na pesquisa e na extensão, de maneira que atenda as demandas estudantis coletivas respeitando as especificidades de cada câmpus.

Na perspectiva de propiciar a permanência e sucesso acadêmico dos estudantes de baixa renda da UFT, segue-se à reflexão da efetivação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Câmpus Universitário de Miracema.

4.3.2 Uma reflexão do contexto local sobre a efetivação da Política de Assistência Estudantil

Neste contexto foi identificado no sentido Institucional a ampliação dos programas da assistência estudantil da UFT no período entre os anos de 2016 a 2019. Assim, buscou-se mapear os auxílios ofertados para os discentes do Câmpus de Miracema, conforme descrito no quadro 12 a seguir.

Quadro 12 – Programas da Assistência Estudantil disponíveis no Campus de Miracema.

| Ano | Programas de Auxílios | | | | | | |
|------|-----------------------|------|------|-----|------|--------|------|
| 2016 | PAP | | | | PAPE | | |
| 2017 | PAP | | PAPE | | | PAPT | |
| 2018 | PAP | PAPE | PAPT | PAA | PAM | PSaúde | PMID |
| 2019 | PAP | PAPE | PAPT | PAA | PAM | PSaúde | PMID |

Fonte: Site UFT/PROEST. Teixeira (2021).

Percebe-se o avanço quantitativo dos programas de auxílio da assistência estudantil no Câmpus de Miracema nos seguintes anos citados, e se comparados estes aos programas da UFT ofertados no âmbito da Assistência Estudantil, nota-se que até 2016 os auxílios estudantis ofertados eram setorizados nos câmpus

maiores, Palmas e Araguaína, já que em Miracema no ano de 2016 a oferta de Programas aos (as) alunos (as) deste câmpus era de apenas dois, subindo para três auxílios em 2017 e um salto enorme para sete programas nos anos subsequentes de 2018 e 2019. Sem dúvida, a participação ativa dos estudantes nas discussões da Política de Assistência Estudantil da Instituição através de ações como fóruns e assembleias, foram determinantes para a expansão dos auxílios para o Câmpus de Miracema.

Verifica-se que os instrumentos de efetivação da Política de Assistência Estudantil da UFT devem ser seguidos em todos os câmpus. Porém os setores estudantis de cada câmpus têm autonomia para desenvolver ações que melhor atendam às necessidades da realidade acadêmica do câmpus em que estão inseridos.

O Setor de assistência estudantil do Câmpus de Miracema foi implantado mediante a pose de novos servidores, entre os anos de 2014 e 2015. Ficou Instituído como Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Social (NAPS), atuando na área de assistência estudantil por meio de uma equipe interdisciplinar composta por Pedagogo, Psicóloga e Assistente Social. Entre o final do ano de 2018 e início de 2019, o setor passou por algumas modificações, o qual passou a ser subdividido em departamentos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, denominados de Seção de Estágio e Assistência Estudantil (SEST).

Enfatiza-se que, independe dos nomes e de sua estruturação física, tais departamentos continuam a compor o setor de assistência estudantil do Câmpus de Miracema, e atuando de modo Interdisciplinar, na finalidade de atender as demandas advindas dos estudantes do Câmpus de Miracema. Vale ressaltar que cada profissional desenvolve as atribuições específicas de sua área de atuação, estando assim, disponível aos atendimentos à toda comunidade acadêmica, mas com foco principal nos atendimentos das demandas de assistência estudantil. As atribuições desses servidores são:

Atribuições do Assistente Social:

- Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições;
- Planejar políticas sociais;
- Elaborar planos, programas e projetos específicos;
- Realizar estudo sócio-econômico e executar procedimentos técnicos;
- Desempenhar tarefas administrativas;
- Coordenar equipes e atividades;
- Articular recursos disponíveis;

- Utilizar recursos de informática.

Atribuições do psicólogo:

- Elaborar, implementar e acompanhar as políticas da instituição nas áreas de Psicologia Escolar;
- Diagnosticar e planejar programas no âmbito da saúde e educação e lazer;
- Atuar na educação, realizando pesquisa, diagnósticos e intervenção psicopedagógica em grupo ou individual;
- Atuar junto a equipes, identificando e compreendendo os fatores psicológicos para intervir na saúde geral do indivíduo;
- Utilizar recursos de informática;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Atribuições do pedagogo:

- Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos;
- Elaborar e desenvolver projetos educacionais;
- Participar da elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional;
- Participar de divulgação de atividades pedagógicas;
- Utilizar recursos de informática;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. (UFT, 2015, p. 11- 12).

As ações desenvolvidas pelo setor de assistência estudantil do Câmpus de Miracema têm por objetivo, garantir a permanência do (a) estudante nos cursos de graduação; prevenir a retenção e evasão acadêmica por meio do acompanhamento pedagógico; planejar, coordenar e executar ações relacionadas ao desenvolvimento de ensino-aprendizagem; divulgar os programas e ações da Política de Assistência Estudantil da UFT; executar atividades que contribuam para o sucesso na conclusão dos cursos de graduação; propiciar campo de estágio aos (as) estudantes do Câmpus nas área de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social; além de promover um trabalho intersetorial, articulado com os demais profissionais e departamentos do Câmpus e da instituição⁵⁸. (UFT, 2015).

Registros⁵⁹ mostram as ações desenvolvidas no câmpus de Miracema, dentre essas estão, atendimento social, pedagógico e psicológico à aqueles estudantes que

⁵⁸ Informações apresentadas foram com base no documento de implantação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Social (NAPS) instituído em 2015, devido a inexistência de um novo documento referente a Seção de Estágio e Assistência Social (SEST). Tal documento foi utilizado por observar-se que a reestruturação do Setor não trouxe mudanças em sua essência de efetivação, pois os atendimentos continuam interdisciplinares e nas mesmas áreas profissionais, além de os setores de Assistência estudantil serem todos vinculados a PROEST e atuarem na mesma finalidade e objetivo.

⁵⁹ Ações listadas com base nos Relatórios de Estágio no NAPS entre agosto de 2016 a setembro de 2017, e plano de trabalho dos servidores que atuam na SEST. Devido à dificuldade de outros documentos que constem detalhamento das ações desenvolvidas pelos profissionais atuantes no setor de assistência estudantil, diante de intercorrências do tipo, de licenças de servidores em 2019 e 2020, e de falecimento do pedagogo em 2020. Percebe-se limites e desafios apresentados no setor de assistência estudantil do Câmpus de Miracema que fogem ao controle, o que infelizmente acaba por afetar ao aluno que necessita de tais atendimentos. Mas também, observa-se que a PROEST atende as circunstâncias e busca resoluções de enfrentamento as questões que surgem. Diante da

buscaram atendimentos para atender suas demandas específicas e pessoais; promoção de atendimento coletivo com grupo específico de interesses comuns, neste caso de estudantes bolsistas em retenção nos cursos graduação prestes a perderem seus auxílios, tal atendimento buscou identificar as causas de retenção e meios que contribuíssem à conclusão dos cursos de graduação de tais alunos (as); oferta de oficinas à orientação profissional e de carreira; atendimentos de orientação referente aos programas de assistência estudantil ofertados para os (as) estudantes de Miracema e como acessá-los; identificação dos (as) alunos (as) com baixo desempenho acadêmico e notificação dos mesmos para o acompanhamento pedagógico; promoção de assembleia estudantil na finalidade de identificar as demandas urgentes dos (as) alunos (as) de baixa renda e eleger os delegados estudantis que representariam o Câmpus de Miracema no Fórum de assistência estudantil da UFT; supervisão de estágio proporcionando ao estudante de estágio a vivência teórico-prática; realização de análise socioeconômica para fins de acesso aos auxílios estudantis da UFT; envolvimento da equipe multiprofissional nas discussões de implementação de programas da política de assistência estudantil da UFT e suas resoluções; realização de mesa-redonda para discussões sobre fins da assistência estudantil. Destaca-se que essas ações foram desenvolvidas de acordo com atribuição e competência de cada profissional que compõe a equipe multidisciplinar do setor de assistência estudantil do Câmpus de Miracema e que algumas outras envolveu toda a equipe.

Outros dados de destaque relevantes à análise de efetivação da política de assistência estudantil da UFT no Câmpus de Miracema, são os de referencial ao quantitativo de auxílios concedidos; alunos (as) atendidos; solicitações de auxílios e alunos (as) matriculados, todos no âmbito do Câmpus Universitário de Miracema. Diante das consultas nos documentos institucionais disponibilizados no setor de assistência estudantil de Miracema, na PROEST; na DAE e no site da UFT, dentre os quais se destacam os Relatórios de Avaliação Institucional ano base 2016; 2017; 2018 e 2019; os editais de resultados dos auxílios e o painel de Transparência da UFT, foi possível obter o quantitativo dos auxílios concedidos e dos (as) alunos (as)

perda do Pedagogo em agosto de 2020, e nova lotação ainda em 2020, nota-se um curto espaço de tempo o que demonstra o compromisso em continuidade aos atendimentos e ao desenvolvimento da ação de acompanhamento pedagógico dos estudantes com baixo índice de desenvolvimento acadêmico do Câmpus de Miracema.

atendidos no Câmpus de Miracema em cada um dos seguintes anos base 2016; 2017; 2018 e 2019⁶⁰.

De início destaca-se a impossibilidade de conseguir dados referente ao quantitativo de auxílios deferidos e indeferidos em cada programa, os dados foram solicitados a PROEST, a DAE e ao setor de assistência estudantil do Câmpus de Miracema, porém a resposta foi de que eles não possuíam uma relação dessa natureza, e tais informações poderiam ser obtidas através de uma minuciosa busca nos editais de resultados referente aos auxílios, no qual deveria buscar a quantidade de auxílios deferidos, quantidade de auxílios indeferidos e assim fazer o cálculo da quantidade total de alunos solicitantes e quantos auxílios foram concedidos. Ressalta-se que a busca se daria em todos os editais de resultados publicados de cada programa em cada ano base, ou seja, mais de 120 editais para analisar. Apesar da complexidade, assim seria feito, contudo, ao começar a busca dos dados, percebeu-se que não seria possível conseguir tais informações, pois os editais não são publicados por câmpus, mas em nível institucional, ou seja, sai a lista de resultados de todos os alunos da UFT, sem especificar qual câmpus o (a) aluno (a) deferido ou indeferido pertence.

Diante disso, observa-se que a UFT ignora um dado que é de relevância para avaliar o nível de efetivação da política de assistência estudantil aos discentes de graduação da UFT, pois se a PROEST e demais Diretorias não tem um conhecimento de quantos alunos (as) solicitam os auxílios em cada câmpus e quantos auxílios são concedidos, como saber se o quantitativo de auxílios concedidos tem sido suficiente para garantir a permanência dos (as) estudantes em seus cursos de graduação? Logo, como saber se é preciso aumentar o número de concessão de auxílios, se os objetivos do PNAES têm sido alcançados na vida dos (as) estudantes da UFT e como pressionar o governo a garantir acesso,

⁶⁰ Apesar de análise dos dados serem entre os anos de 2016 a 2019, esta nota faz menção a atual conjuntura, período de finalização deste trabalho, a pandemia pelo Covid-19, e não se pode deixar de registrar os agravos que a pandemia tem causado aos estudantes que persistem para se manterem e concluírem suas graduações, pois há falta de acesso a bens e serviços como recursos materiais para educação remota, acesso à internet com mínimo de qualidade, o retorno para casa da família que muitas vezes agrava a condição de pobreza, distância dos programas de assistência estudantil, outras atividades laborais são assumidas, além da questão de saúde provocada pela COVID com mortes na família, saúde psíquica/emocional, falta de ambiente propício aos estudos, falta de acesso a material didático como livros, textos, e a própria biblioteca. Observa-se também os agravos da pandemia para as universidades públicas federais que, perdem todos os dias, seu potencial em manter as portas abertas, pois em momentos como esses, no qual as receitas deveriam ser aumentadas, é feito cortes nas verbas das universidades.

permanência e conclusão dos (as) estudantes de baixa renda no ensino superior público. Assim, percebe-se que informações desse tipo devem ser reconsideradas como relevantes pela PROEST.

Além do mais, a ausência de informações dessa natureza, tornou-se incompleto os dados para analisar o objeto de pesquisa desse trabalho. Já que a mesma se daria através de verificação dos números de alunos (as) matriculados (as) no Câmpus de Miracema, em relação a alunos solicitantes de auxílios, em relação a alunos atendidos. Assim sendo, a pesquisa teve que prosseguir apenas com os dados disponíveis. No quadro 13 a seguir é possível visualizar os dados quantitativos pertinentes ao total de matrículas no Câmpus de Miracema; total de aluno (a) atendidos no Câmpus de Miracema pela Política de Assistência Estudantil da UFT; total de auxílios pagos no ano aos (as) estudantes do Câmpus de Miracema; e quais os programas que tiveram editais abertos neste câmpus.

Quadro 13 – Alunos (as) atendidos, auxílios pagos e programas de referência da Política de Assistência Estudantil no Campus de Miracema e alunos (as) matriculados (as) do referido Câmpus.

| Ano | Matriculas | Alunos Atendidos | Auxílios Pagos | Programas de Referência | | | | |
|------|------------|------------------|----------------|-------------------------|------|------|------|-----|
| 2016 | 501 | 157 | 542 | PAP | | PAPE | | |
| 2017 | 603 | 150 | 1064 | PAP | PAPE | | PAPT | |
| 2018 | 684 | 285 | 3458 | PAP | PAPE | PAPT | PAA | PAM |
| | | | | PSaúde | | PMID | | |
| 2019 | 782 | 394 | 6940 | PAP | PAPE | PAPT | PAA | PAM |
| | | | | PSaúde | | PMID | | |

Fonte: UFT. Teixeira (2021).

Observa-se que em nível macro houve aumento crescente em todos os números no período entre 2016 a 2019, com exceção ao quantitativo de alunos (as) atendidos no ano de 2017, que houve uma queda em relação ao ano de 2016, apesar de as ofertas dos programas terem expandido, com a inclusão do Programa de Auxílio Permanência Temporário. Infelizmente não é possível se saber ao certo o motivo da queda, já que não existe os números de quantas solicitações teve neste respectivo ano.

Destaca-se também a distribuição dos dados mencionados acima referente ao quantitativo de alunos (as) atendidos e quantidade de auxílios pagos em cada programa específico entre os anos de 2016 a 2019. Tais informações podem ser observadas no quadro 14 a seguir.

Quadro 14 – Discriminação de alunos (as) atendidos e de auxílios pagos em cada programa da Política de Assistência Estudantil ofertados no Campus de Miracema.

| | 2016 | | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---------------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|----------|
| | Alun. Atend. | Aux. Pg. | Alun. Atend. | Aux. Pg. | Alun. Atend. | Aux. Pg. | Alun. Atend. | Aux. Pg. |
| PAP | 85 | 438 | 94 | 929 | 186 | 1456 | 314 | 2824 |
| PAPE | 98 | 104 | 15 | 21 | 26 | 28 | 22 | 56 |
| PAPT | - | - | 54 | 114 | 17 | 20 | 31 | 114 |
| PAA | - | - | - | - | 223 | 1520 | 350 | 3029 |
| PAM | - | - | - | - | 194 | 391 | 101 | 773 |
| PSaúde | - | - | - | - | 08 | 37 | 23 | 133 |
| PMID | - | - | - | - | 02 | 04 | 04 | 11 |

Fonte: UFT. Teixeira (2021).

É possível observar que no ano de 2016 e 2017 o programa que mais atendeu alunos (as) e concedeu auxílio foi o Programa de Auxílio Permanência. Já a partir de 2018 com a expansão de ofertas dos programas no Câmpus de Miracema, nota-se que o programa que mais atendeu alunos (as) e mais concedeu auxílio foi o Programa de Auxílio Alimentação, seguido do PAP e em terceiro o Programa de Auxílio Moradia. Apesar de ter um aumento no quantitativo das concessões do auxílio moradia em relação ao ano de 2018 para 2019, é possível notar que a quantidade de alunos atendidos pelo programa diminuiu, de 194 alunos (as) beneficiados (as) para 101 alunos (as) beneficiados (as).

Outro dado a frisar é relacionado ao Programa de Atenção à Saúde, pois nota-se um aumento de mais de 200% no quantitativo de alunos (as) atendidos entre do ano de 2018 para 2019, de 08 para 23 alunos (as) atendidos no programa, como também o número de concessões de auxílios, saindo de 37 para 133 auxílios pagos. Esses dados trazem reflexão acerca no aumento de adoecimento dos estudantes do Câmpus de Miracema, e de que a doença é um agravante para aumento do nível de

evasão e retenção de alunos (as) nos cursos de graduação, e que essa área realmente merece estar como uma das áreas prioritárias da Política de Assistência Estudantil da UFT, e não apenas em forma de auxílio, mas também através de um acompanhamento pelos profissionais de psicologia.

Logo, observa-se a efetivação da Política de Assistência Estudantil no Câmpus de Miracema por meio dos programas de auxílios ofertados aos (as) estudantes desse Câmpus e através das ações desenvolvidas pela SEST, pois tem se buscado desenvolver ações de caráter articulado e contínuo que visam garantir igualdade de oportunidades dentro do ensino superior para os (as) acadêmicos (as) beneficiários (as) do PNAES como forma de viabilizar o acesso, a permanência e a conclusão dos (as) discentes dos cursos de graduação do Câmpus de Miracema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa pautou-se como objeto de estudo a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins com foco no Câmpus Universitário de Miracema. Ao olhar para o objeto de estudo percebe-se que tal discussão se torna inviável se não abordar primeiramente a Educação Superior como direito de todos e dever do Estado em garantir o acesso e através da Política de Assistência Estudantil democratizar as condições de permanência e conclusão dos estudantes, contribuindo assim para a promoção da equidade na educação superior.

Verificou-se que a partir da Constituição Federal de 1988 a Educação passa ser assegurada às pessoas como Direito Social e como dever do Estado em garantir o acesso à essa política pública, de forma democrática, pública, gratuita e de qualidade. Na finalidade do pleno desenvolvimento da pessoa e da sociedade. Na contemporaneidade se tem a Educação posta dessa forma, mas como apresentado ao longo desse trabalho, percebeu-se que a mesma foi assim constituída a partir de muitas lutas, resistência e reivindicação da grande população, aqueles que sempre estiveram às margens da educação.

Também como dever do Estado em garantir acesso está a Educação Superior, que até pouco tempo atrás, era privilégio dos ricos, apenas a elite tinha oportunidade de cursar o nível superior, pois possuíam condições intelectuais e financeiras que lhes propiciavam tanto o acesso quanto a manutenção para permanência até a finalização de seus cursos. O que se percebe é que a sociedade brasileira estava quase no sistema de castas, pois, os espaços das universidades eram destinados aos jovens da classe burguesa para manutenção e legitimação da posição social e poder que exercem na classe trabalhadora, ou seja, sendo quase impossível romper com esse sistema explorador e excludente.

Com isso defende-se que a Educação tem que ser para além do capital, na qual, tenha como referência o ser humano e inserida de tal modo a desfavorecer os interesses da classe dominante e romper com a alienação. É necessária uma educação que emancipe o indivíduo, ao invés de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo.

A partir do governo Lula, foi impulsionado o processo de expansão, ampliação de acesso de vagas e garantia de permanência à educação superior, claro que não foi o governo que do nada decidiu instaurar mudanças que beneficiasse a classe

trabalhadora, o mesmo só permitiu que a população tivesse voz e que fosse atendida, pois, como já apresentado, foi através da participação popular em continuar resistindo e buscando seu lugar no ensino superior que houve a efetivação das políticas de expansão propiciando a criação de programas e fortalecimentos de outros já existentes para democratização de acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Entende-se também que apesar da expansão do sistema educacional superior, as IFES tem um grande embate, pois, possuem como ideologia a formação de saberes, ciências, emancipação e liberdade, porém encontram-se submetidas a lógica capitalista em que na maioria das vezes acaba por reproduzir a desigualdade social entre classes, povos e culturas excluindo assim aqueles desafortunados em dinheiro e oportunidades, pois, encontram dificuldades, tanto de acesso, como de permanência e muito mais para conclusão de suas graduações. Assim sendo as IFES mediante o ensino crítico, instrumento de emancipação humana e liberdade, é preciso que sua luta seja a favor do rompimento com o viés conservador e excludente da lógica capitalista.

A partir dos programas de democratização e expansão de acesso do ensino superior público, estudantes pobres, negros e indígenas puderam adentrar no universo das IFES. E a universidade passou a ser um lugar de oportunidade para todos (as), e não apenas lugar de domínio da elite. Contudo, notou-se que além de promover o acesso, é preciso assegurar a permanência desses estudantes, pois os mesmos têm dificuldades e estilos de vida diferentes daqueles que antes frequentavam os espaços universitários, e tratar igual os desiguais só gera mais desigualdades. É necessário ter sensibilidade e buscar eliminar todas as formas de preconceito, exclusão e desigualdade social, econômica e cultural.

Deste modo identificou-se que mais de 60% dos estudantes das IFES são oriundos de escolas públicas e vivem com renda per capita de até 1,5 salário mínimo. A leitura desses dados revela que se faz necessário garantir um meio de assegurar a permanência destes estudantes no interior das IFES, mas também indica que a população almeja por qualificação, aprendizado, liberdade, superação da opressão de exploração e emancipação de si próprio como indivíduo pensante.

Diante disso, preconiza-se que a sociedade resista, busque estratégias de enfrentamento e continue a lutar por seus interesses, por uma educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade, pois o momento é de enfrentamento das

políticas neoliberais, ao sucateamento da educação superior pública, aos cortes e diminuição de repasses financeiros para as IFES, o que acarreta em prejuízo no ensino, no acesso e nas políticas de permanência da educação superior pública. Dessa maneira, não se pode deixar de defender, o ensino que emancipe, articulado a pesquisa e a extensão; a democratização e expansão do ensino público, gratuito e de qualidade e recursos suficientes provenientes do Estado para a manutenção das IFES e da política de permanência para os estudantes de baixa renda, pois, só mediante a Educação é possível obter conhecimento, criticidade e liberdade.

Mediante todo estudo, verifica-se que a Política de Assistência Estudantil nas IFES é pautada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e que o mesmo foi instituído através do aumento das demandas por ações de assistência ao estudante e assim teve-se reivindicações por uma política que atenda às necessidades de permanência e sucesso acadêmico dos estudantes de extratos socioeconômicos mais baixos que agora estão inseridos no ensino superior.

A Política de Assistência Estudantil foi elaborada com vista a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, focando nas demandas que possam atrapalhar no bom desempenho do (a) estudante de ensino superior, por isso suas ações são voltadas desde a acompanhamentos pedagógicos; à saúde; ao apoio a necessidades especiais, à cultura, ao lazer, até aos auxílios financeiros destinados a sobrevivência do estudante. Sendo assim, constata-se que a Política de Assistência Estudantil é muito mais que um auxílio financeiro, é um instrumento necessário à vida acadêmica, pois o mesmo proporciona que o (a) estudante viva o universo acadêmico de todas as formas, podendo participar não só do ensino, mais aprofundar seus conhecimentos através da pesquisa e extensão.

Contudo, nota-se que é preciso uma equipe que atue na efetivação dessa política nos interiores da IFES, o que possibilita a abertura de diferentes áreas de atuações profissionais, e dentre elas encontra-se o Serviço Social, pois para efetivar alguns programas no âmbito da assistência estudantil é preciso desenvolver atividades que são privativas do assistente social, como o estudo socioeconômico, indispensável na seleção dos (as) acadêmicos (as) para deferimento de auxílios. Contudo, vale ressaltar que o agir profissional do assistente social deve estar voltado para uma atuação que supere a superficialidade, para além de concessão de auxílios, mas que contribua com a ampliação do acesso a educação como de fato um direito social universal. Sempre comprometido com a defesa da efetivação dos

direitos da classe trabalhadora e no enfrentamento da “questão social” e suas mazelas, e pautado nos parâmetros legais que regem a profissão.

Na Universidade Federal do Tocantins os assistentes sociais estão lotados na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e nos câmpus universitários da instituição, compondo equipes multidisciplinares nos setores de assistência estudantil objetivando propiciar a garantia de acesso, permanência e o êxito estudantil no âmbito da Educação Superior e diminuir a evasão e retenção de estudantes.

Assim, percebe-se que a atuação do assistente social lotado na UFT e na assistência estudantil posiciona-se em favor da equidade e da universalidade de acesso aos programas e políticas sociais, e na defesa intransigente aos direitos sociais e públicos, e que o profissional depara-se com o desafio contínuo de contribuir para uma formação de pensamento crítico e emancipador, que promova discussões, debates e movimentos que viabilize a superação das desigualdades sociais e do neoliberalismo, visando transformações societárias.

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou também visualizar que a UFT desde sua criação tem o compromisso com a democratização do ensino superior público, na finalidade de promoção da equidade de acesso, de ensino e de permanência, pois esta instituição foi a primeira universidade brasileira a estabelecer cotas para estudantes indígenas em seus processos seletivos desde de 2004, em 2013 cotas para estudantes de origem quilombolas, e 2014 vagas destinadas a egressos de escolas públicas.

A partir dos documentos institucionais da UFT, visualiza-se que a assistência estudantil se encontra sempre elencada nos eixos de ações estratégicas da UFT, revelando assim a importância da efetivação dessa política para o alcance das metas e objetivos institucionais. A **política orientada a assistência estudantil** e a existência de **políticas públicas de apoio ao ensino superior** foram indicadas pela UFT como um de seus pontos fortes e também como meio de oportunidades, respectivamente, isso ao analisar os elementos que fortalecem a instituição, como os que geram oportunidades de crescimento. Isso mostra que a UFT tem se empenhado em efetivar a Política de Assistência Estudantil de maneira a sempre atualizar e melhorar os programas oferecidos e em desenvolver ações que busquem atender as dificuldades estudantil, como indicado no PNAES.

Observa-se que na UFT a efetivação da Política de Assistência Estudantil tem se dado mediante a oferta de Programas de Auxílios e de Acompanhamento aos

estudantes pauperizados de cada câmpus universitário da instituição. No ano de 2019 era oferecido pela Política de Assistência Estudantil da UFT 08 (oito) diferentes Programas de financiamento PNAES, destes, 07 (sete) estavam disponíveis aos estudantes do Câmpus de Miracema, ficando de fora apenas o Programa Auxílio Alimentação Educampo (PAAEdu), por tal modalidade de ensino não ser ofertada no respectivo Câmpus. Com isso, nota-se que Política de Assistência Estudantil da UFT para o Câmpus tem avançado muito, pois em 2016 os estudantes do Câmpus de Miracema só tinham acesso a 02 (dois) programas, dos 05 (cinco) disponíveis no âmbito da assistência estudantil da UFT.

Posto isso e outras informações elencadas ao longo dessa pesquisa referente a efetivação da Política de Assistência Estudantil na UFT e no Câmpus de Miracema, é possível afirmar que o objeto de pesquisa desse estudo foi identificado parcialmente, pois, apreendeu-se que a efetivação da Política de Assistência Estudantil da UFT para a permanência dos estudantes do Câmpus de Miracema, tem se apresentado na oferta dos programas de auxílios e de ações desenvolvidas pelos profissionais que atuam no Setor de Assistência Estudantil do Câmpus de Miracema, sendo estes, Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo.

Nota-se também que a garantia de permanência aos estudantes do Câmpus de Miracema tem evoluído, mas ainda tem muito a melhorar, frente aos desafios do setor, pois há falta de atendimento contínuo aos estudantes, decorrentes de questões pessoais e tragédias na vida dos profissionais lotados neste setor específico. Assim, sugere-se à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, articular meios para que o atendimento ao estudante não seja suspenso no caso de algum profissional estar impossibilitado de executar suas atividades. Visto que, infortúnios são naturais a vida humana, e estão além do Câmpus de Miracema, mas suscetíveis a todos os câmpus da UFT e também em todas as IFES no país, assunto que dá ponto de pauta tanto para a UFT como para o PNAES.

Compreende-se parcialmente o alcance do objeto de pesquisa desse estudo, por cauda da inexistência de dados referente ao quantitativo de alunos que solicitou auxílios, fato que inviabilizou uma análise completa a respeito da garantia de permanência para estudantes do Câmpus de Miracema, visto que, sem os dados não foi possível saber qual a porcentagem de auxílios concedidos em relação aos a quantidade de auxílios solicitados. Com isso, sugere-se que se tenham um sistema que possa registrar tais dados, apresentando quantos auxílios foram referidos e

quantos foram indeferidos em cada Programa da Assistência Estudantil especificado por câmpus, e que as informações sejam de acesso a todos, principalmente aos próprios usuários da Política de Assistência Estudantil, o que possibilitará saber se o quantitativo de auxílios concedidos tem sido suficiente para garantir a permanência dos estudantes em seus cursos de graduação, ou se os auxílios concedidos estão aquém de alcançar a demanda de solicitações.

E quanto aos objetivos de pesquisa, evidencia-se que foram alcançados. Deste modo, teve-se o conhecimento dos auxílios estudantis da UFT para o Câmpus de Miracema e que o mesmo avançou entre os anos analisados nesta pesquisa, mediante a participação ativa e continua dos acadêmicos de Miracema no qual apresentaram suas demandas urgentes e solicitaram a implementação de programas que os atendessem. Com isso, verificou-se que a participação ativa dos estudantes na efetivação da Política de Assistência Estudantil é de fundamental relevância para alcance de direitos, deste modo, incentiva-se que os estudantes continuem resistindo, lutando em favor de um ensino público, gratuito, laico e de qualidade, em favor de uma assistência estudantil que atenda não apenas áreas prioritárias a sobrevivência humana, mas ao desenvolvimento educacional, emocional, social e cultural.

Também se verificou que a articulação da Política de Assistência Estudantil no Câmpus de Miracema junto aos 4 cursos de graduação, tem se dado através das ações que o Setor de Assistência Estudantil tem executado no Câmpus e que o acesso do estudante a essa política se dá mediante aos instrumentos de efetivação da PROEST, além de o discente ter que atender alguns pré-requisitos, dentre os quais destaca-se não possuir renda per capita familiar excedente a 1,5 salário mínimo. Assim, faz-se uma análise a essa questão, visto que existem muitos estudantes que não conseguem acessar a nenhum programa estudantil, por exceder renda per capita de 1,5 salário mínimo, mas esse excedente muitas vezes é de R\$ 2,00 reais ou um pouco mais, o que não torna ninguém mais rico com este quantitativo de recurso financeiro a mais, e assim tais estudantes encontram enormes dificuldades para permanecer na graduação até o término de seus cursos. Sabe-se que essa é uma exigência do PNAES e que as IFES devem seguir, por isso levanta-se a necessidade de discutir uma política que possa abranger um número maior de discentes.

Por isso, é tão importante que as Políticas, de Assistência Estudantil e de Educação Superior sejam priorizadas e defendidas, pois é nítido perceber que uma não se sustenta sem a existência da outra, por estar-se inserido em uma sociedade com tantas desigualdades sociais, e se, não for garantida à assistência estudantil, então de nada valerá a expansão de acesso a vagas ao ensino superior, pois os estudantes em sua grande maioria não terão como permanecer na graduação e então as IFES retornarão a ser lugares ocupados apenas pela minoria da população, os ricos.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 127, set./dez. São Paulo, 2016. p. 456-475.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais.** In: Cartilha: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005. Disponível em: <http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf>. acesso em 14.out.2017>. Acesso em: 14.out.2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Reflexões para subsidiar o debate da atuação do (a) assistente social na área de educação.** In: CFESS. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 14.out.2017.

ALVES, Jolinda de Moraes. **A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública.** Serviço Social em Revista, v. 5, n. 1, UEL, 2002.

ALVES, Elaine de Jesus. **Avaliação do programa bolsa permanência na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas.** (Dissertação de Mestrado do) Programa de pós-graduação de Avaliação de Políticas Públicas: UFC. Fortaleza, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras.** Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011. Disponível em: < <http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/602372.pdf>>. Acesso em: 15. Out. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Manifestação dos ex-presidentes da Andifes: em defesa das Universidades Federais Brasileiras.** ANDIFES, 2019. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/manifestacao-dos-ex-presidentes-da-andifes-em-defesa-das-universidades-federais-brasileiras/>>. Acessado em 09.out.2019.

ARAÚJO, F. S.; BEZERRA, J. C. B. **Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira.** (Universidade Federal do Maranhão, programa de pós-graduação em políticas públicas, III jornada internacional de políticas públicas questão social e desenvolvimento no século XXI). Maranhão, 2007.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **Educação e Desigualdade: A Conjuntura Atual do Ensino Público no Brasil**. In: Revista Direitos Humanos e Democracia. Editora Unijuí, ano 2, nº 3, jan./jun, 2014, ISSN 2317-5389. (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Unijuí). Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia>>. Acesso em: 18. Set. 2017.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução: Nelson Carlos Coutinho, apresentação de Carlos Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Publicado originalmente em 1909.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e os desafios ao Serviço Social**. in: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: n. 128. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº 1/1992 a 56/2007 e pelas emendas constitucionais de revisão nº1 a 6/1994. Brasília: Sendo Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 28. Ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (Lei de Cotas). Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20. Set. 2017.

BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos**. In: Revista Inscrita, n. 10, ano VII. Brasília, CFESS, 2007. Disponível em: < https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__10_>. Acessado em 22/10/2019.

CAVAIGNAC, M. D.; DA COSTA, R. M. P. **Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado**. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para atuação do Assistente Social na Educação**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 14.out.2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 14.out.2017.

CFESS; BRASIL. **Código de ética do (a) assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10^a. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CENTODUCATE, Reinaldo. **Reflexões sobre o 'Future-Se'**. 2019. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/reflexoes-sobre-o-future-se-por-reinaldo-centoducate/>>. Acesso em: 10.out.2019.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31^o ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FONAPRACE; ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Uberlândia/MG: FONAPRACE/ANDIFES, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERKENHOFF, M. B. L.; PEREIRA, C. B. da S. **Ensaio para compreensão da função da educação no sistema capitalista**. In: Revista Ser Social, v. 13, n. 29, p. 35-64. Brasília, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/6352/5161>. Acesso em: 25. Set.2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 18.nov.2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio./ago. 2017.

LAKATOS, M. E.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, M. E.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEHER, R.; LUCAS, L. C. G. **Aonde vai a educação pública brasileira?** In: Revista Educação & Sociedade, ano XXII, nº 77, p. 255-266. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7053>>. Acesso em: 28.Ago.2017.

LEHER, Roberto. **Educação no Governo Lula Da Silva:** reformas sem projeto. In: revista Adusp, p. 46-57. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a06.pdf>>. Acesso em: 28.Ago.2017.

LEITE, Janete Luzia. **Política de Assistência Estudantil:** direito da carência ou carência de direitos? In: Ser Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012.

LIMA, Rodrigo Mamédio de. **A política de Assistência Estudantil nas Instituições de Ensino Superior.** Monografia. Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema. 2018.

LOPES, Marília de Fátima Marques. **A mediação do Estado na fronteira público-privado no processo de interiorização do ensino superior privado na zona da mata mineira:** o caso FAMINAS, em Muriaé-MG. (Tese de Doutorado do) Programa de pós-graduação em Serviço Social: UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

MARAFON, Nelize Moscon. **A política de assistência estudantil na educação superior pública:** uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013). (Dissertação de Mestrado do) Programa de pós-graduação em Serviço Social: UFSC. Florianópolis, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Análise sobre a expansão das universidades federais (2003-2012). Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12.set.2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos federais.** Brasília, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>>. Acesso em: 11.out.2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução: Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. **Os jovens das camadas populares na universidade pública:** acesso e permanência. In: Revist. Katáysis., v. 19, n. 1, p. 22-32. Florianópolis, 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/40150/31961>>. Acesso em: 25.set.2017.

PAULO NETTO, José. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das Universidades Federais Brasileiras. (Dissertação de Mestrado do) Programa de pós-graduação em Políticas Sociais: UCPEL. Pelotas, 2012.

TEIXEIRA, Jaquelliny Odete C. de Oliveira. **Relatório de Estágio e Supervisão Acadêmica Obrigatório**. (Da disciplina curricular do) Curso de graduação de Serviço Social da UFT. Miracema, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Carta ao Cidadão**. Palmas: UFT, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Catálogo de Ofertas de Cursos de Graduações**. Palmas: UFT, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins**. Palmas: UFT, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Estratégia Organizacional e administrativa do Câmpus de Miracema**. Miracema: UFT, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Manual Informativo do Usuário Bolsista**. Palmas: UFT, 2018. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/PqO2LJZkRqu8XOM-_ra9eA/content/Manual%20Explicativo%20PROEST_DAE.pdf>. Acessado em 03.Nov.2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Memória UFT**. Palmas: UFT, 2013. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/11044-a-historia-por-tras-da-historia-da-uft>>. Acesso em: 14.mar.2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Planejamento Estratégico da Universidade Federal do Tocantins 2014-2022**. Palmas: UFT, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2016–2020**. Palmas: UFT, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento do Campus de Miracema (PDC), 2016-2020**. Miracema: UFT, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **PNAES na UFT: orçamento, programas e resultados. Rumo ao novo PDI**. Palmas: UFT, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC)**. Miracema: UFT, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Proposta de Implantação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico Social (NAPS) - Plano do setor**. Miracema do Tocantins: UFT, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST)**. Palmas: UFT, 2021. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/sobre-a-proest>. Acessado em 13/04/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de avaliação institucional da UFT ano base (2016)**. Palmas: UFT, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de avaliação institucional da UFT ano base (2017)**. Palmas: UFT, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de avaliação institucional da UFT ano base (2018)**. Palmas: UFT, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de avaliação institucional da UFT ano base (2019)**. Palmas: UFT, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de dados dos servidores e de estrutura física do Câmpus de Miracema**. Miracema: UFT, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de estrutura física do Câmpus de Miracema**. Miracema: UFT, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) N.º 26/2017**. Dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas: UFT, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) N.º 29/2018**. Dispõe sobre o funcionamento do Programa Auxílio Permanência para os estudantes regularmente matriculados nos Cursos de Graduação presencial da Universidade Federal do Tocantins. Palmas: UFT, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. 2009.